UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP

Márcia Nunes

São Paulo
2003

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

DO PASSADO AO FUTURO DOS MORADORES TRADICIONAIS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS/SP

MÁRCIA NUNES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia Física, do Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
para obtenção do título de Mestre em Geografia Física

Orientadora: Profª Drª REGINA ARAÚJO DE ALMEIDA

São Paulo
2003

AOS CAIÇARAS DA JURÉIA, PELA RESISTÊNCIA.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....V

RESUMO.....VI

ABSTRACT.....VII

APRESENTAÇÃO.....1

INTRODUÇÃO 4

1. METODOLOGIA DA PESQUISA.....8

1.1. A pesquisa qualitativa 8

1.2. A aproximação da população local e a pesquisa participante 9

1.3. O informante chave 13

1.4. A importância metodológica da história oral 15

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS E REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA.....19

2.1 A Geografia e as Relações entre Sociedade e Natureza 20

2.2 Áreas Naturais Protegidas e a origem da separação "Homem e Natureza" 31

3. A JURÉIA 42

3.1 Contexto Regional da Ocupação Humana: Vale do Ribeira.....42

3.2 Área de Estudo: Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) 51

A. Localização e características físico-geográficas.....51

B. Histórico da ocupação humana.....53

C. A criação da estação ecológica 55

D. As comunidades da EEJI 67

4. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: NOVOS TERRITÓRIOS E ANTIGOS MORADORES 77

4.1 Áreas Naturais Protegidas 80

4.2 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.....83

4.3 População Local e UC 's de Uso Indireto: conflito ou negociação?.....88

5. MEMÓRIAS DO PASSADO E PERSPECTIVAS DE FUTURO NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS 98

5.1 A Cultura e o Saber Tradicional 99

5.2 Memórias de caiçaras..... 102

5.3 As vozes da Juréia 108

5.4 A Desagregação Comunitária e a Dispersão da População 124

5.5 Ecos do Futuro 130

A. Escola Caiçara da Juréia..... 131

B. Conselho consultivo da EEJI 135

C. Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) 136

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 138

BIBLIOGRAFIA CITADA E DE REFERÊNCIA..... 141

ANEXOS 152

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela concessão da bolsa mestrado.

À Profª Regina Araújo de Almeida pela paciência e pela confiança.

À todas as pessoas da Juréia que conheci nessa jornada, pela acolhida, pela disposição em conversar sobre suas vidas, pelo abrigo, pelo carinho.

Ao Dauro Marcos do Prado por toda ajuda recebida, por dias e dias que gentilmente me guiou e por sua coragem, sua força e determinação de perseguir seus sonhos, seus ideais.

Ao Profº Antonio Carlos Diegues pela ajuda profissional e pessoal e principalmente por despertar em mim o interesse de trabalhar com a questão das populações *versus* áreas protegidas.

Ao NUPAUB-USP, onde trabalho e onde tive o privilégio de iniciar minha carreira profissional pelo apoio e pelos Amigos que lá encontrei. Em especial à Stela e as meninas da pós-graduação: Paula, Mariana, Kati , Daniela, Carol e Teresa Cristina.

Aos professores e funcionários do Departamento de Geografia e aos funcionários do setor de pós-graduação da FFLCH, pela atenção e presteza aos alunos.

Aos amigos e familiares que me deram força e coragem para prosseguir no mestrado nos momentos de crise.

À Patrícia e a Valéria por aceitar compartilhar de um projeto comum mesmo sabendo que neste momento eu não poderia me dedicar a ele.

A Lara que me ajudou a enxergar as tantas descobertas e aprendizagens que o mestrado me proporcionou.

Ao Cláudio pela compreensão das longas ausências, pela paciência, por acreditar em mim e no meu trabalho, pelo sorriso, pelas brincadeiras, pelo companheirismo e pelo amor incondicional.

À Iaskara, Paulinha e Wanda pela amizade, pela confiança, pela força, pelo estímulo e por me ajudarem na revisão cuidadosa e na arte final deste trabalho.

Aos meus pais (Rosa e Waldomiro) por terem me dado a vida, me feito gente e por todo amor e apoio.

RESUMO

As Unidades de Conservação (UC's) ambientais foram criadas com os objetivos de (1) "dar proteção" as áreas naturais ainda não degradadas e com rica biodiversidade e beleza cênica (2) serem preservadas como memória de um passado ambiental dilapidado ao longo da história da humanidade. Neste trabalho discute-se a conservação da biodiversidade através da categoria de UC's de PROTEÇÃO INTEGRAL. Trata-se, de uma categoria que não permite a existência de moradores e uso no interior de seus limites, sendo seu principal objetivo a preservação da natureza, admitindo-se apenas o uso indireto de seus recursos naturais. A área de estudo escolhida foi a Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP, localizada no Vale do Ribeira, litoral sul de São Paulo. Possui área de 79.230 ha e abrange parte dos municípios de Peruíbe, Iguape, Itariri e Miracatu. O objetivo da pesquisa é analisar as transformações na ocupação do espaço, nas relações sociais, produtivas e culturais decorrentes da transformação da Juréia em estação ecológica. Quando delimitamos áreas para conservação estamos criando novas fronteiras sob territórios já existentes. Estas novas fronteiras desrespeitam os vínculos de identidade *cultural-mítica-simbólica* que une população pré-existente nessas áreas. Formam-se dois grupos: os que já estavam lá e os que vieram de fora. Cada um dos grupos tem leituras simbólicas e necessidades materiais diferentes em relação ao território. Instala-se a idéia de rompimento e não de cooperação entre os grupos. Estamos num ponto de inflexão: ou ouvimos o que os moradores tradicionais das Unidades de Conservação têm a nos dizer e nos ensinar, ou nos resignamos a assistir seu desaparecimento enquanto grupo social possuidor de riquíssima cultura e saberes acumulados durante muitas gerações, na relação com o meio natural.

Palavras-chave: cultura caiçara; Juréia; unidade de conservação; conflitos; população tradicional; território.

ABSTRACT

The environment Protected Areas (PA's) were created with the objectives of (1) "give protection" to the natural areas that are yet not degraded and with rich biodiversity and sight beauty (2) to be preserved as the memory of an environmental past squandered along the humanity history. On this piece of work the conservation of the biodiversity is discussed through the PA's of INTEGRAL PROTECTION. It is a matter of PA's that does not allow the existence of residents and the use of the interior of their limits, being the principal aim the preservation of the nature, being admitted only the indirect use of their natural resources. The branch of study chosen was the "Estação Ecológica Juréia/Itatins – SP", located at Vale do Ribeira, south littoral of São Paulo. It has an area of 79.230ha and covers part of the cities of Peruíbe, Iguape, Itariri and Miracatu. The objective of the research is to analyse the transformation in the occupation of the space on social, productives and culturals relationships, resulting from the transformation of Juréia into an Ecological Station. When we boundary areas for conservation we are creating new frontiers under already existing territories. These new frontiers disrespect the *cultural-mythical-symbolic* identity links which connects the pre-existing population in these areas. There are two groups: people that already lived there and people that came from outside. Each one of these groups has different symbolical readings and material needs in relation to the territory. The breaking off idea and non-cooperation between groups is installed. We are on the point of inflection: or we hear what the traditional residents of Protected Areas have to say and to teach, or we resign ourselves to watch their disappearance while social group, owner of a very rich culture and accumulated knowledge from many generations, regarding with the natural environment.

Key words: "caiçara" culture, Juréia, protected areas, conflicts, traditional population, territory.

APRESENTAÇÃO

O interesse em estudar conflitos decorrentes da criação de unidades de conservação em áreas habitadas surgiu ainda na graduação e ganhou reforço no início da minha carreira profissional quando passei a integrar o quadro de pesquisadores do NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, da Universidade de São Paulo.

No NUPAUB tive a oportunidade de tomar contato com a triste realidade dos moradores das Unidades de Conservação (UC) e assim como dos moradores do entorno das UC.

Em 2001 o NUPAUB foi convidado a se tornar parceiro no projeto de criação de uma escola caiçara dentro da Estação Ecológica Juréia-Itatins/São Paulo. Desde então venho assessorando a implantação da escola e passei a acompanhar mais de perto os problemas que os moradores e os que já deixaram a estação enfrentam para sobreviver, devido as restritivas leis ambientais.

Meu primeiro contato com o Vale do Ribeira e particularmente com a Juréia foi quando ainda estudante de geografia, durante os trabalhos de campo da disciplina de Biogeografia (2º semestre de 1986). Conheci a área da então recém criada Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) em fase de transição administrativa entre a NUCLEBRÁS[1] e a SMA[2].

Naquela oportunidade percorremos vários rios da região, pesquisando e mapeando os sambaquis[3]. No caderno de campo do grupo de pesquisa constam algumas falas ligeiras com moradores que íamos encontrando pelas margens dos rios e também com os que encontramos na Comunidade da Cachoeira do Guilherme, como o Sr. Sátiro Tavares – líder espiritual e profundo conhecedor de ervas medicinais (o médico de todos os moradores da Juréia por aproximadamente 50 anos), muito respeitado em toda a Juréia e nas cidades do seu entorno.

A comunidade do Guilherme tinha na época oito famílias, um centro espírita, uma escola até o 3º ano primário, cujo professor chegava na Cachoeira de barco. Viviam basicamente do plantio de arroz, mandioca, milho, feijão, banana, do fabrico da farinha, sendo o suplemento de proteína garantido com a caça e alguma pesca.

---

[1] Empresas Nucleares Brasileiras S.A.
[2] Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
[3] Em tupi-guarani significa “montes de conchas”. É o nome dado aos depósitos de conchas, cascas de ostras e outros restos de cozinha e de esqueletos amontoados por habitantes pré-históricos do Brasil. O sambaqui é conhecido também por MINA DE CARNAMBI (PA), CASQUEIRO, CONCHEIRA OU OSTREIRA (SP e SC) e, em outras localidades brasileiras como SAMAUQUI, BERBIGUEIRA, CAIEIRA OU CALEIRA.
(site: www.tvcultura.com.br/aloescola/ciencias/maravista/3/3mar4.htm - acessado em 17/07/02).

Relendo minhas anotações, deparei-me com duas inquietações importantes que havia transferido para o papel:

- ✓ ... o coronel que cuida da área proibiu toda a população, inclusive da Cachoeira do Guilherme de fazer roça. Do que eles vão viver?
- ✓ ... situação delicada dos moradores: estação ecológica ou manutenção da população?

Lembro-me de conversar com moradores da Cachoeira do Guilherme e do desespero de uma senhora dizendo para o grupo e para o prof. José Roberto Tarifa, que não sabia o que iam fazer da vida porque, literalmente, de um dia para o outro, viram seu modo de vida desestruturado pela nova legislação ambiental estadual. Tratava-se de famílias assentadas no lugar há mais de 50 anos, sem título de propriedade, vivendo e trabalhando em harmonia com suas crenças e saberes tradicionais. Agora...não sabiam mais como sobreviver.

O Estado proibira a caça, a pesca e a extração, pois tais atividades não eram mais compatíveis com os objetivos de manejo de uma Estação Ecológica. Para tal, usaram algumas vezes a força policial.

Figura 1 – Dona Antonia
Bairro do Despraiado
Outubro/2000

O desespero daquela gente marcou-me profundamente e desde então, venho refletindo sobre a viabilidade da co-existência entre **PROTEÇÃO** de áreas naturais e **MANUTENÇÃO** do modo de vida da população que habita essas áreas.

Meu retorno a Juréia deu-se em 2000 quando participei da avaliação de um roteiro turístico piloto organizado por monitores ambientais de Peruíbe, Iguape e Cananéia em parceria com o Instituto Ing Ong de Planejamento Socioambiental.

Visitei comunidades de dentro e do entorno da EEJI. Numa dessas visitas tive o privilégio de conhecer D. Antonia, moradora do bairro do Despraiado, que na época estava com 70 anos, 8 filhos, 18 netos e 10 bisnetos.

D. Antonia contou-nos sobre como era a vida antes da chegada do pessoal do "meio ambiente" e de como tudo mudou a partir daí. O sítio de D. Antonia foi invadido várias vezes

por guarda-parques com o intuito de revistar sua casa, seus armários, suas panelas à procura de carne de caça, palmito, etc... Mulher forte e decidida foi várias vezes conversar com o responsável pela Estação Ecológica e com o prefeito exigindo providências contra essa arbitrariedade. A família de D. Antonia vive atualmente da agricultura (cujos produtos são comercializados na feira dos produtores, em Iguape, aos domingos). Um de seus filhos além de agricultor é também monitor ambiental.

Essa volta a Juréia quatorze anos após minha primeira visita, reforçou minha idéia de que uma proposta de pesquisa deve estar fundamentada não somente em relevância científica, mas, sobretudo em relevância social. Vivemos numa sociedade talhada à custa de várias contradições e injustiças sociais que prescindem de informações sistematizadas para respaldar ações que tragam melhoria de qualidade de vida para a população brasileira, mesmo que, por vezes, a solução dos problemas esteja vinculada muito mais a interesses políticos e econômicos, do que ao desconhecimento sobre determinado assunto.

Figura 2 – Rio Una do Prelado
Agosto/2002

INTRODUÇÃO

"...com a saída do morador local, as pessoas que estão lá hoje degradam.
Os moradores querem voltar. A maioria das famílias saiu
porque não tem escola para as crianças.
As crianças são muito mais agitadas do que quando viviam no sítio.
Não pensem que os moradores saindo, a Juréia ficará preservada"[4]

Tragédias como a da Serra do Mar, em São Paulo, transformada gradativamente em um enorme cemitério de árvores (início da década de 1980), exibindo a morte da Mata Atlântica em decorrência da poluição do Pólo Industrial de Cubatão/SP, e o projeto de instalação de usinas nucleares na região da Juréia, despertaram-nos o interesse pelos problemas ambientais em curso. Como resposta, inúmeros foram os movimentos de contestação, atos públicos, passeatas, exigindo que providências políticas fossem tomadas.

Esses exemplos são bastante significativos de que a mobilização social aliada à mídia, pode reverter processos políticos e econômicos em andamento. Medidas de contenção e repovoamento da Mata Atlântica com espécies nativas e a fiscalização do parque industrial de Cubatão com a obrigatoriedade de instalação de equipamentos e filtros anti-poluição, representaram o início de uma consciência ambiental da sociedade e do governo, visto que essa "vergonha" nacional tornou-se mundialmente pública, como um "alerta" do que pode acontecer, tanto em termos da fragilidade do ambiente natural, como também em termos da fragilidade humana e social, quando projetos de desenvolvimento são implantados de forma indevida.

Do outro lado, havia o "bom exemplo" de reverter a instalação de usinas nucleares no "paraíso" pouco conhecido da Juréia, ironicamente muito próximo de Cubatão, em estação ecológica, criada através do Decreto Estadual nº 24.646 de 20/jan/1986.

Foi uma vitória do movimento ambientalista e das sociedades urbano-industriais brasileiras e internacionais que não perderam "simbolicamente um espaço natural intocado", vitória das ONG's – Organizações Não Governamentais que ganharam impulso nesta época, vitória do ecossistema.

Os moradores que viviam no lugar onde foi criada a estação ecológica, certamente não compartilham da sensação de vitória.

[4] Depoimento de Glória do Prado durante mesa redonda que discutia a transformação da EEJI em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, durante o Encontro Intercultural Povos do Vale do Ribeira – setembro/2001.

Este projeto de mestrado discorre sobre a criação de *unidades de conservação de proteção integral* [5] e os impactos e conflitos gerados na vida das populações que moravam nessas mesmas áreas, tendo como estudo de caso a Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), situada no litoral sul de São Paulo, na região do Vale do Ribeira.

Figura 3
Croqui de localização do Vale do Ribeira – São Paulo/Brasil/América do Sul

O objetivo geral da pesquisa é analisar as transformações na ocupação do espaço, nas relações sociais, produtivas e culturais decorrentes da criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins.

Objetiva ainda:

- Identificar que tipos de ligações os moradores da estação ecológica estabeleceram com o lugar e com o mundo exterior;
- Localizar os ex-moradores a fim de estudar quais os motivos e as razões que os levaram a deixar a Juréia;
- Resgatar a história da criação da EEJI através de depoimentos de moradores e ex-moradores;
- Resgatar a cultura tradicional da Juréia através de depoimentos de seus moradores e ex-moradores.

[5] UC de uso integral pressupõe a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais, segundo a Lei º 9.985 – SNUC.

Ainda hoje, pouco se alterou em relação à situação difícil vivida pelos moradores nos primeiros anos da criação da EEJI. Houve sim, uma enorme evasão e dispersão da população para os bairros do entorno da estação ecológica.

Num processo de migração típico, os egressos da Juréia foram, em sua maioria, agregando-se nos bairros das periferias de Iguape e Peruíbe, tendo como vizinhos seus antigos vizinhos das comunidades em que moravam na Juréia, tentando reproduzir minimamente o ambiente social de outrora, apesar das atividades de trabalho serem bem diferentes das exercidas nos sítios.

Passados dezesseis anos de criação da EEJI, não foram realizados estudos e pesquisas enfocando o que aconteceu com aqueles que deixaram a Estação Ecológica devido às restrições ambientais. Tais levantamentos são essenciais quando se se pretende implementar políticas sérias de criação de Unidades de Conservação, bem como proceder a uma avaliação das já existentes.

As palavras do editor da Revista "Cultural Survival", Jason W. Clay ratifica a relevância do tema escolhido:

> "Os povos desenvolveram uma série de maneiras de conviver com os ambientes frágeis. Nós conhecemos muito pouco sobre como esses sistemas se desenvolveram, como eles funcionam e como podem ser adaptados para fazê-los mais produtivos e ecologicamente sadios. Sabemos, no entanto, que a chave para o entendimento das atividades sustentáveis em ambientes frágeis começa com as populações locais. Seu conhecimento é valioso para o futuro do ambiente da terra e dos povos. No entanto, nós nunca conheceremos esses ambientes se os povos que os desenvolveram continuam a ser destruídos ou impedidos de continuar seu modo de vida tradicional". (Diegues, 1994:92) [6]

Estamos num ponto de inflexão: ou ouvimos o que os moradores tradicionais das Unidades de Conservação têm a nos dizer e nos ensinar, ou nos resignamos a assistir seu desaparecimento enquanto grupo social possuidor de riquíssima cultura e saberes acumulados durante muitas gerações, na relação com o meio natural.

Estrutura da Dissertação

A dissertação está dividida em cinco capítulos organizados de forma a permitir que o leitor reflita sobre a pertinência e a seriedade da problemática abordada, culminando com as considerações finais.

[6] Tradução de Antonio Carlos Diegues do artigo intitulado "Parks and People" (vol. 9, nº 1, fev. 1995, p. 5), extraída de seu livro O Mito Moderno da Natureza Intocada (1994).

Os **Capítulos 1 e 2** tratam respectivamente do método escolhido e do referencial teórico que nortearam o processo de elaboração da pesquisa.

O **Capítulo 3** contextualiza a região da Juréia no Vale do Ribeira, sobretudo quanto ao seu histórico da ocupação humana que remonta ao séc XVI. Na segunda parte do capítulo o leitor vai conhecer o processo de povoamento da Juréia; sua localização; suas comunidades e a criação da EEJI contada pela documentação oficial e pelos próprios moradores.

A discussão sobre a sobreposição de territórios na criação de unidades de conservação de uso indireto é feita no **Capítulo 4**, que também aborda os conflitos decorrentes dessa sobreposição. O SNUC é analisado do ponto de vista das inconsistências quanto ao direito das populações tradicionais e ainda apresenta um histórico da origem da separação homem e natureza.

Para melhor compreendermos o contexto sócio-cultural dos caiçaras é necessário também resgatar os elementos culturais que norteiam essa cultura e o modo de vida a ela associado. A análise das culturas rústicas para a formação do povo e da cultura brasileira será discutido no **Capítulo 5**. O restante do capítulo é dedicado as vozes da Juréia, através da análise das entrevistas colhidas em campo sob os diferentes aspectos da vida e de cultura tradicional caiçara. O coro de vozes da Juréia é formado por moradores e ex-moradores que deixaram o lugar, sobretudo após a transformação deste em estação ecológica. Eles irão nos contar fragmentos de sua memória sobre o passado vivido “no sítio”, do seu presente sofrido e de um futuro incerto.

Figura 4 –Praia da Juréia vista da Trilha do Imperador
Novembro/2001

1. METODOLOGIA DA PESQUISA

"Ora, vigilante como a crença e aberto como o sonho,
o olhar, que não crê, também não sonha".
Sergio Cardoso, 1995: 351

1.1. A pesquisa qualitativa

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a área e a problemática estudada para melhor compreender as relações já estabelecidas entre população, pesquisadores, ambientalistas e governo. Esse aprofundamento deu a pesquisa um alicerce que possibilitou confrontar as informações obtidas (nas conversas e entrevistas com os diferentes atores[1] sociais) com as informações colhidas na bibliografia existente.

Ao meu ver, o levantamento de informações junto a populações humanas requer um cuidado extra para atingir seu objetivo, necessitando de amparo teórico-metodológico sobre as diferentes formas de contato e de coleta de dados, e em que momentos diferentes da pesquisa lançar mão de uma ou de outra técnica.

A pesquisa qualitativa serviu como base metodológica para a pesquisa, uma vez que ela possibilita o estudo de questões que não podem ser quantificadas como, por exemplo, os anseios, os sentimentos, as motivações, as crenças e as atitudes individuais que fazem parte do contexto das relações sociais. Além disso, a pesquisa proposta não tem como meta uma representação numérica do grupo pesquisado e sim a sua compreensão enquanto um agrupamento social, uma organização, uma trajetória, etc.

Segundo BECKER (1994), neste método de pesquisa, a quantidade é substituída pela profundidade, ou seja, importa mais analisar uma questão a fundo e sob diferentes pontos de vista, em toda sua complexidade, do que quantificar pessoas, animais, edificações etc.

O foco da pesquisa são os moradores atuais e antigos (ex-moradores) da EEJI, membros de famílias nativas da área, ou que para lá migraram e suas relações com o lugar, com as transformações, com o mundo exterior, com a religiosidade e tantos outros aspectos da vida que serão abordados no transcorrer dos capítulos.

[1] Uso a definição de Bruno Latour: ator é qualquer pessoa, instituição ou coisa que produz efeitos no mundo e sobre ele.

1.2. A aproximação da população local e a pesquisa participante

O envolvimento com o Projeto da Escola Caiçara facilitou minha aproximação das pessoas da Juréia, inicialmente apenas dos membros da Associação dos Jovens da Juréia (AJJ)[2] e posteriormente fui conhecendo e me aproximando das pessoas que vivem dentro da Estação Ecológica. Foram mais de três anos de encontros freqüentes em reuniões, visitas a escola e participações em eventos.

Apresentei o projeto de pesquisa do mestrado para o líder e coordenador do projeto da escola que tratou o assunto com bastante cautela, dizendo que falaríamos disso mais adiante e pediu que eu detalhasse os meus interesses e objetivos com o projeto. Após alguns meses de nossa primeira conversa sobre o mestrado, detalhei o que queria fazer e propus que antes de ir a campo e entrevistar as pessoas, gostaria de expor o projeto para que as pessoas das comunidades soubessem do que se tratava.

Meu objetivo era tornar claro para todos o que eu estaria pesquisando e perguntando para as pessoas durante as entrevistas. Eu sentia a necessidade de estabelecer laços de confiança com aqueles a quem iria entrevistar e com os demais membros da comunidade.

Preocupei-me com a confiabilidade devido ao contexto específico com o qual estava trabalhando, onde moradores e ex-moradores muito já sofreram e por isso tomam bastante cuidado com quem e o que falam sobre suas vidas.

A confiabilidade já foi tratada por SCHMIDT & MAHFOUD (1997), no estudo sobre as formas de elaboração e transmissão das experiências vividas em comunidades da EEJI:

> "Esta circularidade que dá sustentação à confiabilidade, estrutura a relação do sujeito que relata sua história de vida com o pesquisador o qual, por sua vez, instalado no lugar de ouvinte, recebe os elementos que o tornam capaz de atribuir significado e relevância às narrativas. Deste mesmo lugar, o pesquisador apreende a importância da confiabilidade para a vida cotidiana da comunidade, na qual a palavra empenhada é estruturadora das relações sociais e pessoais". (*op. cit.*:71)

E mais, a confiança é uma via dupla: as pessoas precisam confiar no pesquisador para falarem sobre suas vidas, fazer denúncias, etc, como este precisa confiar nas pessoas para validar os depoimentos e entrevistas que está colhendo.

[2] A Associação dos Jovens da Juréia foi fundada em maio de 1993 e é formada por filhos dos moradores da Estação Ecológica Juréia-Itatins e tem como principais objetivos a busca pelo direito de permanência desses moradores no local, preservando suas atividades tradicionais, bem como lutar pela melhoria das condições de vida em suas terras e de seus antepassados. Busca também o resgate da cultura tradicional caiçara, que inclui festas, mutirões, danças e artesanato.

Essa percepção de como as relações entre pesquisador e pesquisado estão sendo construídas, necessita que o primeiro tenha um olhar aguçado, curioso, atento:

> "O olhar pensa; é a visão feita interrogação". (CARDOSO, 1995:349)

Becker (1994) também trata dessa questão; para ele a inserção é um problema que aflige quase todos os pesquisadores, tanto os que trabalham com pesquisas qualitativas, quanto quantitativas, mas sobretudo os que optam pela observação participante.

Como acordado, fiz a apresentação de meu projeto para um pequeno grupo de moradores e ex-moradores da Juréia, valendo-me de cartazes e fotos já que não dispúnhamos de nenhum equipamento auxiliar.

Privilegiei o contato com as pessoas que encontrava ou que me foram indicadas, independentemente da comunidade a qual pertencem ou pertenciam. Por esta razão não estabeleci como prioridade visitas as comunidades, entretanto tive a oportunidade de visitar Vila Barra do Una, Itinguçu, Despraiado, Rio Verde e Cachoeira do Guilherme. Na região do entorno da EEJI pude visitar o bairro do Guaraú (em Peruíbe) e Rocio, Umbu, Icapara, Toca do Bugio e Barra da Ribeira (em Iguape).

Figura 5 – Visita de campo a uma família do Rio Verde
Novembro/2001

As pessoas que entrevistei são moradores das comunidades do Rio Verde (3); do Aguapeú (4); do Aguapeuzinho (3); do Despraiado (1); do Rio das Pedras (2); da Cachoeira do Guilherme (7). No entorno da EEJI entrevistei pessoas na Barra do Ribeira (8); em Iguape (3); no Rocio (2); no Umbu (3) e na Toca do Bugio (1). Afora os entrevistados, houve várias

conversas informais com muitos outros moradores e ex-moradores durante as 18 viagens de campo, totalizando 61 dias.

Os moradores e ex-moradores da Juréia serão tratados neste capítulo genericamente por pessoas da Juréia, uma vez que aos dois grupos foi dado o mesmo tratamento metodológico.

Dediquei uma parte de meu tempo de mestrado ao convívio com essas pessoas. Participei de suas vidas no seu cotidiano, discutimos por inúmeras vezes os problemas gerados pela legislação ambiental, os conflitos internos, as dificuldades de trabalho, a tristeza da vida sem perspectiva, a saudade de outros tempos melhores, os problemas familiares, o projeto da Escola Caiçara e assuntos prosaicos, brincadeiras, o fato de sempre chover quando vou prá lá, etc.

Esta pode parecer uma etapa mais tranqüila aos olhos de um leigo, mas não é. O pesquisador tem de estar atento, não perder o foco da sua investigação, e ao mesmo tempo se envolver com as pessoas e com as atividades propostas, expor-se como pessoa. A separação entre uma postura e outra é muito tênue, muito sutil.

Pesquisadores como Martins (1993); Queiroz (1988); Brandão (1985); Foote-Whyte (1980); Becker, (1994 e 1977); Lacoste-Dujardin (1977), discutem a idéia de que o pesquisador deixe de ser um mero observador, afastado da realidade e do grupo que está pesquisando, para ser parte no processo de pesquisa e ir além: estar comprometido com a causa e com o grupo social. Contrariando teorias que se apóiam no distanciamento do sujeito do seu objeto de pesquisa.

Martins (1993) em "A chegada do estranho" faz uma inversão na perspectiva de quem é o estranho. Para as sociedades urbano-industriais o estranho é o *outro*: o índio, o negro, o favelado, o camponês, o caiçara. Do ponto de vista dessas populações o estranho somos *nós*.

> "É preciso inverter a perspectiva. Essas populações têm vivido e sofrido o impacto do estranho, que não só invade territórios tribais e terras camponesas, confinando ou expulsando, mas também quebra a linhagem de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores, regras – vitais para a sobrevivência de tribos indígenas e comunidades rurais. No mínimo, repositórios de concepções alternativas do humano, que nossa sociedade, em seu conjunto, belicosa e violenta, vem perdendo ou já perdeu". (p. 12)

É importante que o pesquisador tenha a perspectiva de quem é o estranho quando se propõe a trabalhar com comunidades humanas. Sua sensibilidade e humildade com relação a essa questão são essenciais para aproximá-lo ou distanciá-lo do grupo.

Da mesma maneira o pesquisador tem que ter a clareza de que ele jamais será igual aos membros do grupo que pesquisa. Não se pode ignorar a diferença, deve-se sim, tirar o melhor proveito dela. Mesmo porque, a comunidade sabe que o pesquisador é diferente e vai aceitá-lo com tal, ou então, vai repudiá-lo sendo parecido ou diferente deles.

Brandão (1985) trata desse tema inclusive recuperando idéias de José de Souza Martins. Repudia a idéia de que um dos fundamentos da pesquisa participante deva ser a redução das desigualdades de saberes entre os diferentes agentes da pesquisa. Para ele, tal busca é totalmente ilusória.

> "...Supor que a participação está baseada em uma relação de troca constituída sobre uma suposta igualdade de poder e saber oculta o fato real de que, entre o agente de mediação (um intelectual não raro de 'nível superior') e a 'comunidade' (lavradores, subempregados, operários), há uma desigualdade antecedente (...).O seu trabalho de agente é útil ao povo porque é conjunturalmente desigual (...) A questão fundamental é saber colocar a desigualdade a serviço. (...) O papel do intelectual (o educador, o cientista social, o agente de mudança) é o de ser um ouvinte atento das decisões dos movimentos populares, ou de necessidades comunitárias efetivas. É o de ser um mediador que responde, com instrumentos do seu saber o de sua profissão, a tais decisões e exigências, colocando-as a serviço não da comunidade, mas da prática política popular na comunidade. Este é o caminho pelo qual, no limite, a pesquisa participa, como um instrumento de educação popular, dos movimentos populares". (p. 252)

Ainda no campo da observação participante, remeto-me a MALINOWSKI, considerado um dos pais do desenvolvimento de novas técnicas de pesquisa e novos métodos de interpretação (método funcionalista), em oposição aos métodos tradicionais de manipular os dados empíricos, utilizados pela antropologia clássica que baseava seus escritos sobre os povos primitivos em dados secundários, "*sem sequer ter visto um representante dos povos primitivos sobre os quais escreviam*". (Malinowski, 1978:IX)

Malinowski constrói sua obra *Argonautas do Pacífico Ocidental* de 1922, em torno dos estudos do *Kula* que era o sistema de comércio dos nativos das Ilhas Trobriand, para tanto, passa a viver por longos períodos (anos) na aldeia, longe do convívio do homem branco e aprendendo a língua nativa.

Malinowski acreditava que para um trabalho etnográfico ser válido, este deveria cobrir todos os aspectos da vida do grupo (social, cultural e psicológico), pois há uma interdependência

entre eles. É nesse universo que Malinowski desenvolve sua pesquisa econômica do *kula*. E vai mais além: afirma que é preciso tomar o ponto de vista do *outro*, do nativo, para apreender o modo de pensar deles, os seus saberes, o seu sistema de crenças e etc.

Paralelamente ao convívio com as pessoas da Juréia fui construindo um elenco de questões importantes para alcançar meus objetivos, questões essas que deram origem a um roteiro para as entrevistas semi-estruturadas, com 8 sub-temas: FAMÍLIA – RELAÇÕES DE PARENTESCO, AMIZADE, SOCIABILIDADE NA COMUNIDADE – TRABALHO E TERRA – ATIVIDADES ARTÍSTICAS E ARTESANAIS – ASPECTOS RELIGIOSOS, RITUAIS – TEMPOS VIVIDOS, MEMÓRIA – ESPAÇO/TERRITÓRIO – FUTURO: PERSPECTIVAS.

Realizei as entrevistas em dias e horários pertinentes para o entrevistado e no lugar por ele escolhido. Todos foram consultados sobre a possibilidade das entrevistas serem gravadas.

Elas foram fielmente transcritas, tendo sido mantidos os linguajares próprios dos entrevistados, por entender que eles são parte do universo do caiçara e permite ao leitor compreender melhor o contexto estudado. Seguindo as orientações de Queiroz (1988), as entrevistas serão transpostas para o texto de maneira fragmentada e o nome do entrevistado será ocultado. Preferi ocultar o nome das pessoas entrevistadas com o objetivo de preservá-las, já que muitas das entrevistas são pontuadas por denúncias. Os nomes dos demais atores sociais envolvidos e quando citados, foram transcritos.

Alguns autores optam por dar aos entrevistados nomes fictícios, é o caso de Monteiro (2002) e Queiroz (1992), outra parcela de pesquisadores nomeia os entrevistados como Maldonado (2001) e Melo (2000).

Algumas pessoas não quiseram gravar, porém não se recusaram a dar a entrevista. Conversei com um ex-morador e sua esposa por cerca de 4 horas, sem que eu o tivesse convencido a autorizar a gravação, ao final ele agradeceu emocionado pela oportunidade de falar do passado, de relembrar e me disse "*quem sabe da próxima vez a gente grava*".

1.3. O informante chave

Meu Informante Chave (IC) foi fundamental nesse processo de localizar pessoas, conversar com elas, convencê-las a falar. Essa pessoa que passou a ser o informante chave foi meu guia nas visitas às comunidades da Juréia e aos ex-moradores e me ajudou a mapear a dispersão dos moradores. Ele é também um dos líderes da Juréia emergido no calor dos conflitos entre moradores e governo, no início da década de 1990. Estar com ele me abriu portas, no entanto, eu tinha claro desde o início da pesquisa que talvez eu enfrentasse

alguns problemas, pois sempre se pode correr esse risco quando se decide trabalhar com uma forte liderança local.

Apesar de termos estabelecido um bom grau de confiança, (IC) ficou receoso quando pedi autorização para gravar um depoimento seu. Tenho consciência de que o mais recomendado é entrevistar os líderes ao final da pesquisa para não influenciar e direcionar demais as outras entrevistas, mas não pude perder a oportunidade de fazê-lo naquele momento. Muitas das informações que ele me deu já foram checadas em conversas e na literatura e conferem com seu depoimento.

A figura do Informante Chave tem sido muito valiosa. Pela sua larga experiência em acompanhar pesquisadores, orientou-me em como abordar as pessoas, o que esperar delas, quem seria importante entrevistar, e assim foi se tornando um colaborador precioso do meu trabalho.

Foote-Whyte (1980) descreve como seu informante chave, *Doc,* foi essencial na sua pesquisa sobre grupos de rua do bairro de Cornerville/EUA, no final da década de 1930:

> "...A princípio ele era apenas um informante chave e também meu protetor. Na medida em que passamos mais tempo juntos parei de tratá-lo como um informante passivo. Discutia com ele francamente o que estava tentando fazer, que problemas me confundiam e assim por diante (...) Na verdade, sem ter qualquer treino, era um observador a tal ponto perspicaz, que bastava um pequeno estímulo para ajudá-lo a tornar explícito muito da dinâmica da organização social de Cornerville. Algumas interpretações que fiz são mais dele do que minhas ainda que agora seja impossível distinguí-las." (p. 80)

Da mesma forma, Lacoste-Dujarin nos fala como as relações entre pesquisador e interlocutores se transformam no decorrer da pesquisa e como o saber é produzido dentro do grupo pesquisado:

> "...A transmissão do saber assim produzido, não se faz somente pelo pesquisador fora do grupo e ao término da pesquisa, ela se faz também no próprio seio da relação de pesquisa; dessa forma o pesquisador não pode atribuir parte de suas idéias somente à sua problemática inicial, ou à sua própria sagacidade, mas também àqueles que foram mais que informante, pois foram seus "associados". Estes em virtude da pesquisa, das conversas que mantiveram com o pesquisador, não verão mais da mesma forma o grupo em que vivem." (1977:2)

Algumas das entrevistas realizaram-se na presença do Informante Chave e este, muitas vezes, se envolveu emocionalmente com a fala das pessoas, com a história delas, já que é também, de certo modo, a sua história pessoal. Havia uma identificação imediata, o que seguramente fez com que ele pensasse mais profundamente nos seus sonhos, na motivação

de sua luta, nas alternativas e possibilidades de buscar saídas para a desagregação sócio-cultural de seus pares.

Posey (2001) também escreve sobre as alterações que o pesquisador pode causar no seu informante e modificar a maneira como este olha para sua própria cultura.

1.4. A importância metodológica da história oral

Alguns dos entrevistados fizeram relatos detalhados e extensos sobre sua existência, reconstituindo acontecimentos que vivenciaram, passagens da vida de outrora, de sua juventude, da sua infância. Contribuíram com o que Maria Isaura Pereira de Queiroz classifica como histórias de vida. (Queiroz, 1988)

Dentro do quadro amplo da história oral, encontram-se as histórias de vida, as entrevistas, os depoimentos pessoais, as autobiografias e as biografias. História oral é o termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documento, ou cuja documentação se quer completar.

Maria Isaura é enfática ao afirmar que a história de vida é um instrumento, não é nem coleta, nem produto final da pesquisa; ela recolhe material que precisa ser analisado, para tanto deve ser fragmentada. Portanto desde que os relatos orais não tenham sido colhidos para ficarem arquivados, estes precisam ser analisados para extrair os dados da massa bruta do material coletado.

O uso da memória como recurso metodológico exerce um importante papel nos casos de conflito, pois possibilita o resgate, o reavivamento do passado da comunidade atualizado pelo momento presente.

As lembranças dinamizam as tradições, estimulam de forma positiva a auto-estima do grupo e têm sido um instrumento metodológico utilizado em pesquisas com comunidades que sofreram impactos em sua vida comunitária, tais como a legislação ambiental restritiva, o crescimento urbano sob áreas rurais, o turismo de massa e de segunda residência, a especulação imobiliária, entre inúmeros outros casos de perda de território ou esfacelamento do grupo social.

> "O que move uma pessoa recordar determinados fatos do passado são as preocupações com o presente; ausência ou presença de algo ou alguém; sentimentos submersos que podem vir à tona no ato de lembrar ou provocar o esquecimento – silenciando vozes, apagando imagens, fruto de lembranças traumatizantes e desintegração do grupo, podendo assim impedir a preservação da memória." (Merlo, 1997:112)

Essa reflexão que deve nos servir de alerta, ressalta a importância dos trabalhos editados com o intuito de não se perder a memória social de grupos ou sociedades.

Paul Thompson, historiador social, escreve em 1978 *A voz do passado: história oral*, onde ressalta a validade científica e a importância das histórias orais na reconstrução do passado. Para esse autor, a partir de testemunhos de pessoas comuns (*ordinary people*) a história passa a ser mais democrática, sendo um valioso instrumento de mudança.

> "A história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. (...) propicia fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário". (A voz do passado, prefácio à edição brasileira – Sonia Maria de Freitas, 1998)

Thompson (1998) avança nas questões metodológicas, respondendo a uma das criticas mais polêmicas do uso de fontes orais: sua credibilidade. Seu principal argumento é o de que a subjetividade aparece em todas as fontes de coleta de dados históricos, sejam elas escritas, visuais, orais. O que vai interessar ao pesquisador nas histórias orais não é o fato do entrevistado ter sido omisso ou evasivo sobre um determinado tema, mas porque agiu dessa maneira. Com certeza, há nisso, um significado.

Maria Isaura concorda com Thompson: para ela, uma entrevista uma vez transcrita passa a ser um documento como qualquer outro documento escrito que é passível de ser consultado. Maria Isaura dá segmento a sua argumentação, ressaltando que qualquer documento por nós conhecido (livro, jornal, documentos históricos e etc.) foram redigidos com intenções que nada tinham a ver com a pesquisa específica que alguém resolveu fazer, e nem por isso devem ser descartados, ou são pouco úteis. "*Assim, diante destas considerações, o escrúpulo em relação aos recortes das histórias orais e à sua utilização parcial, se afigura nitidamente como um falso problema*". (Queiroz, 1988:19)

Essa dúvida em relação aos documentos orais nos remete novamente à questão da confiabilidade já discutida no início do capítulo. Estabelecida a confiança, o narrador pode omitir passagens, fatos ou datas que são de importância para a pesquisa, e isso pode dizer mais coisas do que "inverdade" ou "omissão". No campo das hipóteses pode-se tratar de uma época dolorosa de sua vida que não quer relembrar, um esquecimento, ou algo que para ele não é relevante, entre outras tantas coisas. No Capítulo 3, no sub item que trata da criação da estação ecológica, pode-se verificar que a história extraída dos documentos oficiais e as histórias coletadas por mim nas entrevistas são bem semelhantes.

Prosseguindo no campo da importância metodológica de se trabalhar com a memória, destaco o sociólogo francês Maurice Halbwachs, que desenvolveu o conceito de *memória social*. Para Halbwachs a função da memória é a reconstrução do passado e sua importância recai sobre os "quadros sociais": de que forma as alterações no ambiente atingem as qualidades íntimas da memória, ou seja, o ambiente no qual o indivíduo vive influencia sua memória. A memória da pessoa está condicionada a memória do grupo, que dará origem à MEMÓRIA COLETIVA de cada sociedade.

Thompson (1998) também vai descrever a história oral como instrumento para o resgate da memória nacional, destacando que é preciso preservar a memória dos espaços, mas também "descobrir" e "valorizar" a memória do homem e prossegue dizendo:

> "A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos". (p. 17)

A apreensão da memória através das histórias orais nos proporciona um instrumental fantástico de recuperação de fatos e situações vividas no passado e sua re-siginificação no momento atual. A partir do momento que lembramos de um fato do passado ou da infância, a sensação ou emoção que sentimos não é a mesma do momento vivido, isto porque esse lembrar está revestido com a experiência acumulada pelo indivíduo que lembra.

Maria Isaura P. de Queiroz (1988) compartilha das idéias de Halbwachs na medida em que afirma que o pesquisador procura com as histórias de vida alcançar a coletividade onde aquele indivíduo está inserido. "*Mesmo que seja feita uma só história de vida, seu objetivo é captar o grupo, a sociedade de que ela é parte; busca encontrar a coletividade através do indivíduo*". (p.29)

A autora também destaca que para as ciências sociais a meta é sempre o coletivo. As particularidades ficam a cargo dos biógrafos e psicólogos. Cita que uma característica básica das histórias de vida é o fato de que aquilo que foi vivido no passado fica na memória mesmo depois de esfacelada a organização social de outrora:

> "Realmente, se a memória de determinados valores e comportamentos se desfizesse com o desaparecimento das organizações sociais, então seria impossível a utilização dos relatos orais em geral, e das histórias de vida em particular, na análise de coletividades e sociedades". (Queiroz, 1988:25)

Milton Santos se refere ao passado como objetos geográficos atuais:

> "O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo

> passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total". (Santos, 1982:10)

No curso "Cultura e Memória Social", a professora Ecléa Bosi ao analisar sua obra-prima Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos, disse aos alunos que há etapas de resistência na perpetuação da memória, pois se imaginarmos que o espaço geográfico possa ser destruído, que as pessoas que se encarregam de escrever a história possam ser destruídas, que as memórias guardadas nas bibliotecas ou museus possam ser destruídas, ainda assim nos resta algo:

> "Resta o testemunho das pessoas comuns" (Ecléa Bosi - 7/11/2002)

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS E REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

Vamos imaginar um cenário composto por vários bairros rurais ou comunidades cuja configuração espacial é formada por sítios ou casas esparsas, dispersos entre rios, morros, cachoeiras, praias, corredeiras, picos. Todos esses espaços possuem uma beleza ímpar, onde se destaca o verde da exuberante vegetação, os sons de diversos animais, de vento, de água, de barco tangendo os rios, de criança brincando, de gente trabalhando, carpindo, plantando, torrando farinha, pilando arroz, cortando caixeta, cantando, orando, dançando...vivendo!

Se fecharmos os olhos e imaginarmos um lugar assim, estaremos diante de um cenário? um filme? um quadro? uma paisagem? ou de todos eles, dependendo do conhecimento, da cultura, das crenças, da experiência de quem imagina. Obviamente o cenário criado é idealizado, nele não são perceptíveis angustias, desavenças, conflitos, jogo de interesses, miséria, fome etc.

Penso que o trabalho do geógrafo é o de compreender o espaço no qual as relações sociais se concretizam, compreender como o grupo social se relaciona e interage com a natureza, as relações de trabalho, de entrosamento e de estranheza entre grupos sociais culturalmente diversos, e também perceber o não aparente, o que não é visível enquanto paisagem, enquanto territórios sobrepostos.

Esses cenários estão postos na Estação Ecológica da Juréia-Itatins e a dissertação pretende abranger uma pequena parcela dessa complexidade.

A geografia tem muito a contribuir na indicação de caminhos e alternativas que viabilizem social e economicamente os moradores das unidades de conservação a permanecer no seu local de origem. Dentre as diversas abordagens da geografia, optei por trabalhar com a Geografia Cultural.

Trabalhar com alternativas, caminhos e possibilidades não significa mediar e ponderar, mas tentar entender os conflitos e partir para ações concretas que deixem de lado tanto o radicalismo romântico (populações tradicionais por definição preservam a natureza), quanto o radicalismo preservacionista (os fragmentos de biodiversidade só serão preservados se deixar o Homem de fora de seus frágeis limites).

Abordagem igualmente importante para o trabalho é a discussão sobre a origem da separação Homem (Sociedade) - Natureza e suas implicações no estabelecimento de unidades de conservação ambiental de uso restritivo.

O processo brasileiro de criação das Unidades de Conservação - UCs seguiu os moldes das unidades de conservação dos países industrializados, sobretudo dos Estados Unidos, cuja principal finalidade era preservar áreas que servissem de lazer ou de referência histórica para as populações urbano-industriais, já que *desenvolvimento* e *conservação* de *áreas naturais*, eram tidos como possibilidades excludentes.

2.1 A Geografia e as Relações entre Sociedade e Natureza

As transformações na ocupação do espaço, nas relações sociais e produtivas e na apropriação da natureza, são objetos de estudo da geografia antes mesmo de sua estruturação como ciência no início do século XIX. (Moraes, 1981)

Entretanto, trabalhar os conceitos da geografia sobre os quais ilustres geógrafos vêm se debruçando há pelo menos duas centenas de anos, não é tarefa fácil. Maior desafio ainda é como fundamentar dentro do pensamento geográfico a discussão de um tema que ultrapassa as fronteiras da geografia e adentra ao campo do conhecimento de disciplinas como, por exemplo, a sociologia, a antropologia, a psicologia e a ecologia.

Tentando alinhar todos os elementos necessários para a análise da questão central do trabalho, a geografia cultural foi escolhida como campo do conhecimento geográfico.

Para Furlan (2000), a Geografia Cultural é, em linhas gerais, a corrente do pensamento geográfico que melhor dá conta da complexidade da criação de áreas protegidas:

> "A geografia cultural está associada à experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar". (Claval, 1997:89 *apud* Furlan, 2000:26)

A Geografia Cultural nasce dentro do pensamento geográfico na Geografia Tradicional[1] que por sua vez, tem suas origens nos tratados naturalistas, onde a ênfase era a observação e as minuciosas descrições do meio natural e das pesquisas etnográficas. (Maia, 2001)

Nesse sentido é inegável a contribuição do naturalista e geógrafo alemão Alexandre von Humboldt (1769-1859), considerado um dos pais da geografia, sendo a Alemanha o berço da geografia sistematizada enquanto saber científico.

[1] Ver Geografia Pequena História Crítica para saber mais sobre o surgimento e desenvolvimento da ciência geográfica. (MORAES, A.C. R. Hucitec, 1981)

Humboldt introduziu a interpretação dos fatos observados nas comunidades primitivas que estudou ou visitou, além de eleger a paisagem como ponto de partida da análise, sendo que a paisagem para ele deveria ser contemplada "*de uma forma quase estética... A paisagem causaria no observador uma 'impressão', a qual, combinada com a observação sistemática dos seus elementos componentes, e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria à explicação: à causalidade das conexões contidas na paisagem observada*". (Moraes, 1981:48)

Nos anos 80 do século XIX, outro alemão Friedrich Ratzel (1844-1094), define o objeto geográfico como o estudo da influência que o meio natural exerce sobre o ser humano. Esse autor é o fundador da Geografia Humana. Ratzel vai também introduzir a cultura em suas análises. "*A geografia de Ratzel dá importância aos fatos culturais, uma vez que estão associados ao meio e deste dependem, podendo ou não favorecer os movimentos populacionais*". (Maia, 2001: 73)

As obras de Ratzel tiveram muitos desdobramentos para a geografia como o determinismo e a geopolítica. Outra de suas formulações foi o ambientalismo por influência de seu professor Haeckel (um dos fundadores da Ecologia). O ambientalismo propunha o estudo do homem em relação aos elementos do meio no qual ele está inserido. Diverge do determinismo geográfico por tirar da natureza o "peso" da determinação. Dentro dessa formulação, a natureza é vista como suporte da vida humana. Segundo Moraes (1981) "*o ambientalismo representa um determinismo atenuado, sem visão fatalista e absoluta*". (p:60)

Outra contribuição de peso para a formação da geografia cultural veio da Escola Francesa, cujo principal expoente foi Paul Vidal de La Blache (1845-1918). La Blache se contrapor às idéias formuladas por Ratzel. Diferentemente de Ratzel, La Blache enxerga o homem como um ser dinâmico que sofre a influência do ambiente, mas que também é capaz de atuar sobre ele e transformá-lo. Essa nova perspectiva dá aos homens uma nova função, que é a de se *relacionar* com a natureza. Esta já não é mais superior e ordenadora de todas as coisas. Há *possibilidades* de agir sobre ela.

Com o intuito de responder às indagações sobre a grande diversidade cultural relacionada à variedade do meio natural, La Blache define o objeto da geografia como sendo "a relação homem-natureza na perspectiva da paisagem" (Moraes, 1981). A teoria de La Blache concebe o homem como:

> "...hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que lhe permitiriam utilizar os recursos naturais disponíveis". (Moraes, 1981:69)

Às técnicas e costumes construídos e transmitidos para o grupo social, Vidal de La Blache chamou de gênero de vida (*genre de vie*)[2] Sua formulação pressupunha um equilíbrio entre população e recursos, sendo que a diversidade dos meios naturais explicava a diversidade de gêneros de vida.

La Blache acreditava que os gêneros de vida eram próprios de povos primitivos ou pouco civilizados como os pescadores, agricultores ou caçadores, ou seja, *o outro* não era civilizado do ponto de vista de sua cultural ocidental.

Para mim seu grande mérito foi enxergar o sistema de técnicas e tecnologias que as culturas tradicionais ou como ele chamava - primitivas - desenvolveram em sua relação com o meio natural. É importante lembrar que a discussão sobre os gêneros, modos ou meio de vida continua na pauta das pesquisas atualmente desenvolvidas. No entanto, faltam elementos na sua análise:

> "A geografia vidalina fala de população, de agrupamentos, e nunca de sociedade; fala de estabelecimentos humanos, não de relações sociais; fala das técnicas e dos instrumentos de trabalho, porém não do processo de produção. Enfim, discute a relação homem-natureza, não abordando as relações entre os homens. É por esta razão que a carga naturalista foi mantida, apesar do apelo à História, contido em sua proposta". (Moraes, 1981:72)

Já nos anos 40 do séc. XX outro geógrafo francês, Max Sorre (1880-1962), vai (re)trabalhar o conceito de gênero de vida de La Blache, acrescentando a sua definição a análise dos elementos espirituais. Cria um conceito que incluía as comunidades urbanas, o *habitat*. Este pode ser rural (formas mais simples como os agrupamentos nômades) e urbano (formas mais complexas como a metrópole industrial).

Sorre vai trabalhar a idéia de espaço geográfico como espaços sobrepostos – o físico, o social, o econômico, o cultural etc, todos interrelacionados. Essa sobreposição possibilitaria um quadro atual, "o estado da arte" e a partir daí o geógrafo poderia estudar seu funcionamento.

Na escola alemã de geografia, destaca-se os trabalhos de Otto Schlüter (1872-1954) e Siegfried Passarge (1866-1958). Ao primeiro são atribuídos os conceitos de paisagem cultural (*Kulturlandschaft*). Schlüter insistiu na noção de paisagem como objeto de estudo da geografia e que também era preciso uma objetividade na observação. "*A geografia humana deveria se interessar pelo reconhecimento da forma e da disposição dos fenômenos da*

[2] Em algumas traduções aparece como modo de vida.

superfície terrestre, perceptíveis aos sentidos. Para isso, o método proposto deveria ser semelhante ao da geomorfologia. Enquanto estudo das formas superficiais, enfim, da morfologia". (Maia, 2001:85)

Seu método de investigação era funcionalista, na medida em que propunha descrever a paisagem para depois classificá-la partindo da paisagem natural e de sua organização funcional.

Passarge também sistematizou os estudos geográficos a partir da paisagem e seu método tinha forte influência da geomorfologia.

Segundo a literatura pesquisada, a Escola de Geografia Americana se desenvolve a partir dos anos 30 do século XX, sendo atualmente um dos grandes centros de produção geográfica do mundo. Seu principal articulador é Carl Sauer, sendo ele também o expoente da geografia cultural da América. (Almeida e Ratts, 2003; Claval, 2002; Maia, 2001; Corrêa, 1995; Moraes, 1981).

Sauer foi discípulo de Ratzel e responsável pela criação da Escola de Berkeley que surge por volta de 1925 com o intuito de se contrapor ao determinismo ambiental. É autor de Morfologia da Paisagem (*The Morphology of Landscape* de 1925). Seus trabalhos são referência também para os estudos ligados a etnociência. O I Volume da Suma Etnológica Brasileira, editada por Darcy Ribeiro contém "*As plantas cultivadas na América do Sul Tropical*", publicado originalmente em 1963.

Sauer vai (re) trabalhar os conceitos de paisagem natural e cultural de Passarge. Elege igualmente as formas como método de análise da paisagem. Para ele a paisagem é um conjunto de formas físicas e culturais coexistentes em uma determinada área. Há em sua obra uma preocupação com a diversidade das ações humanas. Segundo Corrêa (1995),

> "Sauer fornece-nos uma chave para analisar a cultura: origina-se, difunde-se e evolui no tempo e no espaço, sendo compreensível no tempo, porém traçável no espaço onde se localiza". (p. 3)

A definição de cultura de Carl Sauer trás, a meu ver, embutida a idéia de que como a cultura é impressa num espaço determinado, a perda desse espaço pode desestruturar essa cultura, o que me remete também às tradições culturais dos moradores da EEJI. Muitos deles relatam que seus filhos e netos desconhecem suas práticas culturais e pior, uma parcela deles nem ao menos se interessa em conhecê-las. Um questionamento pertinente seria por que os jovens precisariam conhecer as tradições culturais de seus antepassados se já não vivem mais naquele sistema cultural? Uma resposta possível é a de que todo ser humano

precisa de referências, precisa conhecer sua origem, dessa forma sua identidade se fortalece, por mais que sua opção de vida seja outra.

O geógrafo Roberto Lobato Corrêa (1995), no primeiro número da revista Espaço e Cultura, atribui as bases da nova geografia cultural a qual trata também por "reinventada – revitalizada" a nomes como o de Vidal de la Blache e Max Sorre (Escola francesa), de Passarge Schlüter (Escola alemã) e Carl Sauer (Escola americana).

A evolução da geografia cultural surgiu da pré-disposição dos pesquisadores em não limitar suas reflexões ao campo do "já conhecido", mas ousar incluir outros elementos na análise das realidades com as quais se deparavam. Há um resgate do "empirismo" ou da importância dos trabalhos de campo, porém acrescido de abertura para inclusão de outros olhares já que nem a natureza nem as sociedades humanas são compartimentalizadas, estamos sim falando de um todo complexo.

Não há consenso, mas tentativas de se trabalhar dentro da geografia cultural. Apesar da história de seu desenvolvimento enquanto formas de abordagem dentro da ciência geográfica datar do séc XIX, pode-se dizer que ela ainda está em discussão.

A geografia cultural declinou no início dos anos de 1960 e nos anos 80 reapareceu com maior vitalidade. No Brasil, só começou a ser difundida a partir do começo da década de 90, contudo, ainda não desfruta da importância conquistada nos EUA e Europa. Um dos centros mais férteis de trabalho da geografia cultural está no Rio de Janeiro, na UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro que tem feito um esforço de organizar encontros e publicar os trabalhos de geógrafos brasileiros e dos precursores da geografia cultural.

Dentre os geógrafos culturais contemporâneos destacam-se os nomes de Paul Claval e Joel Bonnemasion (França), Denis Cosgrove (Inglaterra), David Woodward e Yi-Fu Tuan (Estados Unidos).

Dos autores da nova geografia cultural, serão adotadas abordagens de Paul Claval e Yi-Fu Tuan para a análise dos fatos que precederam a criação da EEJI.

Paul Claval é atualmente professor e coordenador do Laboratório Espace et Culture – Villes et Civilisations da Universidade de Paris-Sorbonne.

A leitura do trabalho "*Campo e perspectivas da geografia cultural*", publicado originalmente em francês em 1992, ajudou-me a diminuir um incômodo que sentia por não privilegiar as análises pelo viés marxista da perda dos meios de produção no processo de desestruturação sócio-cultural por que passam os moradores da Juréia. E além disso precisava encontrar uma abordagem geográfica para o meu trabalho, visto que este se aproximou mais da

antropologia do que da geografia até mesmo por estar profissionalmente ligada a um núcleo de pesquisas sociais e antropológicas.

Para Claval (2002) a cultura é "*concebida como o conjunto daquilo que os homens recebem de herança ou que inventam; ela é feita de tudo aquilo que é transmissível. Portanto, a cultura é o conjunto de representações sobre as quais repousa a transmissão, de uma geração a outra ou entre parceiros da mesma idade, das sensibilidades, idéias e normas. As religiões, filosofias e ideologias que dão um sentido à vida fazem parte da cultura"*. (p. 141-142)

Prossegue dizendo que "*a cultura não é apenas herança. Ela comporta elementos novos, é o fruto de uma incessante atividade inventiva*". (p.143)

Essa é uma constatação fácil de se obter quando se trabalha, por exemplo, com caiçaras. Seu conhecimento é formado por um conjunto de tentativas e erros motivados pela necessidade de descobrir tecnologias compatíveis com os recursos disponíveis. Porém a característica da observação constante dos elementos da natureza e do próprio comportamento humano não é exercida somente pela necessidade funcional das coisas.

Durante meu trabalho de campo pude presenciar um diálogo entre dois irmãos a respeito de um ninho de marimbondo próximo da casa de um deles na Praia do Rio Verde. Eles questionavam o porquê do marimbondo fazer a abertura do casulo no topo, e por que não em baixo, pois ficariam protegidos da chuva inclusive. Os dois disseram que já tinham ficado observando esse fato há muito tempo e tentando descobrir o porque. Um deles contou que havia feito a experiência de tampar o buraco e abrir outro embaixo pra ver se elas mudavam de hábito, "*mas... não adiantou*!"

Nesse mundo caiçara o tempo de observação da vida, da natureza é essencial para os conhecimentos que eles acumularam. Observar, tentar, errar, acertar...é assim que as coisas funcionam e que estimulam a criatividade caiçara.

O conceito de autoctonia formulado por Claval é igualmente importante na análise da cultura. Ele nos diz que aquilo que garante a autenticidade das escolhas dos indivíduos é este estar em concordância com a tradição que interiorizou.

> "O que garante ao indivíduo a autenticidade de suas escolhas é o sentimento que ele tem de estar de acordo com uma tradição que interiorizou, ou com uma fé que ele partilha – as duas coisas não são antagônicas. A autenticidade da tradição pode nascer de sua autoctonia: como poderíamos nos enganar quando aquilo que fazemos e aquilo que queremos ser está inscrito no prolongamento daquilo que os heróis fundadores estabeleceram na origem dos tempos? [...] Quando um povo

> está instalado num território onde ele caçou ou aprisionou os primeiros ocupantes, a autoctonia perde sua credibilidade". (2002, p. 172)

Quando a tradição cultural interiorizada é rompida por agentes externos à vontade do grupo, fica neste um sentimento de "perdidão", de desamparo e ao contrário do que autores como Sorre e Derruau defendiam, a tendência à uniformização em um só gênero ou modo de vida (o urbano) não acontece. Os homens passam a viver num espaço que não reconhecem como seu e não se encontram na nova sociedade, parafraseando Corbain: tornam-se um cidadão do vazio.

> "mas pra mim não tem lugar que nem lá. Aqui é, aqui ai ai ai, não quero nem... aqui a pessoa não vive, sabe? Vê lá como é que é, parece que tá sonhando, pessoa que sai de lá pensa que tá sonhando, parece que um dia vai acordá, sei lá..." Ex- moradora

Os grupos sociais que são deslocados do seu lugar de origem acabam sobrevivendo pela inércia da vida que precisa continuar a ser vivida, porém relatam sempre a "sensação de vazio", de tristeza e de melancolia, que emerge da perda da identidade.

Durante as entrevistas com os ex-moradores da Juréia, notou-se que apesar destes morarem próximos a conhecidos, amigos e parentes que também deixaram a EEJI, eles dificilmente se encontram e mais ainda: a proximidade com pessoas a quem estão afetivamente ligadas não supre a falta do seu lugar e do tempo que dispunham para fortalecer os vínculos de amizade. O tempo urbano (mesmo que das pequeninas cidades) é bem diferente do tempo do meio rural, do sítio como relatado a seguir:

> "...lá no sítio você trabalhava até as 4 horas e vinha prá casa e é tudo mundo junto...e aí se juntava as mulher, conversava. Aqui não, ocê só chega em casa a noite. Só faz comida, janta, dorme e no outro dia tem que trabalhá de novo, se não ocê num come, e lá não...ocê trabalhava 1 semana ficava 1 semana sem trabalhar, porque ocê plantava sua roça e esperava crescer. E lá uma semana ocê fazia farinha, pilava arroz, socava aí uns 3, 4 quilos de arroz e deixava lá na lata arroz pilado prá cumê. Não tinha essa preocupação tanta que a gente tem hoje aqui, que mais o que me mata é isso sabe, trabalha direto sem parar, ocê não tem sábado, domingo, é segunda, é terça, num para, ocê não tem sossego. Quando eu morava no Rio Verde, passava uma rede, pescava, fazia tudo, eu derrubava, eu roçava, fazia tudo no mato, tudo que os homens fazia eu fazia. Aqui é muito difícil. A gente num... é bom a cidade prá quem nasceu lá, mas prá quem morava no sítio, você tem vontade de comer um cuscuz não tem, tem vontade de comer um beiju não tem, tem vontade de comer uma brejauva não tem, tudo que ocê tinha no sítio aqui não tem! Vai comprar é um absurdo de careza, não dá. Tudo fim de semana a gente tinha festinha, o pessoal fazia um aniversário aí já dançava, tudo mundo

> junto, aqui não, é difícil você encontrar com um amigo de você, mesmo o pessoal que era de lá é difícil ocê encontrar. Ex-moradora

Ainda segundo Claval, a cultura é o principal elemento de identificação de um povo, porém esta não é estática, está em constante transformação.

Da mesma maneira a paisagem não é estática, está em constante transformação. A paisagem é herança e legado, a cultura também. Podemos então dizer que as paisagens são construções humanas, empreendidas pelas ações culturais dos homens sobre o meio natural. A paisagem é percebida pelo homem como o resultado de suas ações, ou seja, de seus atos culturais. Sejam esses atos a edificação de casas, estábulos, edifícios, plantações, terreiros ou escombros de guerra.

> "Nesse sentido, a paisagem é a matriz da cultura: ela contribui para a transferência, de uma geração para a outra, dos saberes, crenças, sonhos e atitudes sociais. [...] Ao mesmo tempo, a paisagem carrega a marca das culturas que a formaram: inicialmente marca funcional, em seguida, marca simbólica". (Claval, 2002: 146)

Para Santos (1982) o tempo é elemento fundamental para a compreensão da paisagem: "A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado. A noção de escala é igualmente importante, pois, se o espaço é total, a paisagem não o é". (p. 41)

O geógrafo britânico Denis Cosgrove dividiu as paisagens em dois blocos: a paisagem da cultura dominante e as paisagens das culturas alternativas. Divide ainda esta segunda em 3 sub-grupos: as paisagens residuais; as paisagens emergentes; as paisagens excluídas.

Cosgrove (1998) define *cultura dominante* pelo poder que exerce sobre outros grupos. Esse poder se dá pelo "*controle dos meios de vida: terra, capital, matérias-primas e força de trabalho*" (p. 111). No nosso estudo de caso da EEJI, a cultura dominante é a do Estado (nas suas diversas instâncias de poder constituído) e dos ambientalistas.

Para Cosgrove (1998), as culturas alternativas são teoricamente menos visíveis na paisagem do que as dominantes, porém dependendo da escala de observação uma cultura subordinada ou alternativa pode parecer dominante (p. 116). Exemplos são os guetos, as cidades ou mesmo ruas e bairros dominados por grupos étnicos. O autor faz no entanto uma ressalva:

> "...por mais dominante localmente que possa ser uma cultura alternativa, ela continua subdominante à cultura nacional oficial". (p. 117)

Pensando nas comunidades formadoras da EEJI, tendo a classificá-las como fazendo parte das paisagens de uma cultura excluída, pois o fato de lá permanecerem mesmo que de maneira residual, mostra a resistência; algumas dessas comunidades são riquíssimas em símbolos e significados para o grupo e pouco visíveis para "o outro de fora". Este é o caso da comunidade da Cachoeira do Guilherme, nascida a partir de um grupo de famílias seguidoras de uma crença e que elegeram esse lugar como porto seguro para suas práticas religiosas.

Outro caminho percorrido pela geografia cultural é o da etnogeografia. "*Os trabalhos de etnogeografia permitem penetrar na intimidade das civilizações. Eles apreendem a especificidade dos lugares e das paisagens ligadas a tal e tal cultura*". (Claval, 2002:184)

Paul Claval insere a geografia na Etnociência (ciência que procura integrar ao estudo ecológico o conhecimento de como as populações percebem os recursos - Moran, 1990). Essa nova abordagem vai dar origem a sub campos da ciência, as chamadas etno-X que tratam dos domínios específicos da cultura, como a etnobotânica, a etnozoologia e a etno-ecologia e a etnogeografia.

A definição de etnogeografia de Claval traz um conceito importante para esse trabalho que é a especificidade do lugar. Porém não há como definir o que seja lugar sem que simultaneamente nos ocorra a dúvida: há similaridade entre lugar e os conceitos de território e espaço?

Espaço é o terreno onde se constroem as relações sociais, de trabalho, onde repousam os objetos naturais e materiais. O espaço é dinâmico, pois pressupõe o empreendimento de ações humanas na sua configuração (Santos, 1997). Tuan (1983) vai nos dizer que "o espaço é mais abstrato do que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (p.6).

Em outras palavras, quando uma porção do espaço é percebida e envolvida de afetividade pelo Homem, este se torna um lugar. Seu significado transcende o real, o concreto, está revestido de emoção, de simbolismos, de lembranças etc. Segundo Tuan (1983), um lugar pode ser desde uma poltrona perto da lareira até o Estado-Nação. Na medida que melhor conhecemos o espaço e vamos a ele atribuindo valor, seja material ou emocional, o transformamos em lugar.

Outro ponto importante que destaco da obra de Tuan "*Espaço e Lugar*" é a influência da experiência ou do conhecimento sobre o lugar.

> "A experiência pode ser direta e íntima, ou pode ser direta e conceitual, mediada por símbolos. Conhecemos nossa casa intimamente; podemos apenas conhecer algo sobre o nosso país se ele é muito grande. Um antigo

> habitante da cidade de Minneapolis conhece a cidade, um chofer de táxi aprende a andar por ela, um geógrafo estuda Minneaplois e a conhece conceitualmente. Estas são três formas de experenciar. Uma pessoa pode conhecer um lugar tanto de modo íntimo como conceitual". (Tuan, 1983: 6-7)

Em relação ao morador da Juréia, e das Unidades de Conservação como um todo, podemos dizer que sua experiência é íntima com o lugar, ao passo que a experiência "dos de fora" é conceitual, porém ambas as experiências são mediadas pelos sistemas de crenças, de simbolismos e de visões diferentes sobre o mundo. Ter intimidade com o lugar é tê-lo vivido, é o espaço vivido tão precioso para a geografia.

Na categoria "dos de fora" estamos incluídos nós os pesquisadores, os governantes, os membros das ONGs, os funcionários encarregados de administrar as UC's. Certamente nossa experiência é conceitual e muitas vezes o nosso sistema de crenças vê nesse morador um elemento destruidor. Ou não o vemos como destruidor, mas como não experenciamos de forma íntima o que é estar alijado das formas necessárias para a sobrevivência, não nos damos conta da situação precária dos moradores de parques e reservas. A legislação ambiental enxerga nas UC's somente os limites legais, não alcança o espaço vivido, que só seria possível através da intimidade da experiência.

Tamanho é o descaso sentido pelos moradores da EEJI que uma ex-moradora chegou a comparar a situação em que vivem à vergonhosa dizimação dos índios brasileiros.

> "Sabe que a gente já esgotou a paciência, é muita sacanagem fazerem isso com a turma. A mesma coisa que fizeram com os índios naquela época (período da colonização) estão fazendo com os caiçaras. E o governo não percebe que estão fazendo isso, mas estão fazendo a mesma coisa, estão maltratando os caiçaras, o pessoal que morava lá". Ex-moradora

Para Raffestin (1993) o espaço antecede o território; o território se forma a partir do espaço. Ele é uma apropriação do espaço, que poderá ser concreta ou abstrata (pelas representações) e resultado de uma ação empreendida por diversos atores. O território "*é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si*". (p. 144)

O território é uma produção, uma construção a partir do espaço, e como toda produção envolve relações, temos no território um campo de forças convergentes e divergentes, temos portanto, um campo de poder (Raffestin, 1993). O território é também um produto da história das sociedades, nesse sentido ele comporta a dimensão material, a dimensão social,

a dimensão cultural e podemos ainda acrescentar as dimensões psicológicas e espirituais da sociedade.

Para Ratzel o território também era um campo de poder, porém suas preocupações centravam-se na questão da consolidação de Estados-Nações (Moraes, 1981) e nas fronteiras entre os territórios. Mas não se deteve aos territórios "locais", de extrema importância, visto que as relações de poder e de controle ocorrem em qualquer lugar, a começar pela nossa casa e nas nossas relações sociais intra-familiares.

Entendo que o território é um campo "não-visível" de forças, onde formas de controle são estabelecidas por grupos sociais. Quando há a sobreposição de territórios com interesses diversos de grupos igualmente diversos, estabelecem-se os conflitos, a subjugação dos povos, etc. É o caso das disputas entre judeus e palestinos em Israel, o caso do poder paralelo exercido pelo narcotráfico, e é também o caso dos grupos sociais afetados pela criação de Unidades de Conservação.

Podemos dizer que a EEJI está localizada no espaço geográfico do estado de São Paulo. Tornou-se por força legal um território controlado pelo Estado, a quem foi dado o poder de punir quem infringir suas normas, mesmo que estas [as normas] desrespeitem as formas de controle e as normas do grupo social que vivia nesse espaço geográfico anteriormente [os moradores locais], cujo território "foi invadido" pelo Estado na medida em que a intervenção política e jurídica os excluiu inclusive fisicamente do território conhecido, vivido em todas as suas instâncias possíveis (material, emocional, social, simbólica, mitológica etc).

A idéia de território em Ratzel e na geografia tem origem nos estudos da biologia, mais precisamente na zoologia. O mesmo se deu com o conceito da territorialidade. A sistematização ocorre na década de 20 do século XX com os trabalhos de H.E.Howard que definiu como territorialidade "*a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra membros de sua própria espécie*". (Raffestin, 1993:159)

Ainda não se chegou a um consenso do que seja territorialidade, apesar de ser largamente usado, principalmente nos trabalhos sobre uso comum de recursos naturais por comunidades de pescadores, extratores, agricultores etc. A territorialidade nesses casos deve abarcar tanto a humana ou social quanto a natural.

Raffestin define territorialidade como "*um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema*" (p. 160). Mais adiante no texto, ressalta que a

territorialidade está presente em todas as escalas espaciais e sociais, e é inerente a todas as relações, "*é a 'face vivida' da 'face agida' do poder"* (p. 162).

Para a compreensão dos impactos das áreas naturais protegidas sobre os moradores locais, a territorialidade é fundamental. É comum a não concordância por parte das pessoas encarregadas de administrar, gerenciar e controlar, de ações humanas empreendidas sob essas áreas. Nesse sentido Claude Raffestin nos faz um alerta importante que pode vir a contribuir para amenizar os conflitos: "*não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica". (p. 162)*

É preciso enxergar o outro, perceber como o outro vê, sente e qualifica sua relação com a natureza. Cada grupo envolvido na implantação das áreas naturais protegidas possui leituras diferentes do território, se identificam diferentemente em relação a um mesmo território. Cada um apesar de pertencer a um grupo específico vê o território como seu, a partir da sua individualidade. "*Territorialidade é pertencer àquilo que nos pertence*." (Furlan, 2001)[3]

2.2 Áreas Naturais Protegidas e a origem da separação "Homem e Natureza"

"...está ficando óbvio que a chave da proteção de paisagens apreciadas, está nas comunidades que as chamam de lar".
*(*Holdgate *apud* Brito, 2000)

A necessidade das sociedades modernas de preservar espaços naturais lúdicos, aprazíveis, está ligada às crenças do homem como destruidor. O homem na voracidade de acumular riquezas, de expandir seu domínio sobre outros povos, foi impiedosamente degradando o meio natural.

Em "*O homem e o Mundo Natural*" de 1988, Keith Thomas, faz um apanhado sobre as diferentes visões da relação homem-natureza, desde o início da era moderna, e a constante alternância entre respeito e subserviência/desrespeito, até o século XIX. Discute esta relação através do antropocentrismo exacerbado, fundamentado na teologia, especificamente na leitura que religiosos fizeram do Gênesis. Entre os clérigos havia um consenso de que todas as criaturas foram feitas para o homem, sujeitas a seu governo e destinadas ao seu uso.

[3] Comunicação oral da Profª Sueli Ângelo Furlan sobre "Território, lugar e paisagem", durante os Seminários Interdisciplinares "Paisagem e Cultura Caiçara", realizado de 28 de maio a 01 de junho de 2001, NUPAUB/USP.

Todo animal estava destinado a servir a algum propósito humano, se não prático, ao menos moral ou estético.

Os filósofos clássicos, como Aristóteles, já diziam que a natureza não fez nada em vão, *"e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados*" (p. 21).

Ainda no século XVIII, considerava-se que os animais como eram capazes apenas de níveis limitados de felicidade, em comparação ao homem, era adequado que os interesses deles cedessem aos da espécie humana, sempre que surgisse competição entre eles.

Thomas cita trechos de um relatório escrito na década de 1830 sobre a bondade de Deus na criação que reafirmavam que todas as espécies inferiores haviam sido criadas para servir aos homens:

> "Deus criou o boi e o cavalo para labutar a nosso serviço, disse o naturalista William Swainson; o cão para demonstrar lealdade afetuosa e as galinhas para exibir 'perfeita satisfação em um estado de parcial confinamento'. O piolho era indispensável, explicava o reverendo Willian Kirby, porque fornecia poderoso incentivo aos hábitos de higiene". (p. 24/25)

Desde os anglo-saxões, a igreja cristã na Inglaterra se colocava contra o culto das nascentes e dos rios. As divindades pagãs do bosque e das montanhas foram expulsas, deixando desencantado o mundo, desprovido de mitos e lendas, mas pronto para ser formado, moldado e dominado. Quando os viajantes começaram a trazer relatos de como as religiões orientais mantinham uma visão totalmente diferente e, como os budistas e hindus respeitavam a vida dos animais, e até dos insetos, a reação geral foi de desdém e de desaprovação. Evidentemente o cristianismo teve grande influência na subordinação da natureza ao homem, no entanto, o culto à natureza não evitou a poluição industrial no Japão. (Thomas, 1988)

Segundo Pons (1997), o Japão é um caso singular. Apesar da natureza ser o "*valor supremo de sua cultura"* (p.33), o crescimento econômico a que se lançou na década de 1960 causou uma irreparável depredação do seu ambiente natural. Ou seja, os problemas ecológicos não são exclusivos do mundo ocidental e nem do Cristianismo.

Thomas (1988) resgata o pensamento de Karl Marx para nos dizer que:

> "...não foi sua religião [o cristianismo], mas o surgimento da propriedade privada e da economia monetária, que conduziu os cristãos a explorar o mundo natural de uma forma que os judeus nunca fizeram; ele chamou "a

> grande influência civilizadora do capital" que pôs fim à 'ideificação da natureza'". (p. 29)

Durante os séculos XVI e XVII já havia registros dos danos nocivos causados pela poluição das indústrias instaladas em Londres e nos seus arredores, além de sua superpopulação (Thomas, 1988).

Em fins do séc. XVIII, a natureza passou a ser vista como refúgio espiritual do homem. A natureza selvagem passa a ser além de bela, moralmente benéfica. O cristianismo muda sua visão sobre a natureza. Não só cientistas, mas pessoas comuns se interessaram por estudar espécies animais e vegetais. Partiram dessas pessoas as primeiras campanhas, na Inglaterra, pela preservação da natureza (Thomas, 1988).

Outro autor que nos fala sobre a natureza e o homem é Simon Schama em sua obra "*Paisagem e Memória*", de 1996. Ele propõe uma "*escavação feita abaixo do nível de visão convencional com a finalidade de recuperar os veios de mito e memória existentes sobre a superfície*" (p. 25).

Schama (1996) questiona o conceito ou crença de natureza selvagem, dando como exemplo a criação de Yosemite Valley (1864) como o lugar de significado sagrado para o povo americano, um verdadeiro Éden, uma natureza selvagem, sem máculas humanas.

> "É evidente que o próprio ato de identificar o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos. [...] afinal a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia. [...] Tampouco a natureza selvagem venera a si mesma. Foram necessárias visitas santificantes de pregadores da Nova Inglaterra [...] para representá-la como o parque sagrado do Oeste". (Schama, 1996:17)

Os idealizadores de Yosemite optaram por deixar o homem fora da sua área, "*tanto as companhias de mineração quanto os índios Ahwahneechee foram meticulosa e energicamente expulsos do idílico cenário*". (Schama, 1996:18)

Pode-se verificar que a criação dos primeiros parques se dá na Europa (em países como a Inglaterra) e nos Estados Unidos. O mesmo homem que destruiu e dominou a natureza confina porções desta para protegê-la de seus próprios atos. A "consciência ecológica" vai surgir no rastro de desastres ecológicos e do histórico de devastação.

Nos Estados Unidos, a criação do primeiro Parque Nacional (Yellowstone, 1872) objetivava oferecer atrativos para uso público, principalmente de caráter recreativo e turístico com exaltação da beleza cênica, mas vetava a presença fixa do homem. Ratificam-se então os propósitos da corrente preservacionista para a qual, a natureza é concebida longe da presença humana (*wilderness* - áreas selvagens não habitadas permanentemente).

Yellowstone teve também sua história de conflito e derramamento de sangue. O parque foi criado na área dos índios shoshones e a proteção tanto da natureza quanto dos índios constavam do plano original de criação do parque. No entanto, quando de sua efetiva criação, os nativos eram vistos como "demônios vermelhos rastejantes". Muitos foram expulsos de forma velada e centenas de outros foram mortos em conflitos com as autoridades locais. Anos depois a administração do parque foi transferida para o exército americano. (Diegues, 1994)

Em 1964, quase um século após a criação de Yellowstone, o *Wilderness Act* ratifica que as unidades de conservação devem ser áreas onde o homem é apenas visitante e não morador e onde a beleza natural é essencial para estimular os sentimentos de enlevo do homem moderno.

O conceito de preservação era bem distinto em países da Europa, como a Inglaterra, onde imperava o conceito de criação de áreas naturais para pesquisa de fauna e flora. O "*Countryside Act*" de 1949 amplia a conceituação e define *parques* como sendo áreas de finalidades múltiplas que poderiam ser alteradas pela ocupação e expansão humanas. Em função disso a IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza, passou a classificar os parques ingleses numa nova categoria de manejo: *paisagens protegidas.*

No Brasil, as primeiras medidas de contenção da devastação florestal, datam do séc. XVIII e estão nas Cartas Régias da Coroa Portuguesa que se preocupava com o extermínio das espécies de madeira e com o possível comprometimento da indústria naval portuguesa. O controle dos recursos florestais tinha objetivos puramente econômicos. José Bonifácio de Andrada e Silva propôs, no início do séc. XIX, que se criasse no Brasil um setor administrativo específico para as matas e bosques com igual *status* concedido aos setores de Obras Públicas, Mineração, Agricultura e Indústria. José Bonifácio, certamente influenciado pela cultura européia, declarava sua preocupação com as matas, uma vez que elas representavam "um grande livro, cujo segredo e riquezas poderiam ser arrebatadas pelo conhecimento científico" (Diegues, 1994:102).

Data de 1934 o surgimento do primeiro Código de Caça e Pesca, o Código de Minas, o Código das Águas e o Código Florestal. Ainda em 1934 foi realizada a 1ª Conferência para a Proteção da Natureza, promovida pela "Sociedade dos Amigos das Árvores". (Carvalho, 1967 *apud* Diegues, 1994)

Em 1934 é criado o primeiro Parque Nacional, Itatiaia, com o objetivo de incentivar a pesquisa e o lazer para a população urbana. (Quintão, 1983 *apud* Diegues, 1994) A

proposta de sua criação surge ainda no século XIX (1876) com André Rebouças, tendo como modelo os parques americanos.

Prevaleceu o conceito de NATUREZA que excluía o homem. A idéia de separar o natural do não-natural estava presente em concepções preservacionistas mundo afora e também no Brasil, através das políticas públicas. Como nos alerta Furlan (2000), nossas políticas públicas enxergam homens e natureza como opostos e formulam estratégias de conservação reforçando essa separação.

Arrisco-me a dizer que a política ambiental brasileira reproduz, em linhas gerais, a política brasileira com sua estrutura administrativa muitas vezes ineficiente; uso da força na proteção do território ou de interesses econômicos e políticos; conflitos de atribuições; falta de planos de ação bem definidos com um planejamento integrado; criação de leis e normas puramente casuísticas; deficiente na criação de mecanismos participativos da sociedade e de comunicação, entre outros.

Possivelmente a raiz dessa desestruturação esteja na própria história da formação do Estado brasileiro onde os mecanismos de gestão do seu território foram determinantes das nossas ações futuras:

> "A apropriação de novos lugares, com suas populações, riquezas e recursos naturais, era o móvel básico da colonização. Isto imprime uma marca na sociedade gestada na colônia, uma sociedade que tinha na conquista territorial um forte elemento de identidade. Assim, uma ótica dilapidadora comanda o processo de instalação do colonizador, a qual se expressa num padrão extensivo (do ponto de vista do espaço) e intensivo (do ponto de vista dos recursos naturais) de uso do solo. Neste quadro as populações são vistas como apenas um meio de se retirar à riqueza natural". (Moraes, 1997:13/14)

Moraes destaca ainda que construir o país é uma idéia recorrente na nossa história, cujo pressuposto foi a ocupação dos imensos espaços ou fundos territoriais não explorados, alimentando os projetos nacionais de integração, que perpassam o imaginário dos governantes brasileiros até hoje se alterando, evidentemente, os objetivos e focos dos planos estratégicos de integração.

> "(...) a formação do Estado do Brasil vai estar continuamente marcada por uma forte orientação de cunho geopolítico: garantir a soberania e a integridade dos fundos territoriais será sempre sua missão básica. Daí um aparelho de Estado construído tendo por referência o domínio do território e não o bem-estar do povo. Isso se ilustra numa máxima que atravessa a ação estatal ao longo de nossa história: tutela do povo em nome da integridade do espaço". (Moraes, 1997:15)

Em verdade, o que imperou no Brasil foi a ineficácia da legislação em coibir os abusos ambientais desses nossos 500 anos de formação. Brechas nas leis e grandes *lobbys* econômicos contam historicamente com a permissividade de nossa legislação, contraditoriamente, uma das mais completas do mundo. Se isto não bastasse, a lei acaba sendo aplicada de forma parcial, contra pequenos infratores. A mão pesada da legislação ambiental e da polícia florestal sobre moradores de áreas protegidas e de seus entornos são incontáveis, roubando dessas pessoas a dignidade ao autuá-las como infratores.

> "A prática comum de ignorar os direitos tradicionais e as práticas da população local para criar novas unidades de conservação tem sido denominada '*ecolonialismo*', devido a sua semelhança com os abusos históricos dos direitos dos nativos praticados por forças colonialistas de épocas passadas". (Cox e Elmqvist, 1993 *apud* Primack e Rodrigues, 2001)

Diversos autores têm se dedicado a estudar o processo histórico da criação das áreas naturais protegidas no Brasil (p. exemplo: Brito, 2000; Cunha, 1989; Diegues, 1992 e 1994; Ângelo-Furlan, 1990 e 2000; Moraes, 1997; Vianna, 1996; Sanches, 1997; Amaral, 1998).

Um dos motivos que despertou o interesse e preocupação dos pesquisadores, foi o fato de que grande parte das áreas que passaram a ser legalmente protegidas pelas leis ambientais de caráter restritivo quanto ao seu uso, eram espaços ocupados por comunidades rurais de pescadores, de caboclos, de ribeirinhos, de caiçaras, de quilombolas, etc.

Discussões sobre a compatibilidade entre preservação ambiental da biodiversidade e uso social da área por populações locais ou tradicionais têm permeado os fóruns nacionais e mundiais sobre conservação da natureza. Apesar dos muitos trabalhos científicos já realizados, os pesquisadores sejam eles conservacionistas ou não, concordam que ainda não chegamos a um consenso sobre esta temática. Talvez porque não haja um só caminho quando se trata de tema tão abrangente.

Tratar o problema da perda de biodiversidade vegetal, das espécies animais em extinção *isoladamente* da desestruturação cultural, familiar e econômica de comunidades "diferenciadas", é se negar a enxergar que a natureza intocada não existe mais e aquilo que não existe não pode ser deixado de herança para as gerações futuras. Não é por acaso que as áreas ambientalmente mais preservadas são ocupadas, por exemplo, por indígenas, ribeirinhos, caiçaras, caboclos. Há muito que aprender com essas comunidades sobre manejo do ambiente, como também a comunidade científica tem muito a ensiná-los. Aliar conhecimento tradicional, com ciência e com educação parece ser um dos caminhos mais prováveis de sucesso e de melhoria da qualidade de vida para as populações locais e sem

nenhuma perda da qualidade de vida para as populações urbanas e para o ambiente natural (Gómez-Pompa & Kaus, 1992).

Os pesquisadores Gómez-Pompa e Andrea Kaus contestam as políticas ambientais de preservação dos ecossistemas. Para eles, esta política está baseada mais em crenças ocidentais sobre a natureza do que na realidade, uma vez que selecionamos o que deva ser preservado e de que maneira deva ser manejado, fundamentado na nossa visão parcial de natureza e de conservação. E quais são as crenças ocidentais ou paradigmas sobre a natureza, segundo eles?

• **Dicotomia HOMEM – NATUREZA**: o homem deve ser apartado da natureza, pois não colabora para o seu bem estar. Os ambientes naturais devem ser preservados como uma relíquia de tempos passados e na qual o homem só pode ser visitante. Não lhe é dado o direito de ser morador, lhe cabe somente reverenciar a natureza.
• **Descobertas científicas são aceitas como verdades absolutas**: uma verdade científica é tirada de um conjunto limitado de dados, baseado no conhecimento do cientista, na interpretação das informações disponíveis e que podem ser alterados a partir de novos descobrimentos.
• **O conhecimento científico é o melhor como base para se manejar a natureza**
• **Algumas áreas são consideradas intocadas e por isso devem ser preservadas:** muitas delas já foram amplamente manejadas por numerosas populações humanas, como os Maias e as tribos indígenas da Amazônia.
• **A destruição da natureza é primeiro enxergada como praticada pela população local:** muitas vezes, a destruição é reflexo de interesses econômicos como grandes empreendimentos ou os ciclos econômicos.
• **A vegetação madura representa uma comunidade no seu clímax estável, em equilíbrio sem interferência humana:** desconsidera que as florestas são resultado do manejo de centenas de anos atrás. E que há desequilíbrios ecológicos naturais, sem que haja a intervenção humana, faz parte do ciclo natural da vida.

A partir da década de 1970 há um crescimento na produção científica sobre a natureza e o homem, sobre a importância desse último na preservação de áreas naturais, no manejo dos ecossistemas, no incremento da diversidade biológica e na discussão das crenças ocidentais de preservação citadas por Gómez-Pompa e Kaus acima.

Também é nessa década que a comunidade internacional começa a se importar com os crescentes conflitos envolvendo populações e áreas protegidas, com destaque para os

conflitos com os grupos étnicos africanos que foram desalojados para criação de áreas naturais protegidas. (Brito, 2000)

O marco dessa época é a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano que ocorreu em 1972 e ficou conhecida como a Conferência de Estocolmo. Pela primeira vez num fórum intergovernamental foram discutidos problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global, com o intuito de se empreender ações corretivas. Uma de suas primeiras ações foi criar o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

> "Talvez o maior legado da Conferência de Estocolmo tenha sido a inserção definitiva das questões ambientais na agenda mundial e o estabelecimento do conceito de que os problemas ambientais transcendiam fronteiras, e que estavam relacionados a questões de ordem política, econômica, social e cultural". (Brito, 2000:29)

Em meados da década de 70 é lançado o Programa *Man and Biosfere* (MAB) da UNESCO. Começava-se assim a aceitar a realidade da ocupação humana em áreas naturais protegidas e instalaram-se ao redor do mundo as Reservas da Biosfera que introduzem o conceito de desenvolvimento em equilíbrio nas relações entre o homem e seu ambiente. (Brito, 2000)

É neste contexto mundial que surgem, ao lado dos trabalhos preocupados com a degradação ambiental e a perda global da biodiversidade, os trabalhos de pesquisadores que alertavam para a importância do homem nesse processo, discutindo que seu papel não era unicamente de destruidor, ou seja, nem todos os seres humanos contribuíam para a destruição do ambiente, mas alguns eram responsáveis pela sua preservação e até mesmo pelo aumento de sua biodiversidade.

São trabalhos que se preocupam em estudar o conhecimento tradicional dos povos em relação ao meio ambiente, e ressaltam a capacidade das comunidades de se valer de estratégias de conservação dos recursos naturais como forma de assegurar sua reprodução material e imaterial. Ou seja, essas comunidades atribuem valor aos recursos naturais: valor de uso e valor simbólico.

Os trabalhos de Begossi (2001); Posey (2001 e 1987); Berta Ribeiro (1995); Ballé (1993); Gómez Pompa e Kaus (1992); Morán (1990); Marques (1990), entre muitos outros, incluem-se nessa categoria de pesquisas e suas abordagens seguem o método de investigação da Etnociência, já citado neste capítulo.

Diegues e Arruda (2001) consideram a etnociência como um dos enfoques que mais tem contribuído para o conhecimento das populações tradicionais, partindo "*da lingüística para estudar os saberes das populações humanas sobre os processos naturais, tentando descobrir*

a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classificações totalizadoras". (p.36)

Berta Ribeiro, no prefácio da "Suma Etnológica Brasileira", de 1987 define o que deva ser o método de trabalho do etnocientista:

> "Nesse tipo de estudo combina-se a visão do observador estranho à cultura, refletindo a realidade percebida pelos membros de uma comunidade. Os elementos de análise são as categorias e as relações lógicas que se estabelecem entre o todo e as suas partes, que configuram o sistema taxonômico. Em outras palavras, o observador procura inferir as categorias êmicas[4] dos povos em estudo. Seu objetivo é aprender os conhecimentos relativos à natureza mantidos por povos iletrados (principalmente populações camponesas) ou sem escrita (grupos tribais). Esse saber é transmitido informalmente de pessoa a pessoa, geralmente de forma oral. O etnólogo utiliza por isso a própria linguagem nativa como dado a ser examinado, ou seja, como fonte de conhecimento". (1987:11/12)

O precursor dos estudos etnocientíficos foi Claude Lévi-Strauss que em 1962 publica "O Pensamento Selvagem" (*La penseé sauvage*), obra publicada no Brasil em 1989.

Lévi-Strauss estudou os sistemas de classificação indígenas e vai se contrapor aos funcionalistas (Malinowski e outros) argumentando que o conhecimento dos "selvagens" não está ligado unicamente às suas necessidades. Ele discute que o homem primitivo é mais do que funcionalista; ele por observação é conhecedor do que está no seu ambiente, mesmo que não lhe seja útil:

> "De tais exemplos, que se poderiam retirar de todas as regiões do mundo, concluir-se-ia, de bom grado que as espécies animais e vegetais não são conhecidas porque são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas". (Lévi-Strauss, 1989:24)

Dentre os trabalhos produzidos no Brasil, "*Os Índios das Águas Pretas*" de Berta Ribeiro (1995) descreve em detalhes o modo de vida dos índios do Alto Rio Negro (com destaque para os Desâna), como são as técnicas de identificar e classificar os recursos naturais disponíveis em seu ambiente e como conseguiram desenvolver estratégias e técnicas adequadas de manejo com vistas à preservação.

A autora se propôs também a uma reflexão sobre a criatividade das culturas indígenas dos trópicos; o saber ecológico que através da dominação dos mecanismos de reprodução das plantas e animais, desenvolveu estratégias adequadas à sua preservação; a herança indígena para a cultura brasileira, viva até hoje, não somente entre os habitantes do interior,

[4] Êmico é relativo as categorias de análise próprias do interior da cultura que está sendo pesquisada. (Marques, 1990)

mas também entre os urbanos, de forma tão integrada que a maioria das pessoas nem sabe que são legados indígenas.

Como os Desâna têm plena consciência da limitação do ecossistema local, no tocante à pobreza do solo e à escassez de fauna, produzem o suficiente para sua subsistência, mas não produzem excedentes para não exaurir o ambiente. "*Esse modo de produção está baseado numa ideologia de reciprocidade entre o humano e o animal segundo a qual, para que os humanos sobrevivam, é preciso deixar vingar as outras formas de vida*". (Ribeiro, 1995:183)

No posfácio "O sabor do saber indígena" Ribeiro (1995) fala que a vocação da Amazônia é a biodiversidade, a policultura (em pequenas glebas e à maneira indígena), produtos florestais, artesanato e ecoturismo. "*São imensas as potencialidades da floresta na medida em que fora manejada inteligentemente. [...] As reservas de biodiversidade da Amazônia ainda existem por causa dos territórios indígenas, porque aí se conservam ecossistemas inteiros* ". (p.237)

Berta Ribeiro termina sua obra de forma enfática ao afirmar que os índios e os caboclos amazônicos além de desenvolverem conhecimentos sobre biologia amazônica, criaram também mecanismos de autocontenção para protegê-la e preservá-la, e que esses mecanismo não se tratam de "*arcaísmos ou de sobrevivências obsoletas. O atrasado, o retrógrado é transformar em capim a floresta amazônica*". (p.238)

Outro aspecto muito importante a ser abordado diz respeito à "crença das culturas imutáveis", presente no imaginário das pessoas em geral, que acham que pelo fato de existirem comunidades tradicionais, estas devem parar no tempo e no espaço, se é que lhes é dado algum espaço!

Todo SER HUMANO tem direito a querer melhores condições de sobrevivência, facilidades proporcionadas pela sociedade urbana, sem que isso destrua seu modo de vida tradicional que é continuamente realimentado, há várias gerações, pela transmissão oral e pela vivência prática.

Na mesa redonda com ex-moradores da EEJI, realizada durante o curso "Etnoconservação da Biodiversidade"[5], um dos participantes ao ser perguntado o que faz hoje para sobreviver, deu um depoimento muito rico do ponto de vista da perda do modo tradicional de se relacionar com o meio ambiente por falta de vivência prática:

> "no meu caso eu trabalho de empregado, eu trabalho menos, tô mais descansado mas só que a tradição da gente era aquilo lá, se a

[5] Realizado pelo NUPAUB/USP em maio de 2003, na cidade de Iguape

> gente tivesse lá também acho que não faltava nada, podia tá do mesmo jeito ou melhor, porque que nem eu disse – eu podia ensinar o meu filho no que eu fazia e aqui eu não posso ensinar, eu não vou levar o meu filho prá trabalhar comigo sendo que ele vai trabalhar de graça se eu sou empregado, né? Tem que aprender assim com palavras, mas é muito difícil. É a mesma coisa que eu não sei ler e escrever, se o professor tiver falando prá você escrever, como que vai escrever ele falando sem tá a cópia lá. Que nem eu – como eu vou falar prá meu filho fazer isso e isso, ele pode até aprender mas pode demorar muitos anos". Ex-morador

Muitos ambientalistas e administradores de unidades de conservação insistem em dizer que as comunidades que incorporam técnicas e tecnologias modernas se descaracterizam, perdem o que as diferenciava das comunidades urbana-industriais, e que, portanto devem ser tratadas como tais. Não se trata de representações do passado, de culturas congeladas (Cunha, 2001; Furlan, 2000).

Devemos lembrar que o modo como se dá a transformação da natureza é que é tradicional. A incorporação de objetos tecnologicamente mais avançados, nem sempre tem o mesmo significado simbólico. Ex: A incorporação do uso do machado, nas comunidades tradicionais, se deu pela facilidade e não para o aumento da produtividade. Ao invés de aumentar a produção, essas comunidades aproveitam o tempo livre para pescar, conversar, consertar os instrumentos de trabalho, visitar parentes, etc.[6] O paradigma do "poder de sedução" das tecnologias precisa ser quebrado. Atrelado a este paradigma está o mito do bom selvagem que também precisa ser desfeito e partirmos para um novo momento que contemple os benefícios das modernizações tecnológicas e na mesma medida contemple o respeito e saber do outro, do diferente, do rústico do indivíduo que pertence a uma cultura diferente da nossa - ocidentalizada, urbano-industrial e globalizada.

Cunha (2001) nos propõe pensarmos em um novo projeto societário que incorpore o saber dos diversos povos tradicionais em sua relação com a natureza:

> "O conhecimento que possuem sobre os ecossistemas dos quais fazem parte e sobre a diversidade de espécies que ali habitam se constitui em um verdadeiro patrimônio, que a modernidade não pode prescindir para a continuidade da vida no planeta". (p.8)

[6] Comunicação do Profº Rinaldo Arruda na exposição sobre "Cultura e Organização Social", durante os Seminários Interdisciplinares "Paisagem e Cultura Caiçara", realizado de 28 de maio a 01 de junho de 2001, no NUPAUB-USP.

3. A JURÉIA

3.1 Contexto Regional da Ocupação Humana: Vale do Ribeira

Figura 6 – Municípios do Vale do Ribeira

> "Nesta extensa faixa de terras, ora estreitando-se, ora tornando-se mais larga, devido ao rumo sinuoso que toma a Serra de Paranapiacaba, é que existem as mais antigas povoações do nosso Estado e, mesmo, do Brasil, - povoações, com exceção de Santos, infelizmente em franca decadência". (Krug, 1939:4)

A presença de agrupamentos humanos no Vale é anterior à chegada do colonizador europeu. No Vale está a maior concentração de sítios arqueológicos do Estado de São Paulo, o que comprova ser sua ocupação anterior ao séc. XVI, de acordo com um mapeamento do Instituto de Pré-História da USP, onde se constatou que a ocupação pré-cabralina abrangeu todas as regiões do Vale, sendo esta ocupação dispersa, sem locais de grande concentração. Segundo Ângelo e Sampaio (1995), a região era ocupada pelo povo Guaianá, na época que os primeiros europeus chegaram.

> "...Os agrupamentos eram aparentemente pequenos e localizados no litoral ou às margens do rio Ribeira e seus principais afluentes. A população miscigenando-se ou sendo substituída pelo europeu, deixou heranças culturais e traços que definiram o tipo étnico das populações tradicionais que ainda sobrevivem na região.
>
> mais adiante (...) Os primeiros colonizadores viviam da agricultura itinerante, da pesca e da coleta de produtos da floresta, de modo semelhante ao das populações indígenas adjacentes. (p. 5-37)"

Guaianá ou goianá *(Guayaná)* — Grupo indígena que no século XVI habitava a capitania de São Vicente. Documentos antigos os localizam no planalto de Piratininga, onde a cidade de São Paulo foi fundada. Acredita-se que foram os ancestrais dos caingangues.
As informações mais precisas sobre os habitantes do Brasil na época da chegada do colonizador referem-se a grupos do litoral, de língua tupi-guarani, designados genericamente como tupinambás em relatos dos séculos XVI e XVII. Na verdade, tratava-se de grupos distintos e muitas vezes rivais, mas com traços culturais básicos idênticos. Entre as principais tribos incluíam-se os caetés, guaianases, potiguaras, tamoios, timbiras, tupinambás e tupiniquins.
Além das tribos rivais de língua tupi-guarani, os chamados tupinambás defrontavam-se também com outros grupos indígenas que não falavam tupi, aos quais davam o nome geral de tapuias. Entre esses incluíam-se os goitacás (ou guaitacás), os carajás e os botocudos (aimorés).
A princípio, os indígenas mantiveram relações amistosas com os colonizadores, mas a partir de 1531 passaram a guerrear constantemente contra eles. As conseqüências dessas lutas foram desastrosas para os índios. Os sobreviventes tiveram de migrar em todas as direções, penetrando cada vez mais pelo interior do país. Hoje a maioria vive na região Centro-Oeste e na Amazônia, em diferentes estágios de integração à sociedade brasileira.

(http://www.miniweb.com.br/Historia/Artigos/indios_brasileiros.html - Acesso em: 10/09/2003)

Os próprios moradores do Vale ressaltam em suas falas a enorme influência que receberam dos povos indígenas da região, quando não os citam como seus antepassados diretos.

Apesar do reduzido número de registros documentais sobre os povos pré-colonização européia, seus hábitos e costumes fazem parte da vida dos habitantes do Estado de São Paulo em geral.

Entre os moradores da costa sudeste e sul do Brasil, a proximidade do modo de vida indígena, dos instrumentos de trabalho, da forma de se relacionar com a natureza e dela retirar seu sustento, é ainda maior.

Em "*Os parceiros do Rio Bonito*", publicado em 1964, Antonio Cândido relata aspectos da vida dos caipiras de São Paulo. Podemos dizer que o caipira é o caiçara[1] que transpôs a Serra do Mar e foi viver no planalto.

Apesar de diferenciados pelos espaços que ocupavam (litoral e interior do estado), viviam basicamente da caça, da coleta, da roça, da agricultura itinerante e da pesca. Isso nos faz pensar que as semelhanças entre caiçaras e caipiras advenham da profunda influência dos indígenas que habitaram tanto o litoral como o interior.

Na primeira metade do século XVI, as capitanias hereditárias começam a se desenvolver no Brasil. Na região do Vale do Ribeira, os colonizadores portugueses fundaram, inicialmente, dois núcleos: Cananéia e Iguape. Esses dois núcleos que se constituíram nos primeiros povoados do litoral sul tornaram-se as "cabeças-de-ponte" na penetração para o interior,

[1] Considera-se caiçara o habitante do litoral sul do Rio de Janeiro até o litoral norte do Paraná.

pois as suas posições geográficas privilegiadas facilitavam o adentramento ao mesmo tempo em que se mantinha o controle da navegação do Mar Pequeno.

Com o objetivo de ligar São Vicente, então sede da capitania hereditária, à Cananéia e Iguape, foi aberta uma trilha a mando de Martim Afonso de Souza. Já em 1865, sob essa trilha foi implantada uma linha de telégrafo para ligar o Rio de Janeiro ao sul do país, conhecida como Trilha do Imperador. Esta trilha serve até hoje como "caminho de servidão" das comunidades da Juréia e é também por onde passam os romeiros que partem de Peruíbe para Iguape por ocasião dos festejos religiosos em homenagem a Bom Jesus de Iguape (em agosto).

A formação dos pequenos núcleos tinha como objetivo a procura por metais preciosos: ouro e prata. Já o deslocamento rumo ao interior foi facilitado pela navegabilidade da bacia do Ribeira. Assim, os primeiros povoados se estabeleceram orientados pelo rio Ribeira e seus afluentes, e nesse sentido os contatos e as trocas de mercadorias eram realizadas utilizando os rios. Lentamente, algumas estradas surgiam, mas eram os rios os principais condutores dessa gente.

Cabe aqui um parêntese sobre o Rio Ribeira devido sua fundamental importância para o estabelecimento dos núcleos rurais e urbanos do Vale e para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural dos povos formadores do Vale do Ribeira.

O Rio Ribeira nasce da união dos rios Assunguy e Ribeirinha, que por sua vez tem suas nascentes na Serra de Paranapiacaba no Estado do Paraná, adentrando o Estado de São Paulo pelo município de Ribeira, atravessando logo depois os municípios de Apiaí e Iporanga, chegando até o município de Eldorado (Xiririca). Continua seu percurso passando por Registro e Iguape, até lançar suas águas no Oceano Atlântico, mais precisamente na Barra do Ribeira. O rio Ribeira percorre um total de 520 km de extensão.

Todos os rios que banham os municípios de Ribeira, Apiaí, Iporanga, Xiririca, Registro e Jacupiranga são tributários do rio Ribeira de Iguape. Do porto de Iguape até Xiririca (atual Eldorado), o rio Ribeira apresentava-se perfeitamente navegável. De Xiririca até Iporanga, passando por Ribeira e Apiaí, o grande número de corredeiras e de cachoeiras dificultava a navegação.

A descoberta do ouro na Serra de Paranapiacaba estimulou a navegação no Ribeira e nos seus principais afluentes. É neste contexto de penetração para o interior através das vias fluviais que se origina os primeiros pontos de povoamento com o objetivo de encontrar metais preciosos, como o povoado de Pariquera-Açu, Jacupiranga, Registro, Xiririca (Eldorado Paulista), Juquiá, Miracatu, Sete Barras, Iporanga, Apiaí e Ribeira.

À medida em que novos povoados se estabeleciam pela região, multiplicava-se o número de habitantes situados em toda a sua extensão e pelos seus afluentes, principalmente o rio Juquiá e Jacupiranga, intensificava-se o movimento comercial e, principalmente, o trânsito

pelo Porto da Ribeira. Era nesse porto que se realizava todo o intercâmbio de mercadorias entre o litoral sul paulista e a região da "Serra Acima", compreendidas pelas vilas de Itapetininga, Itapeva, Faxina, Apiaí, Iporanga e Xiririca. (Almeida, 1945)

Durante o séc XVII, as pequenas descobertas de ouro não mudaram de maneira marcante a vida do Vale do Ribeira. Somente no séc. XVIII foram achadas minas mais valiosas e a mineração começou a dominar a economia local.

A mineração passa então, a competir com a agricultura por mão de obra, chegando a causar em alguns momentos a falta de alimentos. Na segunda metade do séc. XVIII, o governo cria um programa de incentivo à produção agrícola. (Ângelo e Sampaio, 1995)

> "A região torna-se, então, um centro produtor de arroz e farinha de mandioca, cujos excedentes eram exportados para Santos, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1836 existam 82 engenhos de beneficiamento do produto em Iguape. Algodão, café, cana, feijão, fumo, milho e cítricos também eram produzidos, mas essencialmente para atender o consumo local. (...) Cem anos mais tarde, dos 119 engenhos de beneficiamento de arroz da Província de São Paulo, 100 estavam localizados no Vale do Ribeira (França, 1984). A produção de farinha de mandioca havia se estabilizado e ainda era exportada". (Ângelo e Sampaio, 1995 p.5-38).

No século XIX, Iguape vive um momento de grande prosperidade devido sua produção de arroz. As barcaças tornam-se o meio mais utilizado para o transporte desse produto, bem como da população que segue rumo ao interior em busca de ouro. Outros povoados surgidos em conseqüência da mineração, como Porto dos Pilões, Ivaporunduva e Sete Barras, vão se integrando à cultura do arroz e garantindo a produção para subsistência, não só desse produto, mas ainda de milho, feijão, mandioca, aguardente e rapadura.

Na medida em que surgiam novos povoados e intensificava-se a produção e troca de mercadorias entre eles, aumentava a necessidade de meios de transporte mais eficientes, pois as canoas e barcaças já não davam conta do intenso movimento. Dessa forma, na metade do século XIX (1848-1854), começam a ser usadas embarcações a vapor, que eram mais rápidas, maiores e mais seguras.

Com um movimento cada vez mais intenso no Porto da Ribeira, principalmente devido à alta produção de arroz de Iguape surge, por volta de 1827, o projeto de abertura de um canal partindo desse porto (Ribeira) chegando ao Porto de Iguape. O canal, conhecido como Valo Grande, tinha por objetivo facilitar o transporte de mercadorias através de canoas, evitando o tráfego de carroças pela pequena estrada existente. Seu término data do ano de 1860 e foi a primeira grande obra hidráulica do Estado de São Paulo.

O canal tinha uma abertura inicial de 4 metros e em poucos anos, devido à erosão, chegou a 300 metros de largura, e vinte de profundidade, drenando cerca de 2/3 das águas do Rio Ribeira levando à obstrução do Porto de Iguape. A questão do Valo Grande foi, e ainda é muito importante para a região porque, se por um lado constituiu um canal de drenagem para uma grande zona, por outro acabou por inviabilizar o Porto de Iguape, decretando a decadência econômica de Iguape e da região.

O Valo Grande é uma das intervenções antrópicas mais polêmicas, dividindo não só a opinião da população, como também de técnicos e pesquisadores. Segundo o ISA – Instituto Socioambiental, a principal alteração ambiental da região foi a alteração da composição físico-química da água do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Paranaguá.

> "... o Valo Grande foi fechado com terra em 1978, trazendo uma rápida recuperação ao ecossistema local, mas como toda barragem, acabou responsabilizada por grandes enchentes na região. Em 1991, um acordo entre prós e contras decidiu pela construção de uma barragem formada por uma ponte e comportas (que seriam abertas na época de chuvas). Acontece que somente a ponte foi construída e até hoje o Valo permanece aberto e causando danos ambientais, com prejuízos principalmente para a pesca." (http://www.socioambiental.org/website/parabolicas/edicao38 - acessado em 18/09/2003)

Mesmo com a expansão do povoamento, o Vale do Ribeira ainda era a região mais despovoada do Estado de São Paulo no final do séc XIX. Tal fato estimulou a fundação de algumas colônias de migrantes europeus, principalmente austríacos, alemães, italianos, irlandeses, ingleses, ucranianos e russos. Acabaram se estabelecendo principalmente em Cananéia, Pariquera-Açu, Juqiá e Jacupiranga. (Ângelo e Sampaio, 1995)

A imigração de maior vulto deu-se no início do séc XX (em 1912) com a migração japonesa e teve grande influência econômica e cultural. Em 1918 a migração passa a ser promovida pela Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK) que lhe dá um caráter organizado.

Através de doação de terras, pelo governo do estado, e pela aquisição de outras, A KKKK as vende na forma de lotes de 10 alqueires (em torno de 24 hectares). O colono japonês cultivava para sua subsistência os produtos da região introduzindo melhoramentos nas técnicas de plantio. Sem dúvida, eles foram responsáveis pelo grande impulso à cultura comercial do arroz e do chá.

Na década de 50 do séc. XX, a agricultura do Vale entra em sua fase capitalista, com o cultivo sendo realizado em terras de propriedade privada e com o uso da mão-de-obra assalariada. Muitos dos colonos japoneses foram adquirindo terras dos posseiros e os transformando em empregados, diaristas ou meeiros. (Ângelo e Sampaio, 1995)

A região tem um histórico de convivência com graves conflitos fundiários, grilagens, invasões e mortes, atingindo tanto posseiros do litoral como das áreas ribeirinhas do Vale. Um dos grilos mais famosos é o Grilo Roncatti, que "poli-titulou" uma falsa sesmaria de 90.000 alqueires, englobando inclusive toda a Estação Ecológica Juréia-Itatins, que foram sucessivamente sendo re-divididas e vendidas. Tamanha falsificação data de 15 de agosto de 1921, data em que é registrada a *Fazenda Posses da Ribeira* ou *Una do Prelado*.

No documento "Situação Fundiária da Estação Ecológica Juréia-Itatins e o Grilo Roncatti", de fevereiro de 1986, Antonio Teleginski, elenca algumas razões para explicar o fenômeno:

> "...Dentre outras causas da multiplicidade de títulos sobre a mesma área, ocorre-me mencionar: a imprecisão das divisas nas escrituras antigas; as facilidades e as deficiências dos cartórios; a omissão fiscalizadora do Poder Judiciário; o abandono das terras após a abolição dos escravos; o nepotismo e outras modalidades de generosa distribuição de áreas pelos órgãos do governo do Estado encarregados de fiscalizar as terras devolutas; a abertura do Valo Grande e o conseqüente fechamento do porto de Iguape, etc." (Teleginski, 1986 p. 2)

Na época da Ditadura Militar (1964-1984), o Vale do Ribeira serviu também de abrigo para a guerrilha armada, foi o lugar escolhido pela VPR – Vanguarda Popular Revolucionária e outros grupos sob o comando do Capitão Carlos Lamarca, em 1969, para treinamento. Segundo Queiroz (1992), "Lamarca escolheu o Vale por ser uma região pobre e ocupada por uma população que seria sensível ao discurso revolucionário. Um lugar de difícil acesso, montanhoso, coberto de matas e cheio de grutas que permitiriam o esconderijo e a fuga da repressão". Queiroz cita ainda que Lamarca teria se escondido na Juréia para preparar a revolução.

Este foi, sem dúvida, um dos poucos períodos em que as autoridades brasileiras dirigiram suas atenções para o Vale do Ribeira. Coincidentemente, ou por causa da resistência armada aí instalada, o governo federal amplia a infra-estrutura viária, cujo eixo principal foi a BR-116 (rodovia Regis Bitencourt), facilitando os acessos a região. No entanto a abertura da BR-116, não visava o desenvolvimento da região, visto que não foram feitos estudos paralelos das questões fundiárias e de ordenação do solo. Seu objetivo era ligar São Paulo aos seus parceiros econômicos do sul do país.

Por sua dificuldade de acesso, em comparação ao restante do litoral paulista, a atividade turística chegou mais lentamente, mas é apontada pelos prefeitos como uma das atividades econômicas mais importantes para a região, juntamente com a mineração, a agropecuária e a pesca (Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, 2000). Nesse sentido a duplicação

da BR 116 tem contribuído para facilitar o acesso à região, proporcionar ganhos econômicos e, espera-se, ganhos sociais também.

O Vale do Ribeira, lamentavelmente, ainda é considerada a região mais pobre do Estado de São Paulo, sendo também a menos povoada. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[2] da região, segundo dados de 2000, classifica o Vale como tendo o menor IDH entre as 15 regiões administrativas[3] de São Paulo (0,713). Esse desempenho repete os resultados das edições anteriores e demonstram que a região necessita de políticas públicas sérias determinadas a transformar essa realidade. (http://saude.jcruzeiro.com.br - acessado em 13/08/2002)

São consideradas regiões de IDH baixo aquelas com índices entre 0 e 0,499; com IDH médio aquelas com índice entre 0,500 e 0,799 e as regiões com IDH considerado alto apresentam índices de 0,800 a 1.

Apesar do Vale estar na faixa média (entre 0,500 e 0,799), este é o índice mais baixo do Estado de São Paulo, apresentando as demais regiões IDH superior a 0,800. Dentro da região do Vale as disparidades são enormes. Somente o município de Registro tem índice 0,835 de desenvolvimento humano.

O cálculo utilizado para o IDH Municipal (IDH-M) é um pouco diferente daquele utilizado para medir o desenvolvimento humano dos países. São utilizados indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores, embora as dimensões (educação, saúde e renda) sejam as mesmas. Para medir o acesso a educação em uma localidade o IDH-M considera dois indicadores: porcentagem de pessoas alfabetizadas dentre os moradores com mais de 15 anos (peso 2) e taxa de freqüência bruta a salas de aula (peso 1). No primeiro indicador são consideradas alfabetizadas as pessoas capazes de escrever um bilhete simples; já o segundo indicador é resultado da somatória das pessoas que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior, dividido pela população na faixa entre 7 e 22 anos. (www.undp.org.br - acessado em 15/09/2003)

Quando comparamos o IDH-M e os dados do Censo Demográfico do IBGE, há diferenças significativas quanto à taxa de alfabetização. Segundo os dados do IBGE para 2000, todos os municípios do Vale estão com taxa de alfabetização superior a 81%. Na verdade esse índice não representa a realidade do Vale. Já os indicadores escolhidos para compor o IDH-M

[2] Compõem o IDH os seguintes indicadores: saúde (esperança de vida ao nascer); educação (alfabetização e escolarização); renda (PIB – produto interno bruto) de cada município.

[3] Os municípios do Vale do Ribeira estão na região administrativa de Registro, isto porque as regiões recebem o nome da cidade principal.

são mais realistas e colocam o Vale na posição que infelizmente ele ocupa há décadas conforme podemos verificar na Tabela 1.

Podemos também observar na Tabela 1 que 57% dos municípios com maior número de domicílios na área rural possuem os menores índices do IDH-M e da taxa de alfabetização de todo o Vale do Ribeira, são eles: Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Iporanga, Itapirapuã Paulista.

O Vale do Ribeira contribui com apenas 0,97% da população total do estado, sendo que em relação à população rural esse número chega a 5%. Do total da população do Vale do Ribeira em 2000, 65,33% estavam em áreas urbanas e 34,67% na área rural. Ou seja, uma parcela significativa da população do Vale do Ribeira vive em áreas rurais.

Andrietta (2002) em seu trabalho sobre o desenvolvimento do Vale do Ribeira, cita textualmente que qualquer que seja o critério de regionalização adotado para sacar o Vale da posição de inferioridade que ocupa frente as demais regiões do Estado, algo precisa ser feito e com urgência:

> "Seja qual for o critério de regionalização – geográfico, hidrográfico, político-administrativo, agrícola ou outro – as políticas de intervenção precisam se ater às diversas realidades locais. O desenvolvimento homogêneo da região tanto poderá requerer políticas e ações verticais, a contemplar o universo regional – em relação à educação, saúde, saneamento, meio ambiente, infra-estrutura – como horizontais, específicas, no campo das atividades econômicas geradoras de renda". (Andrietta, 2002 p. 63)

Tabela 1 – Vale do Ribeira: população e IDH em 2000

Município (*)	Área Km²	Total	Tipo de domicílio		Taxa de alfabet. % (**)	IDH-M - 2000
		Pop. 2000	Urbano	Rural		
Apiaí	982	27.162	16.648	10.514	90,2	0,7055
Barra do Chapéu	404	4.846	1.448	3.398	83,9	0,5692
Barra do Turvo	1.013	8.108	2.880	5.228	81,3	0,5476
Cajati	455	29.227	20.996	8.231	87,7	0,6836
Cananéia	1.272	12.298	10.204	2.094	90,3	0,6758
Eldorado	1.712	14.134	6.974	7.160	87,5	0,6674
Iguape	**1.964**	**27.427**	**21.934**	**5.493**	**91,2**	**0,7225**
Ilha Comprida	182	6.704	6704	0	94,5	0,6790
Iporanga	1.277	4.562	2.076	2.486	83,5	0,5913
Itaóca	192	3.226	2.174	1.052	82,4	0,6403
Itapirapuã Paulista	462	3.577	1.652	1.925	81,2	0,5769
Itariri	**295**	**13.613**	**7.445**	**6.168**	**90,3**	**0,6437**
Jacupiranga	640	17.041	10.043	6.998	88,7	0,7392
Juquiá	865	20.516	12.440	8.076	86,8	0,7187
Juquitiba	550	26.459	17.387	9.072	87,9	0,6987
Miracatu	**980**	**22.383**	**10.912**	**11.471**	**87,6**	**0,6820**
Pariquera-Açu	370	17.649	11.722	5.927	92	0,6950
Pedro de Toledo	631	9.187	6.159	3.028	86,6	0,6385
Registro	688	53.752	43.066	10.686	92,3	0,8358
Ribeira	356	3.507	1006	2501	s/d	s/d
São Lourenço da Serra	192	12.199	10.781	1.418	87,6	0,7237
Sete Barras	1.062	13.714	4.644	9.070	87,3	0,7009
Tapiraí	720	8.570	5.787	2.783	86,9	0,6810
Total Vale do Ribeira	===	359.861	235.082	124.779	===	0,713
Total de Estado São Paulo	===	37.032.403	34.592.851	2.439.552	93,9	0,814

Fonte: Fundação SEADE, 1997 (área)
FIBGE – Censo Demográfico 2000
ANDRIETTA, Informações Econômicas, SP, v.32, n.1, jan. 2002. (IDH-M)

NOTAS:

(*) Estão em negrito os municípios que tem parte do seu território pertencente a EEJI.

(**) A porcentagem de alfabetizados é calculada pela divisão do número de pessoas alfabetizadas sobre o total de pessoas residentes no município com 10 anos ou mais de idade.

3.2 Área de Estudo: Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI)

"O Maciço da Juréia é um promontório e Juréia,
em Tupi, quer dizer a saliência, a ponta notável."
(Waldir Mantovani, 1993, p.39)

A. Localização e características físico-geográficas

A EEJI situa-se a aproximadamente 150 km da cidade de São Paulo (24º18'47" - 24º36'10" S e 47º00"03" – 47º30'07" W). Possui área de 79.230 ha, abrangendo terras pertencentes aos municípios de Peruíbe (10,55% - Baixada Santista), Iguape (79,15%), Itariri (4,10%) e Miracatu (6,20%). O decreto de criação data de 20 de janeiro de 1986 (Dec. Est. nº 24.646). Está inserida no domínio da Floresta Tropical Úmida (Mata Atlântica - com vários ecossistemas associados: dunas, restingas, manguezais, campos de altitude), representando elevada importância ambiental para os estudos ecossistêmicos e suas inter-relações. A área abriga também inúmeras espécies da fauna e flora, algumas endêmicas, além de grande concentração de sambaquis e outras evidências arqueológicas.

O clima predominante é o tropical úmido, sem estação seca e com temperatura do mês mais quente superior a 22ºC e total de chuvas do mês mais seco acima de 30 mm. A estrutura geomorfológica caracteriza-se pelas Unidades Morfoestruturais do Planalto Atlântico, e é constituído pelas Escarpas, Serra do Mar, Morros Litorâneos e Planície Litorânea. Os principais rios da região são o Una ou Comprido (50 km de extensão), o Verde (3 km), o Grajaúna, o Branco, o Aguapeú e o Cabuçu.

O rio Una possui nascente difusa e circunda o maciço da Juréia, sua elevação é mínima, sendo influenciado pelas marés – esta é sentida por mais de 30 km do longo de seu curso. Localiza-se numa das regiões mais chuvosas do Brasil (mais de 2.200 mm de chuva em média por ano), sendo também muito influenciado pelas águas das chuvas, carregando alternadamente em seu leito água doce e salgada. O rio Una, a exemplo de vários rios amazônicos, é um "rio de águas pretas". Suas águas são de coloração marrom escuro devido a grande quantidade de ácido húmico proveniente das regiões de captação de água. O Una é a bacia de captação dos rios que descem pelas vertentes da Serra da Juréia (norte) e da vertente atlântica da Serra dos Itatins.

Já o Rio Verde é considerado um "rio de águas claras". Em todo seu percurso "*apresenta uma camada profunda de água salina que na maré baixa e em dias de chuva é coberto por uma camada de água doce que corre para o mar. O Rio Verde não carrega a água escura de pH baixo, mesmo durante as chuvas mais intensas ele é sempre um rio de águas mais ou menos claras*". (Por, 1983 p.8)

Figura 7- Mapa da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI)

Ver ANEXO 3

O Rio Verde apresenta uma fauna e flora bem mais rica e diversificada que a do Rio Una, sendo conhecido pela sua rica população de peixes.

Neste trabalho adoto a terminologia genérica JURÉIA para designar os espaços geográficos abarcados pelas 22 comunidades[4] que estão dentro da EEJI, como veremos no item 2.4.

B. Histórico da ocupação humana

O histórico da ocupação humana na região da Juréia afasta qualquer hipótese de que a área tenha permanecido "intocada" ao longo dos séculos. Muito ao contrário: a região foi ocupada desde a pré-história pelos homens dos sambaquis[5], há mais de 8.000 anos, fato este comprovado pela existência de sítios arqueológicos encontrados por toda a Estação Ecológica, e em outros municípios da região. Como mencionado também no início deste capítulo, a região da Juréia foi habitada por populações indígenas, sendo inclusive contemporâneas do colonizador europeu.

Como ressalta Queiroz (1992) uma sucessão de povos habitaram as terra das Juréia:

> "Diversas tribos indígenas habitaram esta região durante centenas de anos. Depois vieram os portugueses à procura de ouro, depois os escravos que trabalhavam nas lavouras de arroz. Mais tarde, vieram aqueles que cortaram a selva para fincar os postes de ferro e implantar os telégrafos".(p. 101)

A ocupação deu-se por volta do século XVII, sob duas formas básicas:

- Doação de sesmarias a portugueses, que assumiam o compromisso de se assentar, de cultivar a terra e de fazer benfeitorias. Tratava-se do modo legal de possuir terras no período colonial.
- Ocupação de terras não doadas pela coroa portuguesa. As famílias dedicavam-se à agricultura de subsistência. Foi desta forma que se estabeleceram a maioria das pequenas posses na Juréia e em todo país.

Cali (1999), em seu levantamento sobre o processo de povoamento da Juréia-Itatins no período de 1800 a 1921, cita que a grande quantidade de terras adequadas ao cultivo, fez com que a ocupação da Juréia e da Serra dos Itatins acontecesse de maneira dispersa, porém num processo contínuo, pelo menos ao longo da costa. O grande auge de ocupação e

[4] Comunidades da EEJI, segundo SMA (1991): IGUAPE - Praia da Juréia, Aguapeú, Rio das Pedras, Despraiado, Itinguinha, Itinguçu, Rio Una, Cachoeira do Guilherme, Praia do Rio Una/Rio Verde; PERUÍBE - Barra do Guaraú, Cachoeira das Antas, Pereque, Barro Branco, Morro do Itu, Guarauzinho, Parnapuã/Praia Brava, Vila Barra do Una, Tocaia/Caramboré, Tetequera; MIRACATU - Barra Funda, Jacu Guaçu, Colinas Verdes.

[5] Existem 47 sambaquis na área da Juréia, ainda não catalogados (CALI, 1999).

de dinamismo econômico deu-se ao longo do século XVIII, com a cultura comercial do arroz e assim permaneceu por mais ou menos um século. Com o declínio da cultura do arroz, a ocupação humana também teve seu declínio.

Através da arqueologia da paisagem, Cali identificou dois tipos básicos de ocupação humana:

- A COSTEIRA ligada a atividades de subsistência realizada de forma familiar em pequenas propriedades ou posses.
- A DE INTERIOR ligada à atividade comercial, realizada em propriedades grandes e muito grandes localizadas na beira dos rios, com utilização de mão-de-obra escrava.

Nestes dois espaços diferenciados quanto as suas características geográficas e econômicas, o pesquisador encontrou três tipos de assentamentos humanos (Quadro 1)

Quadro 1 – Assentamentos Humanos: Juréia e Itatins

Tipo de assentamento	Período	Localização	Principais características
Caiçara	Séc XVII - XX	Áreas de restinga, próximas da praia ou adentrando um pouco a Mata Atlântica e a várzea dos Rios Verde, Una, Grajaúna etc. As casas estavam entre 150 a 800 m da costa e em torno de 10 metros de altitude em relação ao nível do mar.	Casas de pau-a-pique com roça de subsistência. Predomínio da mandioca. Cultivavam também arroz, feijão, milho. Alguns sítios tinham espaço para criação de gado. Viviam também da farta pesca e da caça. Quando haviam excedentes eram comercializados para aquisição de peças de vestuário, remédios, ferramentas etc.
Capuava e ribeirinho	Séc. XVIII - XX	Distante da costa, no interior da Juréia e da Serra dos Itatins. Ocupavam áreas desfavoráveis desprezadas pelas fazendas como as encostas dos morros.	Casas de pau-a-pique com roça predominantemente de arroz nas várzeas dos ribeirinhos. Viviam também da farta caça e da coleta de vegetais como o palmito.
Fazendeiro	Séc. XVIII - XX	Ao longo dos rios Una do Prelado, Una da Aldeia, Pedras, Itimirim. Estavam a 20 metros de altitude em relação ao nível do mar.	As edificações eram de alvenaria de pedra e cal e algumas de alvenaria de tijolos. As propriedades eram bem maiores daquelas encontradas na costa e em terras mais férteis Dedicavam-se a cultura do arroz para exportação. Algumas delas possuíam engenhos. Possuíam além da área de plantio, áreas de mata para extração de madeira e lenha, pastos e áreas para cultivo de produtos para subsistência da família e dos trabalhadores.

Cali levantou documentação textual sobre 302 imóveis na Juréia-Itatins no período pesquisado (1800-1921), o que comprova a ocupação humana por caiçaras, índios,

ribeirinhos, fazendeiros e escravos, e atesta também que a região sempre foi produtiva, ora atendendo aos ciclos econômicos regionais, ora para subsistência dos moradores.

Essa pesquisa traz enorme contribuição às discussões sobre populações e áreas protegidas, já que comprova com rigor científico que o fato da região ter sido ocupada pelo homem moderno provavelmente desde o séc. XVI chega em pleno século XXI com uma exuberante floresta tropical e todos seus ecossistemas associados saudáveis e com rica biodiversidade.

O longo histórico de iniciativas visando a preservação da região inicia-se em 1958 com a criação da Reserva Estadual do Itatins, com 12.058 ha (Decreto Estadual nº 31.650) e teve seu auge na década de 80 com a criação em 1986 da EEJI **(Anexo 1)**, quando paralelamente aos desejos do governo federal de instalar na região usinas atômicas previstas no Acordo Nuclear Brasil/Alemanha, crescem os movimentos ambientalistas nacionais e internacionais.

A Estação Ecológica Juréia-Itatins é emblemática neste momento da história da conservação ambiental brasileira. Se a luta pela sua criação foi o despertar da população brasileira (especialmente dos centros urbanos, apoiada pelas mídias ambientalistas para a necessidade de se conservar áreas naturais, talvez agora a reflexão sobre sua condição restritiva seja o despertar das autoridades, pesquisadores e ambientalistas na busca de novos caminhos e alternativas que tornem a vida viável para os que lá residem e para os que sobrevivem fora dela, mas tem desejos e esperança de voltar para o seu lugar e voltar a viver no aconchego de suas raízes.

C. A criação da estação ecológica

> "Os motivos da escolha deste local pelos militares para implantar as usinas eram semelhantes aos que levaram Lamarca escolhê-lo para organizar a sua guerrilha revolucionária e os arquitetos para construir uma cidade de refúgio em meio à natureza: a baixa concentração populacional, a dificuldade de acesso, o relevo acidentado e a pobreza do solo para a agricultura. Estes elementos foram também os que propiciaram a preservação da área e, por isso, a luta dos ecologistas para transformá-la numa unidade de conservação" (Queiroz, 1992 p. 76)

O histórico de criação da EEJI será contado a partir de algumas das principais pessoas interessadas ou afetadas por sua criação: os ambientalistas (governamentais e não – governamentais) e os moradores da EEJI.

Para tanto, além dos documentos oficiais, lanço mão de entrevistas e depoimentos coletados por mim e também por outros pesquisadores.

Uma de minhas fontes é a dissertação de mestrado de Ruben Caixeta de Queiroz – Atores e Reatores da Juréia, de 1992. Interessante verificar que apesar dos 11 anos que separam nossos trabalhos, pouca coisa mudou em relação às reivindicações, as carências e a indignação da população local.

Como o foco central do trabalho não é discutir a importância inegável da proteção de áreas naturais, mas os efeitos da criação de uma unidade de conservação de proteção integral[6] numa área habitada, inicio meu histórico na década de 1970.

Pode-se dizer que a EEJI começa a ser desenhada a partir de três eventos principais:

1. Criação da SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente, do Ministério do Interior – governo federal;
2. Crescimento dos grandes empreendimentos imobiliários que assolaram a costa brasileira no rastro do *Milagre Econômico* brasileiro, ditado pelo crescimento a qualquer preço;
3. Ampliação do acordo nuclear Brasil-Alemanha e a implantação de usinas nucleares em São Paulo, na Juréia.

- **Ambientalistas NÃO-GOVERNAMENTAIS e ambientalistas GOVERNAMENTAIS**

Segundo nos conta o primeiro secretário da SEMA - Paulo Nogueira-Neto (1991), a secretaria foi criada após a Conferência de Estocolmo. O Brasil que defendia o crescimento econômico a qualquer custo, teve uma participação lamentável, mas mesmo assim assina a Declaração de Estocolmo.

> "Como decorrência dessa tomada de posição, o engº Henrique Brandão Cavalcanti, ambientalista convicto e membro da delegação e Secretário Geral do Ministério do Interior, conseguiu obter do governo federal um decreto instituindo a SEMA". (Nogueira-Neto, 1991 p.7)

Como a SEMA (criada oficialmente em 1973) não queria entrar em atritos com o IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão que gerenciava os Parques Nacionais, decidiu-se criar uma nova categoria de unidade de conservação, tão restritiva quanto os parques, porém que tivesse como objetivo principal a pesquisa cientifica, uma vez que os parques destinavam-se prioritariamente ao ecoturismo. Desse modo, surgiu a idéia da nomear a nova UC que aliava proteção ambiental com pesquisa de Estações Ecológicas.

[6] PROTEÇÃO INTEGRAL: é a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto de seus atributos naturais, segundo definição do SNUC, 2000.

Em 27 de abril de 1981, é assinada a Lei nº 6.902 normatizando a criação das Estações Ecológicas (EE) e das Áreas de Proteção Ambiental (APA's).

Ironicamente, foi estabelecido em lei que as EE somente poderiam ser implantadas em terras públicas ou desapropriadas para este fim. Infelizmente esse preceito da Lei não foi atendido na criação da EEJI. Nem a maioria dos proprietários devidamente documentados, nem os ocupantes/posseiros assegurados pela Lei do Usucapião foram respeitados no seu direito à propriedade e à indenização devida pelo Estado.

Outra exigência da nova lei foi a não permissão da diminuição da área total das EE, podendo somente ter alteração dos seus limites. Tal exigência foi posteriormente incluída na Constituição Brasileira de 1988 no Artigo 225, § 1º, Inciso III.

Entretanto há um dado importante na Lei – a possibilidade de modificação do ecossistema em até 10% do seu total para fins de pesquisa ecológica:

> "É peculiar às Estações Ecológicas, e isso as distingue de outras unidades de conservação, o fato de que em até dez por cento de sua área os ecossistemas podem ser modificados para fins de pesquisa ecológica. Se quisemos, por exemplo, estudar o efeito do fogo, será indispensável queimar uma área ou deixar que ela queime. O mesmo se refere ao estudo da regeneração dos ecossistemas após as interferências humanas." (Nogueira-Neto, 1991 p.8)

Esse tópico da lei abre possibilidades de implantação de planos de manejo com participação da população residente na EE. Porém até hoje os moradores não conseguiram ver suas propostas de estudo de manejo levadas a cabo pelos administradores da EE. Conversando com os moradores nota-se a pré-disposição deles em aceitar qualquer que seja a proposta de manejo sugerida pelo Estado, o que eles não aceitam é a falta de propostas que contemplem seu modo de extrair da terra e da mata o seu sustento.

No mesmo ano de criação da SEMA, 1973, também tem início o processo de tombamento do maciço da Juréia pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, assinado em 12 de dezembro de 1977. Concomitante ao processo de tombamento, corriam os projetos de construção na mesma área (Maciço da Juréia – Rio Verde) de um condomínio para mais de 70 mil pessoas, sendo seus proponentes as empresas Gomes de Almeida Fernandes e Companhia Grajaúna de Empreendimentos Turísticos.

> "O projeto previa um conjunto de instalações (pista de pouso, clubes, marinas, campos de golfe, edifícios de apartamentos, pousadas, hotéis – um dele projetado para ser construído na ponta da Serra da Juréia, e teria um mirante que só poderia ser alcançado por um teleférico) dirigido,

> como diz um conselheiro do CONDEPHAAT na época, a *uma clientela exigente e preparada psicologicamente para estar mais próxima de uma natureza verdadeira, pouco ou quase nada mexida*". (Queiroz, 1992 p. 74)

O projeto foi elaborado pelo escritório do arquiteto Jorge Wilheim, posteriormente Secretário do Meio Ambiente do governo Quércia (1987 a 1991). Durante seu mandato à frente da SMA, o secretário Jorge Wilheim faz um acordo para troca das terras da Juréia pertencentes a Gomes de Almeida Fernandes por um edifício de propriedade do governo paulista no Rio de Janeiro. Tal fato é ressaltado como uma grande vitória rumo ao "sonho de preservar a Juréia".

> "(...) Grande parte do maciço montanhoso, e a praia do Rio Verde, com cerca de 4km de extensão, e a planície costeira que se estende da praia ao maciço, foram assim salvos da destruição. Concretizou-se o velho sonho de preservar a Juréia. O secretario de meio ambiente Jorge Wilheim, lavrou um tento, ao conseguir isso." (Nogueira-Neto, 1991 p.45)

O mesmo arquiteto responsável pelo projeto dos condomínios no Rio Verde, passa a ser "o homem do meio ambiente" responsável pelo afastamento do "eminente perigo" representado pelos empreendimentos imobiliários. A oposição entre esses dois momentos nos leva a concluir que as decisões na área ambiental são tomadas muito mais por interesses políticos e econômicos do que por convicções ideológicas.

A cessão de 1.100 ha para a SEMA criar sua Estação Ecológica também nos parece ambígua, como levanta Queiroz (1992). Segundo este autor o acordo com a SEMA se deu mais como uma troca de favores para que esta secretaria não trouxesse transtornos ao empreendimento, do que como um ato consciente de preocupação com o futuro do paraíso ecológico do Rio Verde e Serra do Grajaúna. Em realidade os empresários sabiam que iriam precisar do apoio do órgão ambiental para a implementação de tão ousado empreendimento.

Em recente entrevista concedida para este mestrado, o Profº Paulo Nogueira-Neto fala do acordo com o empresário Carlos Teles Correa, e de forma sutil justifica que o empresário teve primeiro a preocupação com seu empreendimento:

> (...) eu era secretário federal de meio ambiente, aí me arrumaram um avião "teco teco", de um engenheiro que trabalhava na General Motors e me levou para voar em cima da Juréia, aí eu fiquei encantado, aí nós procuramos o dono lá, era o Carlos Teles Correa, que era neto do grande botânico Pio Correa e não sei porque motivo, no séc XIX comprou o Maciço da Juréia, então eles queriam lotear, fazer um plano para por lá 70.000 pessoas lá dentro e o máximo que só o que nós conseguimos naquela ocasião foi que as áreas que ele não ia utilizar ele cedeu pra nós 1.100ha, Cachoeira Rio Verde, Cachoeira Manguezal (já era da União), aquele costão, mas com a condição de que não se fizesse nada diferente lá, atividade diferente - usina nuclear – porque já havia rumores, havia estudos antigos de usina nuclear. O Carlos gostava da idéia ambientalista mas ele em primeiro lugar queria

> fazer o loteamento dele que era a grande oportunidade que ele tinha de fazer lá um empreendimento comercial e tal. Entrevista gravada em 17 de setembro de 2003

O movimento ambientalista brasileiro se mobilizou para protestar veementemente contra a instalação de usinas nucleares em São Paulo. Foi um movimento de grande vulto, que contou com protestos de rua, passeatas e abaixo-assinados.

No entanto, anos depois a NUCLEBRÁS acabou sendo uma coisa boa para a Juréia, na avaliação dos ambientalistas. Houve a paralisação de todos os empreendimentos imobiliários, a NUCLEBRÁS passou a interditar e controlar o acesso à área central onde seria instaladas as usinas nucleares; eram 23.600 ha do Morro do Grajaúna e Maciço da Juréia transformados em área de utilidade pública para fins de construção de usinas nucleares.

Se antes a população local vivia ameaçada pela grilagem e pela provável expulsão ditada pelo turismo, agora se viam ameaçadas pelas restrições impostas pela NUCLEBRÁS e pela SEMA. O Decreto Federal nº 84.973 de 29/jul/1980, estabeleceu a co-localização de usinas nucleares e Estações Ecológicas, assim a SEMA volta a ter direito sobre a área (perdida no momento da entrada da NUCLEBRÁS), e monta uma infra-estrutura de apoio para o desenvolvimento de pesquisas científicas - configura-se a Estação Ecológica (Federal) da Juréia.

Data dessa época a construção de alojamentos e laboratórios para as pesquisas realizadas principalmente por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em 1985, transcorridos cinco anos sem que as desapropriações tivessem acontecido, a NUCLEBRÁS perde o direito de uso da área e a SEMA tem sua situação legal indefinida.

É neste cenário que o movimento ambientalista já fortalecido pelas lutas contra a instalação das usinas nucleares se apressou para criar uma Unidade de Conservação que fosse capaz de controlar uma nova investida do setor imobiliário.

Ainda nas palavras do Profº Nogueira-Neto:

> Mas depois que o Brasil se entendeu com a Argentina e veio o Mercosul, eles desistiram e resolveram não fazer mais usina nuclear na Juréia, e aí houve uma correria danada, porque na hora que a NUCLEBRÁS largou, largou assim de repente e nós procurávamos manter nesse tempo todo, aqui na USP e outros (o prof Tarifa p.ex.) e foi muito bom porque na hora que a NUCLEBRÁS saiu, nós já tínhamos um pé lá dentro, com muita dificuldade. A esfera federal já não se interessava mais pra aquilo aí nós nos reunimos e fundamos a SOS Mata Atlântica, Capobianco inclusive foi um dos fundadores, e aí o Montoro que gostava muito de meio ambiente resolveu primeiro nomear o Zé Pedro de Oliveira Costa como secretário estadual do meio ambiente, que era um dos nossos lá, e no tempo que

> estávamos com os 2.000ha lá na Juréia o Zé Pedro que construiu as casas pré-fabricadas (os alojamentos). E aí o Zé Pedro propôs - eu digo sempre que ele é muito espaçoso – o que às vezes é bom e às vezes não é, e aí ele aumento aquela área de 2.000 para 82.000 ha. E aí ele incluiu aquela área lá no fundo e não devia ter sido incluído. Entrevista gravada em 17 de setembro de 2003

O desejo dos ambientalistas encontrou apoio no governador Franco Montoro para a criação de uma estação ecológica estadual. O governo Montoro tinha acabado de criar a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SMA (em 1986), tendo como primeiro secretário José Pedro de Oliveira Costa, que já havia assessorado a SEMA federal e era nessa época conselheiro do Condephaat. Em 20/jan/1986 é decretada a Estação Ecológica Estadual Juréia-Itatins, com 82.000 ha, e a Lei Estadual nº 5.649 estabelece os atuais 79.230 ha de área.

Antes da criação da SMA, técnicos e pesquisadores ligados à SUDELPA – Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (autarquia ligada à Secretaria do Interior), já vinham fazendo levantamentos de campo na área, com o propósito de mapear a situação fundiária dos moradores e os conflitos existentes para fins de reforma agrária (uma das políticas iniciadas na década de 80 para o Vale do Ribeira). Cria-se dentro da SUDELPA um grupo de trabalho que ficou conhecido como Grupo da Terra, responsável por esses levantamentos.

As questões fundiárias e ambientais eram tratadas no governo Montoro pelos diversos programas de trabalho da SUDELPA (grupo da terra, zoneamento costeiro, zoneamento ambiental, planejamento sócio-ambiental etc). Em 1986 o governador resolve separar as questões fundiárias e ambientais em duas secretarias distintas. Secretaria de Assuntos Fundiários e Secretaria do Meio Ambiente. Os técnicos da SUDELPA tiveram que optar por uma delas, sendo que o Grupo da Terra optou por integrar os quadros da recém-criada secretaria do meio ambiente. Vários desses pesquisadores passaram a fazer parte da Equipe Litoral Sul, grupo este responsável pelo Cadastro Geral de Ocupantes da EEJI, realizado em 1991.

A história da SUDELPA é importante para este estudo, porque alguns dos seus membros são citados nominalmente pelos moradores da Juréia pela conduta repressiva, desrespeitosa e truculenta com que os tratavam. Ou seja, aqueles que estavam trabalhando para solucionar os problemas fundiários dos posseiros, quando passaram a integrar os quadros do setor ambiental, mudaram “de lado”. Uma parcela desse corpo técnico, não aceitando as novas orientações para o trabalho que vinham empreendendo, “racham” com a instituição e se desligam do Grupo da Terra.

Relatórios de trabalho e publicações sobre a Juréia citam que existe uma população caiçara esparsa nessas terras há centenas de anos, com uma cultura muito rica, vivendo em harmonia com a natureza.

Uma dessas publicações chama-se NOTÍCIAS DA JURÉIA Vol. I – 1983. Neste periódico sobre a Estação Ecológica da Juréia produzido pela SEMA/Minter, há um relato dos principais projetos de pesquisa em andamento. Faziam parte do corpo administrativo da Estação:

- Secretário: Paulo Nogueira-Neto (IB-USP)
- Secretária de Ecossistemas: Ieda Lucia Paixão
- Representante em São Paulo: José Pedro de Oliveira Costa
- Administrador da Estação: Rubens Ramos Mendonça (Engº Florestal)
- Coordenadora Científica: Vera Lucia Imperatriz Fonseca (IB-USP)

O NOTÍCIAS DA JURÉIA começa com um breve relato sobre a implantação da estação assinado por José Pedro de Oliveira Costa. Neste relato, "Zé Pedro" conta as dificuldades e passagens pitorescas para a construção da infra-estrutura básica (os alojamentos) para o funcionamento da estação. Em determinado trecho escreve:

> "(...) Lá habitam vários caiçaras que ainda preservam sua cultura, formas de produção de subsistência e têm um conhecimento muito apurado da natureza. A densidade populacional é muito baixa e por isso sua presença não chega a interferir de forma destrutiva na natureza. Eles eram os nossos contratados para todos trabalhos necessários". (s/p.)

O periódico cita novamente a população residente na Juréia no item referente ao zoneamento da estação, em seu parágrafo final: "*um trabalho sobre a manutenção da cultura da população dos caiçaras também seria interessante*". Também consta do periódico uma listagem de pesquisas em andamento, totalizando 26 e mais quatro pesquisas publicadas ou no prelo em 1983. Nenhuma delas tratava de estudos sociais, antropológicos ou culturais. Todos eles se ocupavam de aspectos ambientais dos ecossistemas, ou da flora, ou da fauna.

Meu objetivo neste ponto da dissertação é chamar a atenção do leitor para o fato de que os ecologistas e técnicos dos órgãos ambientais que atuaram na área SABIAM da existência de população na Juréia, da mesma forma que sabiam que elas não estavam contribuindo para a degradação do ambiente, e mesmo assim optaram por criar uma unidade de conservação proibitiva para o modo de vida dessa população. Alijaram o homem e a cultura desse processo, condenaram-no antes mesmo de que algum crime tivesse sido cometido e mais, transformaram em EE áreas que não tinham fundamento ambiental para que ficassem dentro dos limites da estação.

Transcrevo um depoimento dado a Ruben Caixeta Queiroz por um dos técnicos da SMA (cujo nome fictício era Eduardo) que ajudou a planejar a criação da EEJI e relata como as áreas foram incluídas ou deixadas de fora.

> "**Ruben**: é verdade que os limites da estação foram definidos em um escritório por algumas poucas pessoas?
>
> **Eduardo**:"Todas as unidades de conservação no Brasil e no mundo são definidas numa sala e em cima de um mapa, é assim que se delimita. O que precisamos saber é qual o conhecimento que se tem em campo daqueles mapas e daquelas áreas. Os limites da estação chegaram até à reserva guarani de Itariri. Foi necessário chegar até ali para não ficar num vazio e não ter sobreposição como em muitas outras unidades de conservação. Sobre a área de Itinguçu: discutiu-se dias seguidos e sabíamos que até aquele momento já tinham sido assassinadas 11 pessoas entre grileiros e posseiros. Então, a gente adotou esse critério de colocar o Itinguçu dentro da estação: como princípio para parar esse conflito. Se um dia tivesse que tirar essa área, que tirasse, mas a gente iria dizer que aquilo lá não adiantava mais brigar porque a terra era do Estado. Isso foi fundamental, faríamos hoje a mesma coisa, sabendo que do ponto de vista legal não podia ter moradores. O pessoal que mora lá hoje sabe que houve um corte na história deles. Agora está dentro da estação ecol6gica e parou a violência ...Além disso, havia um projeto de continuação da BR-101 que passaria por Itinguçu. Então, nós colocamos o limite da estação até ali para servir de rolha e impedir a tal estrada". (Queiroz, 1992 p. 137)

Pode-se notar neste depoimento que algumas áreas foram incluídas por outras questões que não a relevância ambiental, como por exemplo, o caso do Itinguçu – cuja problemática era de ordem de regularização fundiária e de polícia, visto os vários assassinatos por disputa de terras; outros casos foi para barrar a ampliação de estradas... Como tal situação foi aceita pelas pessoas encarregadas de legitimar a criação da EEJI? Havia aqui uma enorme arbitrariedade: as áreas eram povoadas!

Está mais do que na hora de uma revisão da legislação incidente sobre a Juréia. Há irregularidades e injustiças que precisam ser reparadas. O próprio idealizador da idéia da EEJI – Paulo Nogueira-Neto já admitiu em seu trabalho de 1991 e na recente entrevista que fizemos, que precisa se pensar numa outra configuração de UC para a região:

> "... Bom, mas voltando a Juréia eu acho que a solução lógica seria fazer o mosaico, agora talvez o mosaico ainda não tenha sido feito por uma razão muito simples, isso depende de lei , não tem outro jeito, porque está na constituição. E o pessoal tem medo que indo para a assembléia, de repente a assembléia resolva dizer que pode plantar banana na baixada, sei lá o que pode sair de uma nova lei. Então a gente tem um certo receio, mas eu acho que a solução é realmente fazer um mosaico em que todos possam estar de acordo – que possa resolver o problema das populações locais lá e ao mesmo temo assegurar o futuro da Juréia como UC no lugar onde as restrições precisam ser maiores". Entrevista gravada em 17 de setembro de 2003

- **Moradores da Estação Ecológica Juréia-Itatins**

Como já citado no início desse tópico, passo a transcrever trechos de entrevistas realizadas com moradores e ex-moradores sobre os acontecimentos que culminaram com a criação da EEJI e como ficou a vida deles frente às proibições. Uma de minhas dificuldades foi a de conseguir determinar algumas vezes o período ou as datas dos acontecimentos relatados, visto que a importância do tempo para eles é diferente. Algumas vezes fica difícil determinar se o passado do qual estão falando é longínquo ou próximo. Sempre que necessário, aparecerá explicações minhas, entre colchetes [ ], no meio das entrevistas. Relembro o leitor que os nomes dos moradores que se dispuseram a dar as entrevistas serão ocultados. Outros depoimentos podem ser encontrados em Monteiro (2002), Melo (2000) e Queiroz (1992).

> "O que eu lembro disso, é que primeiro veio o tombamento da Serra do Rio Verde, da Juréia e aí atrás desse tombamento veio a questão da criação, da questão usina nuclear, em cima da usina nuclear teve todo um movimento ambientalista. Primeiro veio a NUCLEBRÁS fazendo vários trabalhos na área, levantamentos de pesquisa, de máquinas para fazer estradas, a SUDELPA abrindo estradas, fazendo os aterros, várias pesquisas de solos, pela NUCLEBRÁS, CDTN – Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, NUCON, são todu siglas dessas empresa... e ficou por um tempo, acho que dois anos, três anos na área...e era só do Rio Una do Prelado e do Rio Verde, era uma área de segurança nacional, todo o resto da área, todo o resto da área do Despraiado, desse lado, era fora dessa área da NUCLEBRÁS. E aí veio também a Secretaria do Meio Ambiente, o movimento ambientalista, de uma certa forma pressionava a NUCLEBRÁS, porque a NUCLEBRÁS não ligava que o pessoal plantasse, roçasse, pescasse, não tinha nada disso. A partir de um momento o pessoal da NUCLEBRÁS começou também a começar a repreender essas pessoas, não pode mais roçar, não pode mais fazer isso, fazer aquilo, e aí a gente veio ver que era já uma pressão dos ambientalistas em cima da empresa, da empresa que administrava aqui. Aí a NUCLEBRÁS foi conversar com meu pai – oh se a gente for usar sua casa (no Grajaúna) você vai ter que sair daqui, nós vamos procurar outro lugar e construir uma outra casa para você e você vai dar essa casa pra gente. E aí começou muita pressão dos ambientalistas e começou a desativar a NUCLEBRÁS, e aí entrou a SEMA.
>
> Aí criaram o decreto da Juréia em 1986, a Estação Ecológica e aí a NUCLEBRÁS, parte de sua estrutura passou para a Secretaria do Meio Ambiente e vários empregados da NUCLEBRÁS que eram moradores, passou pra SEMA também e aí assim sim veio toda a pressão de não autorização. Quando ainda tava a NUCLEBRÁS, engraçado que eles (SEMA) faziam uma política diferente, falando que quando criasse a Estação Ecológica os moradores iam ficar lá numa boa que era melhor que criar usina atômica que ia matar todo mundo. A secretaria falava – oh, a gente vai criar aqui um santuário ecológico que vai ajudar todo mundo, vocês vão ficar aqui dentro, a gente vai expulsar a NUCLEBRÁS daqui, os veranistas vão ter que ir embora também, a casa desses veranistas vai ficar pra vocês, eles vinham falando isso e...vocês vão melhorar de vida...vocês são comunidades tradicionais e de repente quando criaram a EE isso não veio a acontecer, isso veio

> completamente diferente, começaram a proibir a limpeza do bananal, começaram a proibir a limpeza de trilha, começaram a proibir a autorização de roça, e aí que virou essa discussão toda. Em 1989 a gente criou a União dos Moradores da Juréia, quando se começou a discutir...estando bastante apertada a situação dos moradores". Ex-morador

A partir de 1989 o governador Orestes Quércia pressionado pela mídia e pelas criticas dos ambientalistas que viram o projeto de estação ecológica ser implantado, porém sem ser implementado, toma uma série de medidas para garantir a infraestrutura operacional do EEJI como instalação de postos de fiscalização em três portas de acesso à estação, construção de um quartel para a polícia florestal, etc. "no momento em que acontece um maior controle da área por parte da SMA e da polícia florestal, os moradores começam a se mobilizar para enfrentar o que consideram como limites postos à sua liberdade e sobrevivência". (Queiroz, 1992 p. 85)

Muitos moradores falam que na época da Nuclebrás não havia proibições, isto porque eles moravam fora da área da NUCLEBRÁS.

> "A NUCLEBRÁS nunca que tocou lá. Tuda vida ninguém proibiu nada, lá ninguém maltratou ninguém foi tudo...adepois que foi estação ecológica aí que foi a coisa feia. A NUCLEBRÁS nunca perturbou". Morador

[No caso deles que estavam fora da área da NUCLEBRÁS, as proibições ocorrem somente a partir da criação da EEJI]

> É que eles chegaram lá e disseram que não podia fazê nada. Guarda foi lá. Cada pessoa de lá de São Paulo que vinha lá, que queria ser o mandão lá... (pode gravá) então ia lá e queria judiá do pessoal. Ninguém...ninguém podia embarcá nas embarcação prá ir embora. Porque lá um barco, sabe, um barco grande com 14 metros, saia daqui do porto e ia até o último lugar que dava pro barco ir. Prá levar o pessoar. Era os industriais de família que punha o barco prá população. Eu sei que tava maravilhoso. Adepois que foi a ecológica aqui acabô.
>
> **Márcia:** e ninguém avisou antes, prá explicar o que era estação ecológica?
>
> **Morador:** não, eles falaram... você vai sair daqui...teve uma pessoa que foi lá que eu gostaria de conversar com ele...mas nunca mais ele pisou lá. Eu vi ele sentado na minha porta de casa, embaixo de uma árvore e ainda falou pra mim: -- olha, vai ser muito bom, vai ser maravilhoso a estação. Tudo bem, o que é de bom prá nós que seja bem vindo, né? Porque o que a gente qué é melhorá prá situação da gente. Aí ele foi embora e nunca mais voltou. Cada vez mais piorando, porque lá ia as pessoas de lá, que eram os mandão, de São Paulo e chegava lá, ah..você vai ter que sair daqui...porque esse aqui é tudo nosso. Eu disse tudo bem, prô cara lá, o Ítalo (Ítalo Cunha – diretor da EE). O senhor acha que é do governo, que é de vocês, cadê o meu pagamento, isso aqui é tudo meu, isso aqui não tem nada de governo nenhum aqui. A casa fui eu que fiz, a plantação é tudo meu. Aqui não pintou governo nenhum e nem vocês. Depois dessa época ele não foi mais lá. Morador

A pergunta sobre se a SEMA ou a SMA haviam falado aos moradores o que significava uma estação ecológica foi feita para todos os entrevistados, tendo obtido 100% de respostas semelhantes: não fomos avisados; não sabíamos o que ia acontecer; ninguém veio falar com a gente, etc.

Na leitura dos depoimentos surge uma dúvida, já que alguns relatam que o "pessoal do meio ambiente" dizia à eles (moradores) que estação ecológica era boa, que eles iriam ficar seguros com a estação, que eles iam poder continuar vivendo do seu jeito... Esses comentários nos mostram que os técnicos foram falar com os moradores, mas ou ocultaram a parte que dizia respeito às restrições, ou não souberam se comunicar com os eles.

Outro ex-morador do Rio Comprido, residindo atualmente no bairro do Umbu/Iguape, também falou sobre as proibições, que não foi avisado sobre a criação da EE e as pressões que recebeu para abandonar seu sítio:

> **Márcia:** No tempo da NUCLEBRÁS já havia proibições?
>
> **Ex-morador:** Sim, eles não deixavam fazer roça nos morros, também era proibido a caça, as roças etc. A NUCLEBRÁS contratou moradores da comunidade para ser guardas, aí começou a estragar a comunidade, a amizade já ficou prejudicada. Morava no Rio Comprido nessa época. O Rio Comprido e a Cachoeira do Guilherme é o mesmo bairro, porque todos ficam no rio Comprido, mas tem nome diferente. Eles contrataram o S. Pradel, S. Carlos Maria, Miguel e Dito Cisco (do Guilherme) e S. Onézio lá para os lados do Guajaúna. Em 1982 resolveu levar a família para o Rio das Pedras. Seu avô tinha casa lá e os tios moravam na vizinhança. A casa não estava boa, deu uma reforma e mudou deixando para trás sua casa no Rio Comprido. Lá no Rio das Pedras, dava para trabalhar sem ninguém incomodar.
>
> **Márcia:** Ninguém avisou vocês que o lugar iria virar Estação Ecológica?
>
> **Ex-morador:** NÃO. Eles já vieram e falaram que agora era tudo da ecologia, que ninguém podia mais caçar, por roça, plantar. Eles deviam fazer reunião e explicar muitas e muitas vezes, porque a gente tinha cabeça mais dura que agora. Não é fácil prá nós entender. Lá por 87 ou 89 [não se lembrou direito...] eles foram na minha casa no Rio das Pedras – o Fausto Pires (coordenador da estação ecológica) e os guarda-parques. Ele não andava sozinho, sempre com 3 ou mais. Disse que se eu não parasse de trabalhar eu ia ter que sair de lá. Eu disse que se eles me arrumassem outro trabalho eu parava. O Fausto disse que prá ele não tinha outro trabalho, era só saindo mesmo. Entrevista concedida sem o uso do gravador

Além das restrições ambientais, é bastante lembrado pelos moradores as ameaças e pressões que recebiam dos técnicos, guarda-parques e polícia florestal. Era comum as famílias receberem a "visita" da fiscalização e os guardas abrirem suas panelas, armários, entrarem nas casas sem permissão dos moradores, apreenderem seus barcos.

Uma ex-moradora do Rio das Pedras, residindo atualmente em Barra do Ribeira/Iguape relatou várias formas de ameaça e pressão sofrida por ela e por seus familiares, e também como os responsáveis pela administração da EE prometeram trabalho e tranqüilidade a eles.

> Conversaram com meu pai, falaram que ia ser uma coisa boa, que o pessoal ia ficar trabalhando do jeito que tava, foi o maior papo, levaram o meu pai no maior papo. Depois queriam pintar a casa do meu pai. Ainda era a turma da NUCLEBRÁS e era a SEMA também, as duas estavam brigando, não sei se era a mesma firma, sei lá. Só sei que mandaram pintar a casa inteirinha do meu pai pra ele ficar com a sala pra ele fazer um escritório pra ele. Aí pintaram toda a casa do meu pai, sem o meu pai dá ordem, ele já morava há muito tempo lá (no Grajaúna). Foi uma confusão tudo. Aí o Zé Pedro teve lá falando com o meu pai que os filhos dele iam ficar morando com eles que nóis ia ficar morando tuda a vida lá porque a SEMA era uma coisa boa e foi, foi que até meus irmãos começaram a trabalhar lá também [na construção do alojamento do Itopava], iam chamar tudo meus irmãos pra trabalhar, depois que nada – depois que a casa tava pronta ele veio aqui em Iguape, pegaram um cara chamado Carlinhos e levaram prá lá mandaram a gente embora, o cara ficou na casa da gente, a gente morava lá em cima que a gente era caseiro lá e a gente foi embora para o sítio de novo lá para o Rio das Pedras
>
> **Márcia:** chegaram a entrar na sua casa...
>
> Ex-moradora: entravam...abriam panela prá ver se tinha caça. Fizeram na minha casa, o Pradel fez. Eu quero que ele escute, porque ele fez mesmo! Como eu não sou muito boba, de deixar fazer tudo que quer eu disse prá ele: "olha aqui Pradel, tenha um pouquinho de educação, não precisa saber o que tá cozinhando. Eu briguei com ele, falei um monte de coisa prá ele. Mas são tudo assim, os guarda só queriam ferrar com o cara. E na casa do compadre Amaro também entraram, no quarto dele, jogaram tuda a roupa dele prá ver se tinha espingarda, se tinha alguma coisa. E naquele tempo o pessoal tinha medo, né era tudo gente humilde que não gostava de enfrenta ninguém, sofreram muito".

Em um levantamento detalhado e analítico sobre as Unidades de Conservação, Brito (2000), faz uma crítica ao processo de criação das UC's no Estado de São Paulo e avalia que a escolha da categoria de manejo esteve mais vinculada ao contexto político do momento, do que às diretrizes teóricas apregoadas para esse fim.

Através dos depoimentos pode-se ter uma idéia dos impactos que a efetiva chegada das restrições ambientais causou sobre essa população diminuta, esparsa, porém significativa. Esses seres humanos estavam lá, estavam presentes, são herdeiros de uma rica cultura e tradições típicas de populações rurais semi-isoladas. Os técnicos sabiam de sua existência e com eles conviviam, usando de suas habilidades para andar na mata, navegar nos rios, construir suas casas, cozinhar para eles, e, no entanto, as preocupações eram com os impactos ambientais, com a biodiversidade, com os estudos para melhor conhecimento dos elementos naturais.

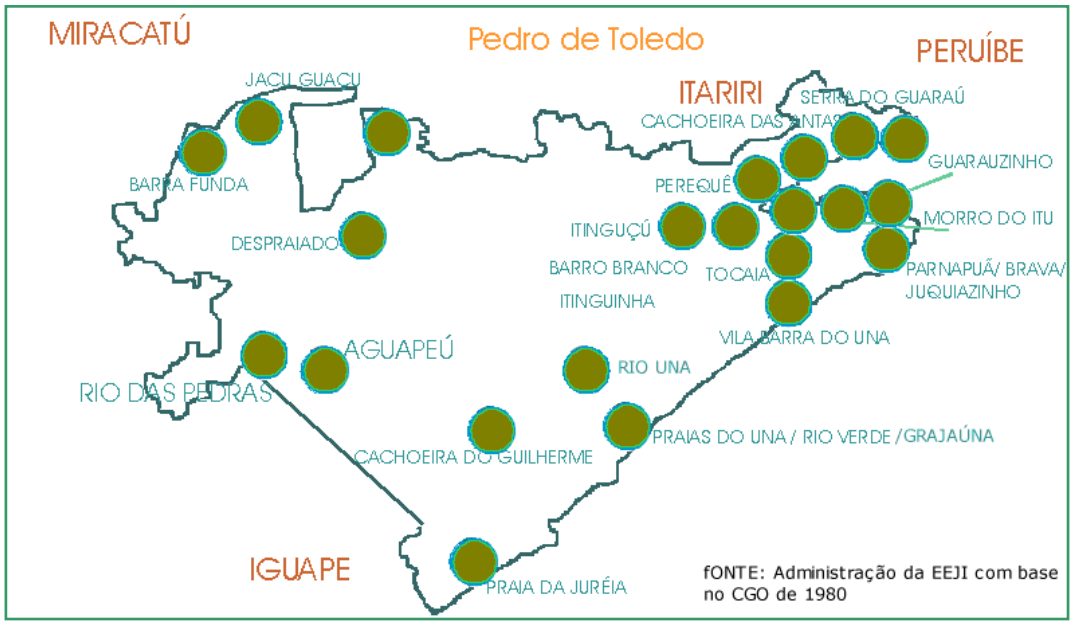
E o homem? E as comunidades, ali presentes, ajudando inclusive nas pesquisas (fato este relatado com orgulho por aqueles que tiveram a oportunidade de colaborar com os inúmeros pesquisadores que por lá passaram nesses 20 anos)? Que atenção foi dada a eles?

Poucas pesquisas socioambientais foram realizadas, várias não passaram da etapa dos levantamentos socioeconômicos dos bairros, não ultrapassando a coleta de dados quantitativos. Isso nos faz pensar que não havia interesse real, político no trato das complexas e variadas questões sociais, antropológicas e culturais. Poucos pesquisadores ligados às ciências humanas se dedicavam nesse momento (década de 1980) aos estudos da sócio-diversidade, e quando o faziam, não tinham o respaldo dos órgãos responsáveis pelas questões ambientais ou suas agências financiadoras.

Tal fato, fez despontar nessa mesma década de 80, ONGs e instituições de pesquisa voltadas às questões da co-existência entre população humana e áreas protegidas; ou voltadas às questões de conflitos e impactos gerados pelos UCs nas populações diretamente afetadas pela sua criação, bem como de seu entorno.

D. As comunidades da EEJI

Figura 8 – Mapa de localização das comunidades da Juréia



As vinte e duas comunidades da EEJI não representam um grupo homogêneo. Justamente pela não homogeneidade são muito ricas culturalmente e muito diferenciadas na sua estruturação social.

Algumas das comunidades da Juréia estão em locais de difícil acesso como, por exemplo, a Comunidade da Cachoeira do Guilherme, sendo comum gastar em torno de 8 horas, a partir de São Paulo,para chegar até ela. Vários pesquisadores têm se dedicado a descrever com riqueza de detalhes os caminhos da Juréia, entre eles destaco Monteiro (2002), Tarifa (2002), Melo (2000) e Mahfoud (1996).

D.1. A auto denominação do habitante da Juréia

No meio acadêmico é comum denominar o habitante da Juréia de CAIÇARA, pertencente às comunidades caiçaras do sudeste do Brasil, etc. Dependendo de sua localização geográfica, são chamados também de ribeirinhos, capuavas, pescadores e até mesmo caipiras, devido às inúmeras semelhanças entre os dois grupos culturais. Costumeiramente o nativo da Juréia se reconhece como morador, algumas vezes como morador tradicional. Outra denominação comum refere-se ao uso do referencial geográfico para designar o morador dos bairros ou comunidades: “o pessoal do Guilherme”, “os da Barra do Una”, “o pessoal do rio das Pedras”.

Embora todos sejam moradores da Juréia, há muitas diferenças culturais, de formas de trabalho, de estruturação social, de religião etc. Porém quando se referem uns aos outros (em tempos de paz, de tranqüilidade entre eles) se dizem parentes, aparentados, primos, tios etc. Consideram-se parentes pelos laços de amizade, de convívio, de respeito, de reciprocidade. Nos momentos de tensão, esse parentesco é posto de lado, até mesmo entre aqueles com real grau de parentesco. Exemplo disso são as desavenças nas festas da Cachoeira do Guilherme (normalmente por causa de bebida alcoólica)[7], ou a perseguição que os moradores guarda-parques faziam contras seus irmãos, sogros, primos etc, quando eram funcionários da SMA.

Pelo convívio com os moradores e pelas suas falas, pode-se também depreender que eles não vêem a Juréia como um todo homogênio. Essa denominação é externa a eles. Para eles existem espaços geográficos diferenciados. Quando você pergunta onde eles nasceram, as respostas nunca são – na Juréia; eles falam do bairro onde nasceram – no Rio das Pedras, no Aguapeú, no Rio Verde...

[7] Sobre as desavenças nas festas da Cachoeira do Guilherme, ver Monteiro, 2002.

A Juréia é uma categoria criada de fora do lugar. É urbana, acadêmica, publicitária, totalmente inventada para fins políticos de reconhecimento da região. Tal generalização "quebra" geograficamente o sentido de lugar e a identidade e a afetividade que os moradores estabeleceram com ele.

A assimilação do termo genérico foi intensa entre os moradores, de tal forma que a Associação dos Moradores da Juréia (AMJ), abrange todos os moradores, inclusive aqueles que estão na vertente dos Itatins, geograficamente distantes do Maciço da Juréia, do Costão da Juréia ou da Praia da Juréia.

D.2. Ser caiçara...

Os moradores da Juréia só muito recentemente, após os contatos mais constantes com as pessoas procedentes das áreas urbanos, pesquisadores, jornalistas, técnicos etc, passaram a incorporar o termo CAIÇARA como um sinônimo de si próprio. Eles acabam aceitando que as pessoas os tratem por caiçaras. Esse tipo de permissão não é um auto-reconhecimento, mas não deixa de ser um reconhecimento da identidade imposta.

Figura 9 – Reunião de caiçaras da Juréia

Setembro/2003

É através do termo caiçara que eles se reconhecem enquanto grupo social para a sociedade abrangente. Apesar das muitas diferenças culturais entre os moradores da Juréia, estes passam a constituir um grupo homogêneo quando se denominam caiçaras. Para o mundo externo, pós limites da EEJI, em suas apresentações culturais, nos eventos acadêmicos, em reuniões políticas e reivindicatórias, o uso do termo CAIÇARA é bem freqüente.

Ser caiçara assume grande importância, por exemplo, na luta pelos seus direitos e anseios, uma vez que o uso do vocábulo morador não provoca no imaginário urbano de quem ouve a imagem simbólica que o termo CAIÇARA produz. No mínimo as pessoas tem uma idéia de que o caiçara é a pessoa que vive no litoral, pesca e faz artesanato.

Para os moradores da Juréia, é importante se sentir parte integrante de um grupo social reconhecido pela sociedade, isso lhes confere uma existência real, lhes dá visibilidade, é como se eles se materializassem. A passagem do abstrato para o concreto é muito

importante, porque depois de tanto sofrer punições, ameaças, maus tratos, explorações, ficou nessas pessoas um sentimento de "não existência", de "não ser real", caso contrário "não seriam tão maltratados".

Também resgata sua auto-estima positiva a partir do momento em que os faz sentir portadores de uma identidade que legitima suas reivindicações pelo reconhecimento nacional de sua cultura secular, muito semelhantemente ao reconhecimento dado aos grupos indígenas e aos quilombolas. Nas conversas com aqueles moradores mais ligados às tradições musicais e festivas da região, eles perguntam se a "*gente não acha bonito, se aquilo que eles fazem não é importante*".

Mas o que é ser caiçara?

Segundo o Dicionário Aurélio de 1986, caiçara era sinônimo de: vagabundo, malandro, caipira e praiano, além de designar o habitante de Cananéia e as cercas feitas de madeira para usos diversos. As novas edições, já trazem as modificações exigidas pelos próprios caiçaras.

MONTEIRO (2002) faz uma reflexão bem interessante quando ao significado do termo caiçara. Há dezenas de edições que este dicionário traz essa explicação, porém a partir do momento que eles se reconhecem como caiçaras, há uma revolta geral pela ratificação do significado atribuído ao caiçara:

> "Se até poucos anos atrás não se auto-denominavam dessa forma, a adoção repentina desse nome passou a exigir um certo zelo, cuidado e preocupação em relação ao uso e aos usos e significados a ele atribuídos. Entretanto, se o termo é impregnado de conotações pejorativas, por quê sua adoção? A pergunta não é gratuita. Sua resposta exige o entendimento do contexto social e político mais amplo em que se situa a própria essência do movimento desses moradores: a adoção desse termo está diretamente vinculada ao debate que se trava da relação entre populações tradicionais e preservação ambiental, principalmente no âmbito do Vale do Ribeira. Significa dizer que esse grupo de moradores se afirma como caiçaras, na medida em que, nesse debate, são vistos e considerados como tal". (p. 213)

Como já citado neste capítulo, entendo caiçara como sendo a mescla étnico-cultural entre índios e colonizadores europeus, sobretudo os portugueses. Possuem um modo de vida característico, baseado na estreita relação com a natureza e seus recursos, onde sobressai a pequena agricultura de coivara (as roças de arroz, mandioca, milho, feijão, etc.); o extrativismo; a caça para alimentação própria; a pesca e o artesanato. A venda dos excedentes da produção agrícola e dos produtos retirados da floresta (sobretudo palmito e

caxeta) garantia a obtenção de dinheiro para aquisição dos produtos que o "sítio" não lhes proporcionavam: sal, remédios, vestimentas, sabão, etc.

Geograficamente se caracterizam por viverem em bairros ou comunidades esparsas, e em algumas casas ou sítios semi-isolados. Os limites entre as propriedades (geralmente posses) são "apalavrados" como dizem os nativos da Juréia, não existem cercas reais entre elas. Somente se a pessoa "for botar" criação é que faz um cercado. Abaixo, relato de um ex-morador da Juréia, ao ser perguntado "se eles podiam fazer a roça aonde quisessem e como era a divisão das posses":

> "(...) veja bem, a gente ia procurar mato e era assim quase mais ou menos aonde a gente queria. Hoje, no caso deles (SMA), eles olham o lugar bom de planta, mas só que eles olham o lugar que ta bom pra eles, mas pra gente não ta bom. Então a gente ia procurar o lugar que era bom pra plantar o arroz, o lugar que é bom pra planta a rama da mandioca, o milho. A gente roçava na área que a gente tava, e cada um tomava conta...não era da gente, já tinha donos, mas só que os donos deixavam aqui pra gente trabalhar e tomar conta. No caso dos guarda-parques hoje, seria o pessoal mesmo que morava lá que não deixava invasão. Em comparação, que nem o pessoal de Iguape, que na época tinha muitos e tem os que têm propriedades lá, né. Então no caso, eu tomava conta de uma propriedade de um senhor aqui de Iguape, então dentro daquela propriedade eu podia trabalhar aonde eu quisesse, aí em comparação, ele (ex-morador também) morava na outra propriedade que ele tomava conta que era bom pra planta arroz, a minha não era bom, a minha era bom pra planta mandioca, a dele não era, então ele podia planta na minha área e eu podia planta na área dele. E assim foi por diante". (Depoimento colhido na mesa redonda com ex-moradores da EEJI, Curso de Difusão "Etnoconservação da Biodiversidade em 01/05/2003)

Os moradores das 22 comunidades da EEJI foram divididos em tradicionais e não tradicionais - os chamados adventícios[8], pela Equipe Litoral Sul da SMA.

A Equipe Litoral Sul foi a responsável por elaborar o Cadastro Geral de Ocupantes (CGO) da EEJI, em 1991, e classificou em sua metodologia de trabalho os moradores não tradicionais como sendo adventícios recentes (AR) e adventícios antigos (AA). Sendo a diferença entre eles o tempo de permanência na área da EEJI: mais de 4 anos, ou seja, já estavam lá quando a EE foi criada; e menos de 4 anos, migraram para a região após de criada a estação ecológica.

Também foram feitas classificações dos moradores segundo o tipo de uso da terra, o histórico de ocupação e a situação jurídica em relação à área ocupada (posseiro, proprietário, caseiro/empregado, meeiro, comodatário).

[8] Segundo Dicionário Aurélio (1986) significa chegado de fora, estrangeiro.

O objetivo do levantamento era mapear as comunidades tradicionais que viviam na EEJI, essencialmente exercendo atividades relacionadas à agricultura e à pesca. Para tanto adotaram definições para classificar os moradores como população tradicional e não tradicional.

> **POPULAÇÕES TRADICIONAIS:** caracterizam-se por serem ocupações antigas na área, terem uma economia baseada predominantemente no trabalho familiar e na produção de bens primários para consumo, terem fortes laços de parentesco, viverem em condições de isolamento e possuírem o chamado conhecimento *folk*, ou seja, conhecimento em relação ao meio desenvolvido pelos moradores em virtude da íntima dependência dos recursos naturais, devido a um maior ou menor grau de afastamento de uma economia de mercado nacional.
>
> **POPULAÇÕES NÃO-TRADICIONAIS:** caracterizam-se por terem uma produção de bens primários, voltada para a comercialização, com a predominância de uma cultura agrícola, por uma maior heterogeneidade cultural e histórica, ausência ou poucos laços de parentesco e pouco ou nenhum conhecimento específico do meio.
>
> Cadastro Geral dos Ocupantes – p.4

O segundo objetivo do Cadastro da SMA era estabelecer critérios para a permanência de famílias na área (reordenação da população) de acordo com os padrões culturais, sociais, políticos, geográficos, ecológicos e ambientais, sendo estas reivindicações – segundo o texto do CGO, p. 6 - constantes tanto das associações de moradores quanto das entidades ambientalistas, dos técnicos e da comunidade acadêmica. Resta-nos ter claro quais foram os critérios para estabelecer tais padrões.

O levantamento apurou que apenas 3% da área era habitada por populações tradicionais ou adventícias antigas, não tendo sido computado todo o território de obtenção de recursos naturais. O próximo passo deveria ter sido o Microzoneamento da EEJI, que nunca chegou a ser feito.

A metodologia de trabalho adotada para a realização do CGO nos faz questionar alguns pontos:

1º. O acesso a terra e às formas de subsistência era direito somente daqueles moradores com mais de 4 anos na área e somente eles seriam contemplados com um projeto de indenização ou garantia de sua subsistência?

2º. Aqueles que não eram “população tradicional” NÃO possuíam uma relação harmônica de uso dos recursos naturais ou NÃO tinham conhecimento específico do meio. O que a Equipe Litoral Sul definia como “conhecimento tradicional” e “harmônico”?

3º. Os moradores tradicionais tinham mais dificuldade de organização, pela convivência em pequenos adensamentos rurais, sendo que muitas vezes eles tinham opinião formada sobre um assunto, mas a timidez os impedia de falar e lutar por seus pontos de vista. Seria então mais fácil conviver com esse grupo social? Seria mais fácil “enquadrá-los nos padrões de preservação dos ecologistas”?

4º. Os adventícios recentes correspondiam a 46% do total de moradores e pertenciam aos bairros mais populosos e mais organizados socialmente, e que foram incluídos na área da estação ecológica indevidamente. O Cadastro concluiu que essas famílias não deviam ser contempladas com uma reordenação da aérea, porém não coloca o que devia ser feito com elas. Após a implantação da UC esses moradores passaram a ser vistos como verdadeiros criminosos, e muitos deles foram incentivados a migrar para outras áreas do Vale Ribeira nos projetos de reforma agrária e de fronteira agrícola. E como ficou o direito aos recursos materiais para sua sobrevivência que foram tolhidos com as imposições da legislação ambiental?

Apesar do foco central deste trabalho ser o impacto sobre a estruturação sócio-cultural e econômica dos moradores tradicionais, não posso me furtar de dizer que todos, indistintamente, têm o direito de terem sua situação de morador revista com seriedade, uma vez que a urgência em preservar a área da Juréia fez com que os técnicos responsáveis pela sua criação tenham sido omissos na seleção das áreas escolhidas para uma unidade de conservação de uso restritivo.

Alguns grupos temáticos chegaram a ser criados por volta de 1991, dentro da estrutura administrativa do Instituto Florestal para trabalhar com os problemas locais, dentre eles, o Programa de Ecologia Humana e o Projeto Agroecológico.

Em 1994, início do governo Mario Covas, o Estado demitiu em massa muitos funcionários e a equipe do Programa de Ecologia Humana foi desestruturada, somente o licenciamento emergencial para a agricultura foi mantido. Em 1995, o governo decidiu demitir todos os prestadores de serviço dos órgãos estatais e fundações. O Instituto Florestal foi duramente atingido, principalmente no que se refere aos guarda-parques e funcionários do Projeto Agroecológico, reduzindo em muito sua capacidade de administração das Unidades de Conservação.

No período pós 95 pouca coisa mudou, a EEJI continuou com número insuficiente de funcionários, as pesquisas não são estimuladas, as estradas estão mal conservadas, alguns rios estão sem condições de navegabilidade por falta de limpeza dos leitos, as autorizações para plantio da roça têm diminuído, sobretudo para os moradores de algumas comunidades, como o Despraiado. A isto se soma uma administração burocrática que, contrariamente a estratégia adotada por outros diretores de UCs, não abre diálogo com os moradores no intuito de conseguir firmar acordos e parcerias para ajuda mútua.

O CGO apresenta um total de 365 famílias vivendo na EEJI em 1991. Porém o cadastro foi feito com uma metodologia que deixou de computar outras dezoito famílias que viviam como agregadas nas casas. Portanto o total de famílias era de 383, e o número de habitantes era de aproximadamente 1.285 pessoas.

Atualmente os moradores estimam que vivam no interior da Estação Ecológica cerca de 200 famílias. A Secretaria do Meio Ambiente não prosseguiu com levantamentos sistemáticos que nos permitiriam analisar estatisticamente o padrão demográfico e o perfil dos atuais moradores.

A maior concentração de moradores tradicionais está nas comunidades de Praia do Rio Verde, Grajaúna, Cachoeira do Guilherme, Aguapeú, Praia do Una, Despraiado e Barra do Una, sendo que estas duas últimas convivem já há bastante tempo com turistas ou com produtores rurais grandes e pequenos.

Parte das famílias tradicionais vive do plantio das roças de mandioca, arroz, milho (ração para a criação), feijão e da pesca. Nem sempre as famílias conseguem autorização para fazer as roças em tempo hábil, outras já estão roçando a mesma área há muito tempo e a produção está em declínio. A autorização para uso de capoeiras novas é muito difícil de ser conseguida.

Parte das famílias retiram sua renda de aposentadorias, de salário como funcionários das prefeituras ou da SMA, como é o caso dos guarda-parques, e de trabalho eventual para particulares. Importante destacar que as famílias assalariadas conjugam seu trabalho com o plantio e cuidado da roça, com o fabrico da farinha de mandioca, de doces e também com o artesanato.

As famílias que moram nas comunidades “semi-abertas”, ou seja, aquelas em que há muitos veranistas, auferem também alguma renda com aluguel de espaço para acampamento, ou aluguel de pequenos quartos, pilotagem de barcos para turistas e como guias e monitores

ambientais em áreas do entorno e mesmo em área no interior da EE com o devido controle e autorização da administração da Estação.

É admirável que parte dos moradores ainda resistam a todos esses anos de abandono, descaso e violência por parte de quem deveria ajudá-los na difícil tarefa de valorizar a exuberância natural e cultural da região.

Um contra-senso é um empreendimento turístico inaugurado há uns 2 anos atrás na estrada da Barra da Ribeira – km 6, ou seja, no entorno da EEJI. Trata-se do Hotel Quatinga. Eles conseguiram ser licenciados pelos órgãos ambientais, apesar do impacto que causaram. Um hotel de luxo, que também causou a revolta dos moradores locais:

> "O povo podia plantá, se tivesse uma área prô povo viver plantando as coisas, que daqui uns tempo mais não vai te mais nada, só os grandes empresários, os grandes...como é que fala...os fazendeiros é que pode, agora os pobres os pequininho não pode. Aí você viu aí na Quatinga, o que o cara fez no morro, aí pode, ele pode fazê, ele tem dinheiro ele pode, fosse um pobre que fizesse uma rocinha lá no morro prá vê. E aí o cara vem ali no Quatinga, faz um grande desmatamento daquele, tirou caminhão de orquídea que a gente soube que ele tirou e vendeu e tá lá ninguém....isso é que eu fico louca, muito louca da vida". Ex-moradora

Contra-sensos à parte, há áreas abertas à visitação pública dentro dos limites da Estação, como a Cachoeira do Paraíso (Núcleo Itinguçu) que recebe fluxo constante de turistas, e segundo dado dos monitores ambientais de Peruíbe, chegou a receber nos quatro dias de carnaval de 2000, cerca de cinco mil visitantes. Próximo dali, a Vila Barra do Una, tradicional vila de caiçaras dedicados à pesca, transformou-se num bairro de veranistas, onde os antigos pescadores são hoje caseiros, donos de pequenos comércios, barqueiros etc. O número daqueles que exercem somente atividades de pesca e roça é muito diminuto.

Figura 10 – Cachoeira do Paraíso
Outubro/2000

Conclui-se que diversos podem ter sido os motivos pela opção de criação de uma estação ecológica na Juréia, menos o desconhecimento de que a região era habitada.

A precária situação dos moradores da Estação Ecológica não pode ser creditada única e exclusivamente à administração dos órgãos estaduais ligados ao meio ambiente, as prefeituras também são responsáveis pela falta

de infra-estrutura básica. Ainda mais que a partir de 1993 os municípios que tiveram espaços transformados em Unidades de Conservação, possuem uma cota adicional do ICMS. Segundo informações publicadas na "Oficina de Gestão Participativa em Unidades de Conservação, de 1999", em 1994 e 1995 os quatro municípios que abarcam partes da EEJI, receberam mais de 9 milhões de reais através desse mecanismo.

Como podemos verificar na Tabela 2, o ICMS Ecológico acumulado de 94 a 99, passa da casa dos 18 milhões. Esse montante é geralmente usado pelas prefeituras para completar seus orçamentos, sendo alocado para diversas secretarias, mas praticamente nada é investido para a melhoria das condições de vida ou contratação de serviços e moradores das Unidades de Conservação.

Tabela 2: ICMS Ecológico

Município	Área total (ha)	Área na EEJI (ha)	Porcentagem (%) do município abarcado pela EEJI	Porcentagem (%) da área da EEJI por município	População - 2000	ICMS Ecológico (R$ / 1994 - 1999
Iguape	194.200	62.711	32,54	79,15	26.052	10.510.094
Itariri	29.900	3.248	11,12	4,10	11.679	979.990
Miracatu	103.600	4.912	4,77	6,20	21.018	4.715.399
Peruíbe	63.110	8.359	24,86	10,55	51.451	2.465.097
Total	=====	79.230	=====	100,00	110.200	18.670.580

Fonte: SMA, IF, Administração da EEJI, 1999

4. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: NOVOS TERRITÓRIOS E ANTIGOS MORADORES

"Foi a experiência de estudo de impactos da aplicação
do instrumento de tombamento da Vila de
Picinguaba, que reforçou a convicção de que a
conservação ambiental é construída a partir
de idéias e paradigmas vindos de fora dos lugares.
Por outro lado uma verdadeira conservação só se concretizará
nas ações a partir dos lugares".
(Furlan, 2000, p.4)

Como visto no Capítulo 2, as Unidades de Conservação (UC's) ambientais foram criadas com os objetivos de "dar proteção" às áreas naturais ainda não degradadas e com rica biodiversidade e beleza cênica, e para serem preservadas como memória de um passado ambiental dilapidado ao longo da história da humanidade.

A UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza, define unidade de conservação como sendo: "*uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros eficazes*". (UICN, 1994:185)

No Brasil, a definição oficial é a que consta do SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

> "UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção". (SNUC - Capítulo I - Art 2º - Inciso I)

A meu ver, a definição da UICN é a mais completa, pois abrange além da proteção e manutenção da diversidade natural, a preocupação com a dimensão e a diversidade cultural dessas áreas.

A partir do momento em que unidades de conservação ambiental são criadas, novos territórios[1] surgem, sobrepostos aos já existentes. É uma intervenção política e jurídica que acaba excluindo quem já estava incluído.

[1] Importante frisar que o conceito de território aqui adotado significa um campo "não-visível" de forças, onde formas de controle são estabelecidas por grupos sociais.

Portanto, quando delimitamos áreas para conservação estamos sobrepondo novas fronteiras "desenhadas em papel" sobre territórios reais, dentro de uma unidade política, por exemplo, a cidade, repleto de lugares afetivamente reconhecidos pela comunidade local.

As novas fronteiras são "*rupturas de tempos históricos*" (Costa, 2001)[2], sem sentido para a população por elas segregadas. Estas fronteiras desrespeitam os vínculos de identidade cultural-mítica-simbólica que une a comunidade.

Formam-se dois grupos: os que já estavam lá e os que vieram de fora. Cada um dos grupos tem leituras simbólicas e necessidades materiais diferentes em relação ao território que também é compreendido de maneira diferente pelos dois grupos e conseqüentemente o sentimento de ruptura gera conflito. Instala-se a idéia de rompimento e não de cooperação entre os grupos.

Outro aspecto importante para o entendimento dos impactos culturais e da desestruturação sócio-espacial gerados pela criação de unidades de conservação, diz respeito à categoria da Unidade de Conservação, podendo ser: (1) unidades de proteção integral (2) unidades de uso sustentável.

A UC de proteção integral prevê "*a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais*". Como uso indireto o SNUC define: "*aqueles que não envolvem o consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais*".

Inclui-se no grupo de proteção integral, as ESTAÇÕES ECOLÓGICAS, RESERVAS BIOLÓGICAS, PARQUES NACIONAIS, MONUMENTO NATURAL E REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE.

Estações Ecológicas – categoria na qual se inclui a Juréia - são áreas representativas de um ou mais ecossistemas brasileiros, destinadas somente à realização de pesquisas científicas, e a preservação do ambiente, conforme determinado no Capítulo III do SNUC - Das categorias de Unidade de Conservação:

> "Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
>
> § 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei.
>
> § 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

[2] Comunicação oral do Prof Dr. Wanderley Messias da Costa, no curso de pós-graduação - Geografia Política: teorias sobre o território e o poder e sua aplicação à realidade contemporânea, 2º semestre de 2001.

> § 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.
>
> § 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:
>
> I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;
>
> II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;
>
> III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;
>
> IV - pesquisas científicas, cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares".

Dentro do campo da psicologia social, "*o conflito é a espacialização da identidade num dado território*".[3] A partir do momento em que há identificação com o território, são criados laços de afetividade com ele. Esse novo arranjo sócio-espacial (a unidade de conservação) impõe uma ruptura, um desenraizamento, "um separar o homem do seu chão". O sentimento é o de estar sendo apartado de suas raízes, de sua origem, mesmo que os moradores permaneçam nas unidades de conservação.

Simone Weil – filósofa francesa que dedicou sua vida pessoal e acadêmica a lutar contra a opressão, descreve o desenraizamento como "*uma doença quase mortal*" para as populações que são atingidas por ele (Weil, 2001):

> "Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente. [...] Não deve alimentar-se das contribuições externas senão depois de as ter digerido, e os indivíduos que o compõem não devem recebê-las senão através dele. Há desenraizamento todas as vezes que há conquista militar, e nesse sentido a conquista é quase sempre um mal. [...] quando o conquistador permanece estrangeiro ao território de que se tornou possuidor, o desenraizamento é uma doença mortal para as populações submetidas. Atinge o grau mais agudo quando há deportações maciças ou há supressão brutal de todas as tradições locais". (p.44)

Ainda sobre o desenraizamento, Weil argumenta que mesmo sem intervenção militar, este pode ocorrer no interior dos países pela força da dominação econômica:

> "... o poder do dinheiro e a dominação econômica podem impor uma influência estrangeira a ponto de provocar a doença do desenraizamento.

[3] Comunicação oral da Profª Drª Eda T.O.Tassara em 7/11/2003

> Enfim, as relações sociais no interior de um mesmo país podem ser fatores muito perigosos de desenraizamento. (p.44)

Ao meu ver este é um processo possível de ocorrer com a criação das unidades de conservação de proteção integral principalmente quando transfiro o pensamento de Simone Weil para a realidade em que vivem os moradores da Juréia.

No caso das unidades de uso sustentável, é possível compatibilizar a conservação dos recursos naturais com o uso sustentável de uma parcela desses recursos. Quando se fala em uso, está embutida a utilização para fins de sustento e geração de renda. O detalhamento dessas unidades será feito no item 3.2 deste capítulo.

4.1 Áreas Naturais Protegidas

A criação de áreas protegidas é um fenômeno mundial que teve seu crescimento acentuado a partir da década de 1950 com um pico na década de 70, período no qual mais de 1.300 parques foram criados. (Brito, 2000)

Em meados de 1980, a UICN estimava que 70% das áreas protegidas do mundo eram habitadas. Na América Latina esta condição atingia 86% (Colchester, 2000) e no Brasil as cifras estão na casa dos 80% também. Como já abordado no início desse capítulo, o problema fundamental é a definição das categorias de manejo de uso restritivo que impera nessas áreas, aliada ao fato de estarmos tratando na maioria dos casos, da presença das populações chamadas de "tradicionais".

Em São Paulo, 73% das unidades restritivas de grande porte (mais de 10.000 ha) são habitadas (Arruda, 2000). Há atualmente no Estado, quarenta e nove[4] unidades de conservação de proteção integral, entre parques e estações ecológicas. A grande parte enfrentou ou ainda enfrenta conflitos ligados à presença de população local e as restrições impostas a elas.

Brito (2000) destaca a importância da realização do IV Congresso Mundial de Parques (Caracas/Venezuela) para avançar nas discussões sobre populações e áreas naturais protegidas. Alguns conceitos advindos desse evento foram rediscutidos durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92).

No Congresso de Caracas foi ratificado o direito dos povos indígenas sobre suas terras, mesmo que os governos dos países tenham instituído áreas de proteção como os parques

[4] Unidades de Conservação administradas pelo Instituto Florestal de São Paulo: 22 parques estaduais e 22 estações ecológicas; Unidades de Conservação Federal, administradas pelo IBAMA: 1 parque nacional e 3 estações ecológicas; 1 parque estadual administrado pela Fundação Florestal.

nacionais. Essa recomendação surgiu do entendimento de que cada vez mais é necessário o apoio das populações locais para a manutenção das áreas protegidas. (Brito, 2000).

Durante a Rio 92, o debate sobre conservação da biodiversidade, criação de áreas protegidas e benefícios para a população local se ampliaram. A Conferência também identificou desafios e estratégias fundamentais para orientar as políticas públicas das nações para o próximo milênio, baseados no conceito de *Desenvolvimento Sustentável*.

Os principais documentos assinados pelos países signatários da conferência, foram a *Agenda 21* que tinha como principal proposta implementar ações que melhorassem as condições ambientais do planeta, tendo como meta o século XXI, e a Convenção da Biodiversidade, cujos objetivos são a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a divisão eqüitativa e justa dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos

Cabe também ressaltar que desde o primeiro momento em que a preocupação com a conservação da biodiversidade passou a ocupar as agendas política, social e científica em vários países do mundo, um problema crucial foi levantado: não haveria, com absoluta certeza, a possibilidade de se conservar todos os remanescentes de ecossistemas razoavelmente preservados ao redor do mundo. Portanto, quais prioridades deveriam ser estabelecidas?

Durante anos esta questão motivou intensos e acalorados debates em diversos fóruns de discussão ao redor do mundo, sem que uma base mínima de consenso fosse produzida, a ponto de subsidiar propostas concretas nesta direção. No final da década de 1980, este cenário alterou-se, quando o ecólogo britânico Myers Norman criou o conceito das "áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade", originalmente denominado *biodiversity hotspots.*

Em virtude de vários prognósticos que então apontavam para extinções em massa durante décadas vindouras, especialmente no que se referia a ecossistemas florestais tropicais, Norman (1988) propõe a adoção do conceito *biodiversity hotspots* como critério de priorização de ações voltadas a minimizar o problema da extinção de espécies em ambientes tropicais. Basicamente, *hotspots* seriam áreas naturais relativamente identificadas por três características distintivas: a) alta biodiversidade; b) altos índices de endemismos; c) elevados graus de ameaças antrópicas.

Com base nestes critérios Norman identificou 10 *hotspots* ao redor do mundo, os quais conteriam grandes proporções (possivelmente a maioria) das espécies de plantas superiores

e também grandes proporções de espécies animais. Dentre estas 10 áreas, situa-se a floresta da costa atlântica brasileira.

Esta proposta foi rapidamente adotada por diversas instituições ambientais. Dinerstein e Wikramanayake (1993) apresentaram uma adaptação deste conceito como forma de priorizar a alocação de investimentos para a conservação da biodiversidade na região indopacífica. A Conservation International, uma das principais organizações não-governamentais do mundo, também adotou a mesma concepção básica como principal estratégia de ação, assim como o fez a Fundação MacArthur (Conservation International, 1999).

No Brasil esta estratégia também foi amplamente adotada, mesmo que às vezes não de forma incisiva. Um dos exemplos é a linha de atuação adotada pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, definidas no bojo de discussões realizadas durante o "Workshop Científico sobre a Mata Atlântica: ciência, conservação e políticas", realizado em janeiro de 1996 e que contou com a participação de 10 organizações, sendo 8 não-governamentais, uma das quais a Conservation International do Brasil. Em um dos documentos resultantes deste fórum de discussão, infere-se que, para a Mata Atlântica do Sul e Sudeste Brasileiro, as áreas de maior relevância para a conservação são as que apresentam altos índices de diversidade e endemismo (CNRBMA 1999:14).

A Conservation International está trabalhando atualmente com 24 "áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade" no mundo e dentre os ecossistemas selecionados, a Mata Atlântica brasileira é considerada um dos três ecossistemas mais ameaçados da Terra. Trata-se de um dos biomas mais complexos e difíceis para a sustentabilidade já que nesta área, concentra-se 60% da população brasileira, o que pode alçá-la a categoria de "área prioritária para a conservação de máxima restrição".

Há uma pressão internacional muito grande para que o Brasil aumente consideravelmente as áreas protegidas, pressão esta que parte principalmente de organismos de fomento, financiamento e crédito e de "mega" ONG's como por exemplo a Conservation International, WWF e Nature Conservancy.

Nosso grande desafio continua sendo o estabelecimento de linhas prioritárias de ação sobre a biodiversidade. Ou seja, falta um plano de políticas públicas mais adequado ao grau de complexidade dos problemas a serem enfrentados.

Diegues e Arruda (2001) sugerem que outros critérios (além dos biológicos) sejam adotados para definir os *hotspots*, baseados em parâmetros da etnoconservação poderiam ser avaliadas as paisagens construídas pelas populações tradicionais:

> "Um dos critérios a ser incorporado é o da existência de áreas de alta biodiversidade, decorrente do conhecimento e do manejo tradicional ou etnomanejo realizado pelas populações tradicionais indígenas e não-indígenas. [...] Ter-se-ia sem dúvida, mapas de áreas críticas para a diversidade, diferentes daqueles gerados em *workshops* financiados por instituições ambientalistas internacionais. Esses mapas somente poderiam ser elaborados com a utilização de indicadores da biodiversidade que não são apenas de ordem biológica, mas provenientes de uma nova etnociência da conservação. Esta nova alternativa poderia basear-se em inventários da etnobiodiversidade realmente participativos, com plena anuência e cooperação das populações tradicionais manejadoras da biodiversidade". (p. 34)

4.2 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC

Em 1989 começou a ser elaborado um projeto de lei para regulamentar o "Sistema Nacional de Unidades de Conservação". A solicitação inicial partiu do então recém criado IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Em 1992 foi enviada ao Congresso nova proposta do SNUC e somente no ano de 1999 ela foi aprovada, tendo sido assinada pelo presidente da república em exercício – Marco Antonio de Oliveira Maciel – em 18 de julho de 2000. (Lei nº 9.985)

O SNUC representa um passo importante para a gestão ambiental do Brasil, porém não contemplou algumas das reivindicações das populações diretamente afetadas pelas UC's e tão pouco cientistas e pesquisadores que acreditam na viabilidade da coexistência de categorias de áreas protegidas e moradores locais.

Cabe ressaltar que no texto final da lei houve veto à inclusão da definição de população tradicional (Art. 2° - Inciso XV) e a justificativa foi de que "*com um pouco de imaginação, caberia toda a população do Brasil nessa definição*". Continuando a argumentação: tal fato impossibilitaria "*a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais*".

No meu entendimento, a não definição de população tradicional, possibilita sim que não hajam critérios definidos nos quais aqueles que se sentem prejudicados possam basear seus argumentos ou até mesmo suas ações legais contra o Estado.

Como não há definição, o texto fica ambíguo quanto aos direitos das populações tradicionais. Cita como um dos objetivos do SNUC "*proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente*" (Cap.II, Art. 4º Inciso XIII), porém no Capítulo VII que trata *Das Disposições Gerais e Transitórias*, cita que será "tolerada" a permanência temporária das populações que vivem dentro dos limites das UC's até que estratégias de realocação sejam definidas ou indenizações sejam pagas:

> "Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida, serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.
>
> § 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.
>
> § 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações".

O SNUC foi regulamentado em 22 de agosto de 2002, através do Decreto nº 4.340. Esta regulamentação reforça no Capítulo IX - *Do Reassentamento das Populações Tradicionais* que:

> "Art. 35. O processo indenizatório de que trata o art. 42 da Lei nº 9.985, de 2000, respeitará o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais.
>
> Art. 36. Apenas as populações tradicionais residentes na unidade no momento da sua criação terão direito ao reassentamento.
>
> Art. 37. O valor das benfeitorias realizadas pelo Poder Público, a título de compensação, na área de reassentamento será descontado do valor indenizatório.
>
> Art. 38. O órgão fundiário competente, quando solicitado pelo órgão executor, deve apresentar, no prazo de seis meses, a contar da data do pedido, programa de trabalho para atender às demandas de reassentamento das populações tradicionais, com definição de prazos e condições para a sua realização.
>
> Art. 39. Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação.

> § 1º O termo de compromisso deve indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida.
>
> § 2º O termo de compromisso será assinado pelo órgão executor e pelo representante de cada família, assistido, quando couber, pela comunidade rural ou associação legalmente constituída.
>
> § 3º O termo de compromisso será assinado no prazo máximo de um ano após a criação da unidade de conservação e, no caso de unidade já criada, no prazo máximo de dois anos contado da publicação deste Decreto.
>
> § 4º O prazo e as condições para o reassentamento das populações tradicionais estarão definidos no termo de compromisso".

Em 2002 iniciaram-se as reuniões para a formação do Conselho Consultivo da EEJI, também por exigência do SNUC. Foi a primeira vez, desde que a estação ecológica foi criada, que esta terá um conselho. Segundo fui informada por um funcionário do Instituto Florestal encarregado de intermediar a implantação dos conselhos nas UC's administradas pelo IF, o processo é moroso, pois o Instituto não tem quadros funcionais para atender a grande demanda. Outro fator é a falta de recursos, motivo pelo qual a Juréia é uma das UC's mais antigas do estado de São Paulo e ainda não dispõe de um Plano de Manejo, cuja previsão é para 2004. No Art. 27 §3º Cap. IV do SNUC cita que o Plano de Manejo de uma UC deve ser elaborado no prazo de 5 anos a partir da data de sua criação.

Ainda quanto ao Plano de Manejo reza o Art. 28 que: "*são proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos*".

O Parágrafo Único desse artigo, também reafirma o direito assegurado das populações tradicionais enquanto o Plano de Manejo não for elaborado:

> "Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área, as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais".

Apesar da regulamentação do SNUC assegurar o direito dos moradores, parece que essa norma da lei não está sendo cumprida no que diz respeito aos moradores da Estação Ecológica Juréia-Itatins. Nenhuma reunião foi feita entre a administração da UC e os moradores para se estudar formas de assegurar seu modo de vida e sua subsistência. Ao

contrário, recentemente (agosto de 2003) os moradores das comunidades de Cachoeira do Guilherme, Carvalho, Aguapeú e Aguapeuzinho "receberam a visita" de guarda-parques e da polícia florestal, prática esta que assustou e revoltou os moradores que não sofriam esse tipo de agressão há muitos anos.

Segundo depoimentos de moradores, eles foram adentrando as casas sem autorização dos donos, vasculharam barracões, agrediram fisicamente um jovem a procura de atos ilegais frente à legislação ambiental vigente.

> "E ainda até hoje...ainda a semana passada foram lá os guarda da SMA levou a espingarda da turma que mora lá, ainda tem um restinho que mora lá no Aguapeú, amarraram um rapazinho, agora - agosto de 2003. Amarraram, aí a mãe começou a gritar que nunca tinha visto aquilo e aí eles soltaram. Eles vão com a cara cheia de pinga". Ex-moradora

Também no Capítulo VII, foi vetado o Artigo 56 que obrigava o Poder Público, num prazo de 5 anos prorrogável por igual período, adotar as seguintes medidas quanto à presença de população tradicional em uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, criada em função de legislação anterior:

> I. reassentar a população tradicional nos termos do art. 42 desta lei, ou
>
> II. reclassificar a área ocupada pela população tradicional em Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável, conforme o disposto em regulamento".

Resumidamente duas foram as razões alegadas para o veto: 1º) o reassentamento das populações é um tema fora das atribuições do SNUC, devendo ser assumida pelo governo Federal através da política fundiária. 2º) o inciso II foi vetado por entender que a mudança de categoria da unidade fere o Artigo 225 § 1º, Inciso III da Constituição Federal, que determina que somente uma lei poderá alterar os espaços territoriais protegidos.

O que parecia estar caminhando para um desfecho mais justo e correto do ponto de vista dos direitos dos moradores das UC's, não se concretizou. Os vetos engessaram o processo e frustraram também uma parte da comunidade científica que participou ativamente nesses mais de 10 anos lutando pelos direitos dos moradores das UC's.

Se as UC's não podem ser automaticamente reclassificadas após cinco anos porque isto fere o Artigo 225 § 1º, Inciso III da Constituição Federal de 1988, seria um equívoco constar na mesma Constituição Federal Brasileira, o Artigo 216 (Seção II – Educação) que assegura os bens de natureza material e imaterial dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira? Quais direitos prevalecem? Ou ainda: esses dois artigos são conflitantes? De que maneira se poderia equacionar os dois?

O § 1.º do Art. 216 cita textualmente que cabe ao poder público promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro. No § 4.º cita que os danos e ameaças ao patrimônio cultural deverão ser punidos. Como compatibilizar os preceitos da Lei Máxima do país quanto ao direito dos povos formadores da cultura brasileira, com os preceitos da legislação ambiental quanto ao direito do ambiente saudável?

Constituição Federal do Brasil - Artigo 216, Seção II/Educação
Artigo 216, Seção II - Educação

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5.º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Estas inconsistências jurídicas carecem de alternativas que garantam os direitos dos cidadãos e os direitos ambientais, sem prejudicar quaisquer umas das partes.

Uma alternativa que está sendo estudada por alguns promotores públicos é a criação de legislação específica para a garantia e proteção de populações culturalmente diferenciadas como os caiçaras, semelhante ao que já existe para as comunidades indígenas e quilombolas.

Para as unidades de conservação estabelecidas antes da aprovação do SNUC, a única saída legal é alteração da lei, seja pela criação de uma nova lei, seja pela revisão dos vetos. À

parte as alternativas legais, poder-se-ia contar com o bom senso e vontade política dos administradores e gestões no sentido de abrir diálogo como os moradores das UC's.

Um pequeno avanço do SNUC (pequeno frente aos problemas e não quanto a sua importância) foi a necessidade de "consulta prévia" ampla com todos os setores sociais diretamente envolvidos ou interessados na criação de novas UC's. Entretanto esta só será obrigatória quando se tratar da criação de Reservas Extrativista ou de Desenvolvimento Sustentável, categorias essas que pressupõem a participação popular.

Trabalhos sobre Unidades de Conservação apontam como um dos problemas principais, a não participação da população local no processo de discussão e criação das UC's. (Brito, 2000; Sanches, 1997; Diegues, 1994).

No caso da EEJI, houve uma intensa participação da sociedade civil, das cidades vizinhas e dos grandes centros como São Paulo. Resta agora, ouvir a população local para buscar saídas que contemplem suas necessidades e desejos.

4.3 População Local e UC 's de Uso Indireto: conflito ou negociação?

Figura 11 – Praia do Rio Verde
Novembro/2001

Figura 12 – Cozinha típica caiçara
Outubro/2000

> "As UC's que exigem desocupação foram estabelecidas nas porções mais bem preservadas e que concentravam as terras devolutas. Esta alternativa, aparentemente simples, ignorou o fato de que estas áreas abrigavam comunidades tradicionais e famílias de posseiros. O impacto dessas unidades de conservação sobre a população local foi (e continua sendo) enorme, pois ao contrário do grileiro e do grande proprietário, a imensa maioria das famílias (sejam elas de comunidades tradicionais ou posseiros) não possui documento possessório ou recursos que lhes permita recorrer à justiça, seja para contestar a desapropriação ou para pleitear uma indenização adequada". (Furlan, 2000:470)

A grande batalha na gestão das UC's tem sido adequar a realidade aos objetivos traçados para cada uma dessas unidades, ou seja, tem-se buscado colocar a situação real das áreas dentro dos conceitos traçados pelos pensadores e técnicos da área ambiental das instâncias administrativas de governo. Para além do jogo político do poder em relação à tutela das áreas protegidas, deparamo-nos com a incapacidade administrativa que carece de planejamento, de implantação de planos gestores e de avaliação.

Exceções à parte, não houve a preocupação com as populações que habitavam estas áreas (selecionadas para se tornarem UC's), algumas por vários séculos e que através de "*seu modo de produção e tecnologia patrimonial, contribuíram para a manutenção da diversidade biológica e dos ecossistemas*" (Diegues, 1994). Segundo este autor, perdeu-se a oportunidade de rever a criação das Unidades de Conservação levando-se em conta as especificidades próprias de um país em desenvolvimento como o Brasil, que apresenta grande e rica diversidade de culturas e modos de produção não industriais como os das populações indígenas, dos pescadores, dos extrativistas, dos roceiros etc.

Importante contribuição para uma reflexão sobre este tema está nos trabalhos de Gómez-Pompa & Kaus (1992) que contestam as políticas atuais de estabelecimento de áreas para preservação, uma vez que um componente chave para a solução ambiental foi mantido fora tanto das políticas conservacionistas, quanto do ensino: as perspectivas das populações *rurais* em nosso conceito de conservação.

Sobre as relações entre populações tradicionais tropicais (grupos indígenas e agricultores) com o meio ambiente, Gómez-Pompa acredita que "... *a maneira como representam as relações ecológicas pode estar mais próxima da realidade do que o conhecimento científico. A conservação talvez não esteja presente no vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e das suas percepções do relacionamento humano com o mundo da natureza*". (1992:95)

Ângelo (1990) abordando os problemas de desestruturação da comunidade de pescadores de Picinguaba (Ubatuba-SP) quando do tombamento da vila, constata que a ausência de correspondência entre a legislação e a realidade é um dos fatores de expulsão da população local; as pessoas são proibidas de fazer o que sabem e tão pouco lhes são apresentadas outras alternativas. A autora chama a atenção das autoridades para o planejamento sério e com conhecimento da realidade no estabelecimento de UC's, citando Winther:

> "A inexistência de uma regulamentação, que compatibilize a conservação dos recursos naturais e sua utilização por populações humanas tradicionais, resulta de uma concepção equivocada das atividades econômicas chamadas de subsistência e também, de um pensamento que entende exploração

> racional dos recursos naturais como atividade empresarial". (Winther, J. 1989, *apud* ÂNGELO, 1990: 69)

Furlan (2000), reforça que as populações locais precisam ser enxergadas pelos administradores como aliados na conservação do ambiente natural:

> "Até hoje há uma enorme resistência do movimento ambientalista, bem como dos órgãos públicos, a qualquer tentativa de permitir a adequada permanência dessas populações nas áreas que já ocupam. Recusam-se a reconhecer que as práticas tradicionais (intencionalmente ou não) permitiram a conservação da área. Desprezam o conhecimento para o desenvolvimento de formas sustentáveis de aproveitamento da floresta. Também não conseguem perceber que, se estas populações permanecerem na área, usufrutuárias que são da floresta, será do interesse delas protegê-las de eventuais ações predatórias, facilitando o controle sobre a área como um todo". (p. 470)

Durante a "Oficina para Gestão Participativa das Unidades de Conservação do Vale do Ribeira", em setembro de 2001, o Sr. Carlos Eduardo Ferreira Silva do Instituto Florestal de São Paulo, causou inicialmente euforia e depois frustração e revolta ao comentar que a Estação Ecologia Juréia-Itatins nunca deveria ter sido uma Estação Ecológica e sim um Parque Estadual, já que essa categoria permitiria a exploração de uma área com potencial turístico incrível – 40 km de praias virgens.

> Porque o turista tem mais direito às áreas naturais preservadas do que a população nativa da área?

É sem dúvida uma afronta a um povo muito sofrido que tem lutado exaustivamente nos últimos 15 anos para assegurar seu direito ao lugar, aos seus saberes, à sua cultura, ao seu modo de vida caiçara.

Outros administradores tiveram, durante este mesmo evento, uma postura oposta a esta relatada acima, não por concordar exatamente com o direito da população preexistente à Unidade de Conservação, mas sim por ter enxergado nessa população aliados na preservação. Tal postura é creditada ao diretor do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – PEIC/SP, que em sua fala destacou o fato de ser ambientalista e que a defesa do lugar maravilhoso que lhe encanta morar, seu principal motivador. Contudo, ele percebeu que a melhor estratégia para defender "seu" espaço era tornando a população local sua aliada na conservação, já que seria tarefa impossível ao depender somente de fiscais do Estado. Essa estratégia já rendeu frutos, pois o Plano de Gestão Ambiental do PEIC está pronto – certo é também que há muitas dificuldades, principalmente no tocante ao poder de organização das

comunidades da Ilha do Cardoso para poder melhor lutar por seus direitos, mas é um significativo avanço para ser replicado em outras UC's, resguardadas suas especificidades.

A via da negociação é o caminho mais provável para propiciar um convívio mais amistoso entre administração e moradores. Só que este procedimento exige que os moradores estejam organizados para que possam lutar por causas comuns, deixando as desavenças pessoais para serem debatidas internamente. Muito da situação lamentável por que passam os moradores da Juréia deve-se a sua baixa força de organização política, com influência considerável da dispersão das comunidades, dos acessos precários e do tamanho "agigantado" da estação ecológica.

Primack e Rodrigues (2001) discutem que o estabelecimento de Uc's à revelia dos moradores locais gera uma exploração dos recursos muito superiores ao modo de vida daquela população pela falta de alternativas ou pela revolta.

Em uma das entrevistas realizadas, uma ex-moradora fala sobre essa situação apontada pelos autores, em relação à extração do palmito:

> "Porque o pessoal cortava o tanto que dava prá comprar as coisas, aí comprava aquilo ali e ia trabalhar na roça. Não precisava ficar...hoje em dia não, hoje em dia se você corta palmito prá compra na cidade, num roça, não tem roça não tem nada, aí corta palmito direto, prá comprar tudo, se não você não consegue".

A. Casos de conflitos

Seguem dois exemplos de conflitos e impactos gerados com a criação de UC's de uso integral. Nestes casos pode-se inferir que a opção pela criação de UC's sobrepostas a áreas ocupadas, foi um ato político ou negligência técnico-administrativa dos órgãos de execução e gerenciamento.

Parque Estadual Intervales/SP

Quando da criação do Parque Estadual Intervales – PEI/SP (49.888ha – decreto de 8/jun/1995), alguns conflitos ocorreram, essencialmente porque a região era, em parte, habitada por comunidades quilombolas, e também por haver problemas ligados à mineração e extração de palmito.

A ineficiência da administração pública fez com que os limites do parque se sobrepusessem a espaços ocupados por comunidades quilombolas. A proposta inicial era de que só fossem utilizadas para esse fim, terras do Estado (Fazenda Intervales – pertencente a Fundação Florestal) e terras devolutas (glebas Xiririca A e B).

No entanto, estudos prévios realizados não indicaram que havia problemas fundiários nas glebas Xiririca. As terras eram devolutas, mas havia de fato uma ocupação histórica: cinco comunidades quilombolas (Ivaporunduva, Porto de Pilões, Maria Rosa, São Pedro e Pedro Cubas).

Tal conflito poderia ter sido evitado com estudos alicerçados em pesquisa de campo. Ainda mais porque os remanescentes de quilombo têm seu direito à posse da terra assegurado pela constituição e esse direito prevalece sobre a legislação ambiental. Nessas mesmas glebas há outros problemas com posseiros e ocupantes que vivem da cultura de subsistência e do extrativismo vegetal.

A administração do parque, os técnicos da Fundação Florestal, do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e as populações atingidas buscaram alternativas para a preservação da cultura aliada à geração de renda. Em 2001 através de um processo de desafetação as comunidades quilombolas foram excluídas dos limites do PEI.

Parque Estadual da Serra do Tabuleiro/SC

Um estudo sobre compatibilidade entre parques e comunidades rurais, discutiu a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro/SC. O autor do trabalho (Amaral, 1998) fez um levantamento dos principais atores envolvidos no conflito com o intuito de responder a sua questão base "*Parques e comunidades rurais são compatíveis?*". O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi criado em 1 de setembro de 1975. Em 1997, algumas áreas foram incluídas e outras excluídas do Parque. Segundo Amaral, tal medida de exclusão foi tomada para alcançar dois objetivos:

- *"...proteger fortes interesses imobiliários centrados na Praia da Pinheira, Palhoça (havia um grande loteamento cuja aprovação foi anterior à criação do parque)*".
- "*...possibilitar a manutenção de áreas para o crescimento dos municípios de Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio*".

Diante das ampliações e reduções da área do parque, passados 25 anos, ninguém sabe exatamente por onde passam seus limites. Estima-se que sua área esteja em torno de 87.405 ha. Desse total, aproximadamente 75% pertence a particulares, sendo que há em algumas áreas superposição de titulação. Cerca de 13% são de terras devolutas e o restante são terras pertencentes ao Estado.

Com esse cenário não é difícil imaginar os inúmeros conflitos desde a criação do parque entre os moradores e os órgãos fiscalizadores e gestores da unidade. Amaral relata que há

centenas de famílias que vivem dentro dos limites do parque praticando atividades predatórias e/ou a agricultura com uso de agrotóxicos.

Segundo avaliação do autor, "*é possível a compatibilidade entre parques e comunidades tradicionais desde que o conceito de desenvolvimento sustentável, devidamente adaptado para os objetivos principais da categoria parque, seja referência no planejamento da unidade de conservação*" (p.vii). No transcorrer da pesquisa vários são os depoimentos de técnicos do órgão gestor e de moradores da comunidade de Vargem do Braço.

Pode-se depreender que apesar de parte do corpo técnico ser contra a presença de comunidades tradicionais dentro dos limites do parque, este está se conscientizando que se trata de uma realidade, que esses moradores podem ser aliados na conservação e que a preservação da natureza não pode ser dissociada de fatores como geração de renda e empregos. Do outro lado, parece ser crescente a disposição dos moradores no trabalho em parceria com técnicos para descobrir formas não poluidoras de atividades de subsistência como a descoberta de atividades novas e igualmente compatíveis com seu modo de vida.

Nos diferentes fóruns de discussão sobre as UC's, há a concordância por parte de administradores, comunidades locais e organizações civis de que através do PGA – Plano de Gestão Ambiental pode-se encontrar alternativas e caminhos que contemplem as aspirações e interesses dos grupos envolvidos. Trata-se de um espaço para a participação democrática de todos. Parte-se também do princípio de que todas as partes estão pré-dispostas a refletir, a discutir, a serem flexíveis e a negociar. Todos devem estar abertos para o novo, isso quer dizer, para a quebra de alguns paradigmas, de crenças antigas que não trazem benefícios adicionais para a conservação, mas que trazem malefícios comprovados para as populações locais.

B. Alternativas aos conflitos

Várias são as iniciativas desenvolvidas, sejam elas por pesquisadores ou técnicos encarregados de administrar as UC's, no sentido de descobrir alternativas que amenizem os conflitos entre a implantação das UC's e a população local e que propaguem o respeito pelo modo de vida e cultura dessas pessoas.

De positivo há o fator crescente de que o corpo técnico encarregado da gestão dessas áreas, ou por convicção própria ou pelos resultados desastrosos dos conflitos permanentes com os moradores, tem-se empenhado em achar soluções para abrandar os conflitos. Infelizmente

outros tantos optam por se omitir ou simplesmente agir “ao pé da letra” da legislação vigente como se as leis fossem verdades absolutas, imutáveis e justas.

Amenizar conflitos significa não somente respeitar os moradores mas também pensar em alternativas para geração de renda para essa população, caso contrário não há como amenizar conflitos.

Em junho de 1999 foi realizado na Ilha Comprida o seminários “Alternativas de Manejo Sustentável de Recursos Naturais do Vale do Ribeira, cujo principal objetivo era reunir projetos sobre o tema em andamento, com o pré-requisito que seriam selecionados os projetos de pesquisadores ou instituições que trabalhassem em parceria com a população local. Foram apresentados mais de 30 projetos de manejo de recursos naturais sendo estes florestais; pesca; agricultura; turismo; educação ambiental e manejos por grupos indígenas e quilombolas. O sucesso do evento demonstrou a viabilidade econômica, social e cultural de se promover a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das populações locais por meio do manejo sustentável.

Primack e Rodrigues (2001) relatam dois exemplos na África. Um deles trata-se dos moradores do Parque Nacional Chitwan, no Nepal que recebem permissão para colher bambu e sapé. O outro exemplo diz respeito ao fato de que grandes animais de caça podem ser abatidos legalmente para o consumo da população local em muitos parques africanos. E mais, esses acordos constam dos Planos de Manejo.

> “...as necessidades econômicas das populações nativas constam dos planos de manejo de conservação local, para beneficiar tanto as pessoas quanto a reserva. Esses compromissos, conhecidos como **projetos integrados de conservação-desenvolvimento**, estão cada vez mais sendo considerados como uma das melhores estratégias de conservação”. (p. 280)

No campo da legislação ambiental brasileira, há duas modalidades de unidades de conservação que se destinam ao uso dos recursos naturais por populações tradicionais. As Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Primeiramente a RDS seria denominada como Reserva Ecológico-cultural, mas sua denominação foi alterada no texto final do SNUC.

Nessas categorias de UC’s as populações tradicionais que partilharem desse território terão assegurado uma relação dinâmica e sadia com o ambiente, onde parcelas serão destinadas às atividades de lavoura e/ou pesca e outras destinadas à preservação permanente de floresta, rios, estuários como consta do SNUC no Capítulo III – Das Categorias de Unidades de Conservação:

> Art. 18: "A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade".
>
> Art. 20: "A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica".

Um dos exemplos brasileiros mais êxitosos é o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, na Amazônia. Mamirauá foi criada em 1990 como Estação Ecológica (Decreto nº 12.836 de 9/03/90), numa área de 1.124.000 ha na confluência dos rios Solimões e Japurá. A região contava com 5 mil habitantes espalhados em dezenas de comunidades e viviam da pesca e da coleta e da agricultura de subsistência. Como já vimos, a categoria estação ecológica é incompatível com o uso dos recursos, fato este que motivou a adequação jurídica da unidade de conservação à realidade local.

Em 1996 Mamirauá foi reclassificada pelo governo do estado do Amazonas em Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Obviamente que essa conquista demandou um grande esforço de organização que envolveu a participação da comunidade e um forte trabalho de articulação política junto aos deputados estaduais e o governo do Amazonas. Ainda em 1996 começou a ser implementado o Plano de Manejo da reserva que conta com três programas principais (Primack e Rodrigues, 2001):

- Extensão e participação: extensão ecológica e extensão econômica;
- Pesquisa e Monitoramento: manejo da reserva, informação ao público e viabilização do desenvolvimento sustentável;
- Administração

A RDS Mamirauá pode servir de modelo para a reclassificação da Estação Ecológica Juréia-Itatins e concretizar um desejo dos moradores cuja reivindicação data dos anos de 1990, através da Associação dos Moradores da Juréia. Este é um sonho não descartado pelos moradores da Juréia, e recentemente tem voltado a ser recorrente em suas conversas, talvez motivados pela criação do Conselho Consultivo da EEJI e pela Escola Caiçara da Juréia.

Gómez-Pompa (1992) acredita que devemos considerar as possibilidades de manejo dos recursos naturais, a partir do surgimento de uma integração de percepções alternativas do meio ambiente e das informações científicas atuais. Ele se apóia no tripé CONHECIMENTO TRADICIONAL[5] - CIÊNCIA – EDUCAÇÃO. Esse tripé é base também dos trabalhos desenvolvidos nas unidades de conservação de uso sustentável como as RDS e as RESEX e é certamente uma das possibilidades de se aliar os saberes tradicionais com as tecnologias mais adequadas para a conservação do ambiente, sem excluir as populações locais das UC's habitadas.

[5] Conhecimento cumulativo específico para o ambiente local.

Pesca do Pirarucu – Comunidade Jarauá
Resex Mamirauá

Figura 13

Figura 14

Figura 15

Figura 16

A seqüência de fotos mostra a pesca do Pirarucu no Lago Samaumerinha – Setor Jarauá, Comunidade de Jarauá.

A **foto 13** mostra a limpeza dos peixes. Após a limpeza, eles são medidos com e sem cabeça. Um pirarucu chega a pesar de 50 a 90kg. A cabeça é usada para a alimentação e artesanato.

Depois os peixes são pesados (**Foto14**) e recebem um lacre que identifica o pescador (**Foto15**). O lacre dos peixes é feito pelo IBAMA e pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (IDSM).

Na **Foto 16**, o caboclo está levando o pirarucu para o barco peixeiro com *freezer* . A produção é comprada por um empresário de pesca em Tefé.

Em Mamirauá existem três tipos de lagos:

1. *Lago de comercialização* – para geração de renda
2. *Lago de manutenção* – para consumo da comunidade
3. *Lago de preservação* – sem nenhuma atividade

A cota anual de pesca é estipulada acordo coma contagem anual do pescado.

Todo ano a contagem é refeita pelo IBAMA, pelo IDSM e pelos caboclos da comunidade treinados para esse trabalho.

Dependendo dessa contagem, pode haver uma troca de função entre os tipos de lagos.

Informações e fotos gentilmente cedidas por Mariana Clauzet.

5. MEMÓRIAS DO PASSADO E PERSPECTIVAS DE FUTURO NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS

”Muitas vezes os livros não contêm
a explicação de todas as coisas e uma
pesquisa empírica trabalha com dados atualizados
e por mais que muitos conceitos tenham sido
elencados em teorias abrangentes,
a VOZ daquele sujeito que sente e tem opinião
sobre o desenrolar dos acontecimentos não é
ouvida, até por ser considerada supérflua.
Sentimentalismos à parte, mas as vozes da consciência
através de experiências vividas podem revelar
significados, uma vez que percebe-se doses de realidade
dentro do imaginário humano’.
(Márcia Merlo, 1997:111)

Para melhor compreendermos o contexto sócio-cultural dos caiçaras é necessário também resgatar os elementos culturais que norteiam essa cultura e o modo de vida a ela associado. A análise das culturas rústicas para a formação do povo e da cultura brasileira está no item 5.1. Se ficar claro sua importância, talvez o processo de criação, implantação e implementação de unidades de conservação seja executado com mais parcimônia.

No restante, este capítulo é dedicado as vozes caiçaras com destaque para as vozes da Juréia, através das entrevistas colhidas em campo sob os diferentes aspectos da vida e de cultura tradicional caiçara. O coro de vozes da Juréia é formado por moradores e ex-moradores que deixaram o lugar, sobretudo após a transformação deste em estação ecológica.

Eles irão nos contar fragmentos de sua memória sobre o passado vivido “no sítio”, do seu presente sofrido e de um futuro incerto. Como muito bem alertado por Toledo (1988), não há como resguardar a herança natural de um país, sem que seja dado valor equivalente para a herança cultural:

> “É difícil planejar uma política de conservação em um país que é caracterizado pela diversidade cultural de sua população rural, sem levar em consideração a dimensão cultural; o profundo relacionamento que existe desde os remotos tempos entre natureza e cultura. Cada espécie de planta, grupo de animais, tipo de solo e paisagem quase sempre tem uma expressão lingüística correspondente, uma categoria de conhecimento, um uso prático, um sentido religioso, um papel em um ritual, uma vitalidade individual ou coletiva. Salvaguardar a herança natural do país sem resguardar as culturas que lhe tem dado vida, é reduzir a natureza a algo sem reconhecimento, estático, distante, quase morto”. (Toledo, 1988 *apud* Primack e Rodrigues, 2001, p.282)

5.1 A Cultura e o Saber Tradicional

A expressão cultura rústica foi utilizada por Antonio Cândido para diferenciá-la de cultural rural, em "*Os parceiros do Rio Bonito*". Para ele o termo rural se referia a localização e sua pretensão era "exprimir um tipo social e cultural". Assim, cultura rústica para o autor abarca:

> "o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígine". (2001:26 -34ºed.)

Seu conceito de rústico poder-se-ia ser traduzido por caboclo, quanto ao tipo racial brasileiro resultado da mistura entre branco e índio, que em São Paulo forma a maioria da população tradicional. Entretanto, Cândido elegeu o termo caipira por exprimir "*um modo de ser e um tipo de vida*". Importante ressaltar que esse autor considera o caipira circunscrito a "influência histórica paulista".

Darcy Ribeiro (1998), já vai considerar como área cultural caipira, outras terras além das paulistas:

> "Acaba por esparramar-se, falando afinal a língua portuguesa, por toda a área florestal, e campos naturais do centro-sul do país, desde São Paulo, Espírito Santo, e Rio de Janeiro, na costa, até Minas Gerais e Mato Grosso, estendendo-se ainda sobre áreas vizinhas do Paraná. Desse modo, a antiga área de correrias dos paulistas velhos na preia de índios e na busca de ouro se transforma numa vasta região de cultura caipira, ocupada por uma população extremamente dispersa e desarticulada" (Ribeiro, 1998:383)

Como visto no Capítulo 3 e como veremos adiante, a cultura caiçara pode ser considerada uma variação da cultura caipira.

Assim como Antonio Cândido (Capítulo 3), Darcy Ribeiro afirma ser o convívio com os grupos indígenas e sua rica cultura, a base da formação do modo de vida do caipira:

> "... ao fim de 1,5 século de implantação, os núcleos paulistas mais importantes eram arraiais de casebres de taipa ou adobe, cobertos de palha. Os homens mais importantes [...] viviam com suas famílias em sítios no interior, em condições igualmente pobres. Cada um deles servido pela indiada cativa que cultivava mandioca, feijão, milho, abóbora e tubérculos, para comer com carne de caça ou com pescado. Além do tabaco para o pito, do urucu e da pimenta para condimento e algumas outras plantas indígenas.
>
> Em família e também nas relações entre paulistas, só se falava a língua geral, que era uma variante do idioma dos índios tupi de toda a costa. Também indígenas eram as técnicas da lavoura de coivara, bem como de caça, de pesca e de coleta de frutos silvestres de que se sustentavam. A tralha doméstica, de redes de dormir, gamelas, porongos, peneiras, etc,

> pouco diferia da disponível numa aldeia indígena". (Ribeiro, 1998:364/365)

Willems (2003) considera como principal herança indígena, as práticas relacionadas ao "complexo da mandioca".

> "Da preparação do terreno para plantação da mandioca até os implementos usados na fabricação da farinha e a sua utilização como comida básica, tudo, exceto uns poucos itens menores, permaneceram intactos da cultura tupi do século XVI". (p. 168)

O modo de vida do caipira e do caiçara vai se formando nos períodos de crise entre um ciclo econômico e outro. Havia, nos dois primeiros séculos de colonização, uma enorme população de pobres que dispunham como único recurso econômico das terras virgens e sem valor para dela tirarem seu sustento. Segundo Ribeiro (1998), *se instala dessa forma "uma economia natural de subsistência, dado que sua produção não podia ser comercializada senão em limites mínimos*" (p. 383). É nesse momento histórico e econômico que se propaga a agricultura itinerante, a derrubada e queimada de áreas florestadas para o plantio das roças anuais e sua complementação com a caça, a pesca, a coleta de frutos e raízes.

Outra semelhança entre a cultura caipira e a cultura caiçara está na organização dos bairros rurais, relatado por Ribeiro:

> "Essas novas formas de vida importaram uma dispersão do povoamento por grandes áreas, com o distanciamento dos núcleos familiares. Não impuseram, porém, uma segregação, porque novas formas de convívio intermitente foram estruturando as vizinhas em unidades solidárias". (p. 384)

As formas intermitentes de convívio ou "*formas de solidariedade*" (Cândido, 2001 – 34ºed.) citadas no trecho acima são as festas, os cultos, os mutirões, os ajutórios, comuns em todas as comunidades caiçaras do Rio de Janeiro ao Paraná, alterando-se apenas as formas de festa (baile, bailado, fandango); (com ou sem bebida alcoólica) e os termos regionais (mutirão, muchirão, demão), etc.

Segundo Darcy Ribeiro (1998), o caipira possuía uma liberdade proporcionada pelo seu modo de vida independente ou em suas palavras, "*autárquico*" o que lhe permitia viver do uso dos recursos naturais e da agricultura sem que fosse preciso ser "dono da terra". A ele bastava poder exercer suas atividades de subsistência. Porém com a LEI DE TERRAS de 1850, essa liberdade é interrompida, já não era mais possível ter acesso à terra somente pela ocupação e pelo cultivo e a aquisição pela "*compra ou de formas de legitimação cartorial da posse*" (p. 386), eram inacessíveis para o caipira.

Impôs-se a partir de 1850 uma nova reorganização social, formada por uma legião de assalariados ou parceiros da terra. Dentre as novas formas para se manter "ligado à terra", o caipira elege a condição de meeiro:

> "Essa condição lhe permite preservar a autonomia na marcação do ritmo de trabalho e lhe dá condições de manter suas formas globais de adaptação e de vida. Assegura-lhe, ainda, um status de quase proprietário, assim tratado pelos vendeiros, mediante a garantia de crédito, de colheita, que não é dado ao trabalhador assalariado". (Ribeiro, 1998:388)

A determinação do ritmo de trabalho é uma das premissas também encontradas na cultura caiçara e um dos lamentos mais freqüentes entre aqueles que deixaram a Juréia. Agora como assalariados ou "subempregados", eles não detêm mais a propriedade do ritmo do seu trabalho.

A necessidade de coordenar o ritmo do trabalho era mal compreendido pelas pessoas, que passaram a "rotular" o caipira como "*limitado de aspirações, que o faz parecer desambicioso e imprevidente, ocioso e vadio*" (Ribeiro, 1998:385). Provavelmente este modo de enxergar o caipira, tenha sido a origem do significado pejorativo dado ao caiçara como visto no Capítulo 3.

Na verdade o que transparecia como "preguiça" do caipira era uma forma de resistência econômica e cultural que privilegiava sua independência no trabalho, sua alternância com o lazer, mesmo que isso significasse um padrão de vida mais baixo em comparação aos assalariados e aos proprietários de terras.

> "Na verdade exprime sua integração numa economia mais autárquica do que mercantil que, além de garantir sua independência, atende à sua mentalidade, que valoriza as alternâncias de trabalho intenso e de lazer, na forma tradicional, do que um padrão de vida mais alto através do engajamento em sistemas de trabalho rigidamente disciplinado". (Ribeiro, 1998:385)

Neste sentido, Darcy Ribeiro faz uma crítica à Monteiro Lobato, na medida em que ele reforça a idéia do caipira matuto, preguiçoso, sujo, através da figura do Jeca Tatu:

> "O que Lobato não viu, então, foi o traumatismo cultural em que vivia o caipira, marginalizado pelo despojo de suas terras, resistente ao engajamento no colonato e ao abandono compulsório de seu modo tradicional de vida. É certo que, mais tarde, Lobato compreendeu que o caipira era o produto residual natural e necessário do latifúndio agroexportador. Já então propugnando, ele também, uma reforma agrária". (Ribeiro, 1998:390)

A incompreensão dos hábitos e do modo de vida caipira, caiçara, indígena etc, ocorre pela tendência à homogeneização cultural tendo como padrão de referência a cultura ocidental

urbana. Autores como Willems (2003); Santos (2002); Chauí (1986) advogam a idéia de que apesar de todas essas culturas estarem atreladas à cultura ocidental, elas possuem características próprias que norteiam seus padrões de sobrevivência, de consumo, de trabalho, de lazer, de educação, de família, de religião, etc.

As culturas caipiras, caiçaras, ribeirinhas, caboclas, camponesas, etc são sub-culturas da cultura ocidental, sendo que o sufixo "sub" indica ramos, fragmentos e não algo inferior ou menos importante.

A cultura caiçara é dinâmica, ela está em transformação, sobretudo porque o espaço onde ela se constrói também está se transformando como muito bem apontado por Calvente (1993). *'Não é possível procurar hoje como cultura caiçara a forma de ver o mundo de 20 ou 30 anos atrás, pois a transformação do espaço exigiu a transformação da cultura*" (p. 18/19).

Entretanto, conhecer como foi essa cultura no passado, nós dá uma idéia mais precisa "das perdas" que ela sofreu no processo de crescimento econômico desenfreado e nas sansões ambientais cada vez mais restritivas.

Outro ponto importante a ser refletido é que o intercâmbio entre culturas é saudável. A cultura caiçara não precisa se isolar para se manter. Nós os ocidentais é que fazemos parte de uma cultura isolada. Nossa cultura é aberta no sentido de absorver e fechada no sentido de aceitar as diferenças. A exclusão parte da cultura ocidental e não das demais culturas.

> "A grande questão não é o intercâmbio cultural, mas a relação de dominação. Por isso, no caso dos caiçaras, a condição para que a sua cultura sobreviva é a manutenção do seu território e também a sua valorização social". (Calvente, 1993:20)

5.2 Memórias de caiçaras

A riqueza contida nas histórias dos caiçaras ressalta a importância do dom de narrar. Segundo a Profª Ecléa Bosi, que transmite conhecimento científico como quem escreve um romance, a narração é:

> "... uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o 'em si' do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa. Investe sobre o objeto e o transforma". [...] O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do

> chão, como no conto da Carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana". (2001:88)
>
> "O narrador é um mestre do ofício que conhece seu mister: ele tem o dom do conselho. A ele foi dado abranger uma vida inteira. Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo"
> Uma atmosfera sagrada circunda o narrador". (2001:91)

Em sua mais recente obra, Ecléa Bosi reforça a importância à história contada por pessoas comuns, uma vez que os documentos oficiais podem até dar conta de relatar os fatos fielmente como aconteceram, mas são incapazes de contar as paixões contidas nos episódios relatados.

> "Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apóia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. A literatura conhecia já esta prática pelo menos desde o Romantismo: Victor Hugo faz surgir Notre Dame de Paris num quadro popular medieval que a história oficial havia desprezado". (Bosi, 2003:15)

Os depoimentos contam sobre as paixões, sobre o trabalho, sobre a vida em sociedade, e contam muito também do seu sofrimento e de sua resistência.

Em seu livro *Memória de Ilhabela: faces ocultas, vozes no ar*, Merlo (2000), faz uma reconstituição das muitas faces de Ilhabela/SP através das lembranças dos caiçaras das comunidades mais isoladas da ilha. São lembranças que falam das transformações ocorridas devido ao crescimento do mercado imobiliário no litoral norte de São Paulo, seguido pelo aumento descontrolado do turismo e a implantação das áreas ambientais protegidas. Sob diversos aspectos da vida cotidiana trás para o presente as vozes do passado.

Em um dos depoimentos, pode-se identificar na fala do nativo da Ilhabela, a preocupação com a continuidade das tradições e festas como símbolo de resistência à cultura e a permanência em seu território:

> "Faz uns 10 anos que canto a novena (...) Eu chamo sempre a molecada mas ninguém quer ir. Estou preparando a Verene pra ver se ela fica lá, se ela reza alguma vez. Mas tem gente que reza muito bem lá na igreja (...) Essa tradição não vai acabar, enquanto eu viver não vai acabar. Umas das poucas coisas que resta aqui nesse pedacinho pra cá. De Indaiatuba pra cá é única. Só não acabou no São Pedro e na Praia Grande, e a Congada na Ilhabela. Não sei se no Perequê ainda tem São João, e se a gente não abrir os olhos acaba tudo. Olha uma coisa eu vou te falar, se acabar a Festa de Santa Verônica aqui no Bonete vai ser um transtorno, assim como aconteceu em Indaiatuba. Lá acabaram com a festa e desabou tudo. O pessoal foi saindo, outros morreram e daí pra frente, só aquela tristeza. Só

> sei que, se acabar, Deus me livre; mas tenho fé em Deus que não acaba. A gente não deixa acabar" (puxador de ladainha – Novena de Santa Verônica, 54 anos – Merlo, 2000:111/112)

Mansano (1998) vai discutir as transformações da comunidade do bairro do Cambury (litoral norte de São Paulo) em três etapas distintas: o "Tempo dos antigo", o "Tempo de transição" e o "Tempo de hoje". As histórias de violência, de marginalização e da opressão sofrida pelos caiçaras de Cambury, são resgatadas através da memória coletiva do grupo.

Também é possível falarmos em tempo futuro, onde a comunidade (re)inventa seu modo de viver à luz dos problemas do presente e do passado perdido. Segundo a autora "*passado e futuro são reconstruídos pois, tendo como patamar o presente de luta pelo direito à terra e sobrevivência dos símbolos e tradições, elaborados no cerne de sua relação com o meio onde vivem (...) O caiçara de Cambury tenta resistir à expropriação definitiva e se mantêm no lugar. Mas para isso, incorpora novas concepções, percepções, referenciais e valores à sua visão de mundo, ao mesmo tempo que reiventa seu modo de vida*" (p.79).

Quando os moradores de Cambury foram chamados a participar das reuniões para a elaboração do Plano de Gestão e Plano de Manejo para o Núcleo Picinguaba do PE da Serra do Mar, isso de alguma maneira motivou-os a promover novas eleições na Associação dos Moradores de Cambury, que há muito tempo não aconteciam. Deu-se então um fato emblemático da valorização dos saberes locais: foi eleito um caiçara de 71 anos como presidente da Associação. Essa eleição pode ser considerada uma forma de resgatar o passado. Um símbolo de luta pelas suas tradições, seu lugar, seus direitos.

Seguindo os exemplos de desestruturação de comunidades caiçaras, vamos encontrar no Saco do Mamanguá em Paraty/RJ, uma denominação muito semelhante à de Cambury no dimensionamento dos tempos passado e presente. Os caiçaras de Mamanguá falam em "Tempo da fartura" (até a década de 40) onde havia "*abundância de tudo, nada lhes faltava*". O tempo da fartura também foi um tempo onde as pessoas viviam em harmonia, não havia diferença de crença religiosa (eram todos católicos) e nem turistas. (Diegues e Nogara, 1999)

No momento em que adentramos mais nos depoimentos colhidos em campo, abro um breve espaço para falar das peculiaridades da Juréia.

Na Juréia tudo é muito semelhante às demais comunidades caiçaras, mas ao mesmo tempo, há muitas particularidades.

Muitas das características apontadas na literatura como sendo da cultura caiçara não são encontradas, ao menos de forma significativa na Juréia (como o abandono aos cultos e

festas religiosas), em razão do seu histórico religioso e creio também, do seu isolamento geográfico. As diversas comunidades formadoras da EEJI seguem uma tradição cristã, em parte católica e em parte espírita. Um dado que merece ser aprofundado é que outras comunidades caiçaras como os Mandira de Cananéia, tiveram no passado uma estreita ligação com o espiritismo, provavelmente trazido pelos colonizadores europeus.

Figura 17 – Centro Espírita São Miguel Arcanjo
Novembro/2001

Na Juréia a crença espírita foi o agente motivador da formação do bairro da Cachoeira do Guilherme[1], na década de 1930. Já na porção costeira, nos bairros de Rio Verde, Grajaúna e Praia da Juréia, famílias muito antigas na região (séc. XVII) já praticavam o espiritismo. É o caso da família Prado – o bisavô de seu Onézio do Prado (Antonio Batista do Prado) era médium da Praia da Juréia e trabalhava com outro grupo do Despraiado. Outros médiuns da região da Juréia também citados pelos moradores são seu Henrique Tavares (pai do seu Sátiro Tavares – último líder religioso, médium e curador da Juréia, falecido em 1996), seu Maneco Plácido e seu Job.

Cabe ressaltar que a religião espírita da Juréia não segue os preceitos do espiritismo clássico preconizados por Alan Kardec. Trata-se de um sincretismo onde estão presentes elementos do espiritismo e do catolicismo. É também conhecido como a Religião Tavarana (alusão ao sobrenome Tavares de seu Sátiro e seu pai – Henrique).

Em geral os católicos e espíritas têm um relacionamento respeitoso, abalado por vezes pelo uso da bebida alcoólica por parte dos católicos que é repudiada pelos espíritas. Nos últimos

[1] A história do espiritismo na Cachoeira do Guilherme liderada pela família Tavares é contada por Melo, 2000. Ver também sobre o espiritismo e sobre as festas na Cachoeira do Guilherme, Monteiro (2002).

anos (aproximadamente 15 anos) começou a surgir o grupo dos evangélicos e este grupo sim representa uma ruptura nas relações sociais e culturais, pois não compartilham das músicas, danças e festas profanas e religiosas.

Na Juréia a marcação do tempo passado é relatada como tempo "*de dantes*". Algumas comunidades não se visitam mais e também não se reúnem até mesmo para a discussão de problemas comuns, devido a cisões religiosas. Eles acabam se organizando em blocos, o que fragiliza a luta por seus direitos. Nos momentos de lembrar "*de dantes",* essas diferenças se diluem e surge o desejo de reviver o passado. Nesse momento identificam-se como pertencentes a um mesmo grupo compartilhando as mesmas tradições culturais.

Mahafoud (1996) relata um diálogo entre duas pessoas a respeito da postura dos jovens frente à Folia de Reis comentando que para os jovens, o Reis era bonito, mas era só naquela hora e depois passava. Para eles era diferente, tinha outro significado:

> "Pra nós não. Pra nós a gente sabe que toca, lembra do que vejo já de antes, então a pessoa lembra: todo ano fazia aquilo, fulano de tal...Então a pessoa lembra tudo. Aconteceu com a gente também né, a gente também sente. Eles não; a convivência deles é bem diferente da nossa. Em tudo: é sobrevivência, é como viver, como tratar as pessoas, né? É bem diferente. Pra nós não. A nossa convivência no passado é bem diferente de agora." (Mahafoud, 1996:67)

Para os adultos e principalmente para os velhos dessa comunidade, apreender o significado os remete diretamente a lembranças, do tempo passado, de como era o lugar, da família, do trabalho... Ainda sobre a Folia de Reis na Juréia, Mahafoud reproduz outro diálogo:

> " - Lembrei-me de pai, lembrei-me de mãe, me lembro de tudo meus irmãos aí. (...)
>
> - Eu acho que não tem um que não lembre, sabe, da gente mais velho. Porque essa modernagem não viram o que nós vimo. Não escutaram o que nós escutemo. (...) A gente lembra por ver o lugar que era, e ver agora. Se bem que os morador são todo longe, mas essas tapera por aí era tudo tapera de gente que faleceu, era bastante morador por aqui e agora a gente mora sozinho, desprezado, longe um do outro. Era bonito aqui primeiro. Agora a gente fica até ansiado num lugar desse. É, o jeito é ficar triste, e pronto. É bonito de se lembrar, de escutar, de ver a turma tudo em baixo de amizade tudo concordado é bonito!" (p. 69/70)

A citação acima nos fornece aqueles elementos que Maurice Halbwachs classifica como essenciais na formação da memória do indivíduo – seus relacionamentos. Para Halbwachs (1990), a memória da pessoa depende de seu relacionamento com a família, com a classe social, com os amigos, com o trabalho, com a escola, com a igreja, ou seja, com os grupos

de convívio e, na maior parte das vezes, lembrar não é (re)viver, mas (re)fazer, (re)construir, (re)pensar com imagens e idéias de hoje as experiências do passado.

Traçando um paralelo com os Tavaranos notamos que estes expressam preocupação com sua extinção se os membros remanescentes deixarem a Cachoeira do Guilherme, deixarem o lugar de reprodução das suas tradições.

Figura 18 – Mesa de trabalho do Centro Espírita e Dona Alice, esposa de Seu Sátiro
Março/2003

Essa preocupação que emerge principalmente entre os familiares de seu Sátiro Tavares tem bastante fundamento. A ligação afetiva com o lugar ajuda a manter certo movimento de retorno ao Guilherme para as rezas e para as festas, mas não é suficiente. As pessoas sempre falam "*que não é mais a mesma coisa*". Não basta o lugar e a lembrança do que já foi vivido nele. Falta algo mais para manter a tradição Tavarana. Ouso dizer que falta a união, a re-organização social, o entendimento entre as lideranças políticas e religiosas e falta principalmente um guia, alguém em que eles confiem e respeitem como foi seu Sátiro Tavares.

Segundo a teoria da memória de Halbwachs (1990), o desaparecimento físico da Sociedade Tavarana, não implica no seu desaparecimento real, pois a memória do vivido no passado (recente ou distante), guarda seus valores, seus rituais, seus princípios e todos os símbolos de sua tradição. Dessa forma, memória aliada à continuidade da transmissão oral asseguraria sua existência para gerações futuras. Será?

5.3 As vozes da Juréia

Os depoimentos colhidos em campo serão apresentados segundo temas que retratam a cultura, as tradições, o modo de vida, as formas de cooperação, a organização social etc. No entanto foi preciso fazer uma seleção, um recorte, apesar da vontade de colocar todos os depoimentos na íntegra tal a riqueza deles.

O DESABAFO

A grande parte das entrevistas começam com um desabafo dos entrevistados sobre a situação de vida atual e o passado vivido no sítio. Algumas pessoas carregaram sua fala com mais raiva, outras com mais tristeza, algumas ainda esperançosas de dias melhores.

> "Recramo, ô... recramo porque lá, lá a gente tinha a vida da gente, sabe, agora aqui é tudo diferente, pessoal que saí de lá, eu penso assim, pessoa que sai de lá vive como um passarinho na gaiola, peixe fora d'água... esse tipo assim... pessoa que sai de lá e diz que se acostuma noutro lugar tá mentindo, faz que se acostuma assim por, pra se mostrá, mas por dentro eu acho que não... Eu memo não acostumo... Aqui é muito diferente... muda muito a vida, o pessoal vindo de lá... é diferente, infelizmente eu memo não posso ir prá lá por causa das criança né, por causa do estudo, eles não acostuma lá mais mas eu mesmo não me acostumo prá cá de jeito nenhum..." Ex-moradora

É comum nos depoimentos a fala sobre a necessidade de deixar a Juréia por falta de escola para os filhos. E é comum também o lamento de que dificilmente poderão retornar, pois os filhos não querem. Alguns deles nem conhecem a Juréia e não querem conhecer.

> "Era muito bom sabe porque? Porque a gente vivia tranqüilo, num tinha problema, nos trabalhava, trabalhava em serviço de roça, em qualquer serviço. Não tinha perseguição, não tinha problema nenhum, e hoje depois que começou a ecologia, essa Estação lá, ficou complicado". Morador

Na fala deste morador aparece um termo que irá ser recorrente em tantos outros depoimentos: a perda da tranqüilidade depois da criação da EEJI.

> "antes que chegasse a EE aqui era tudo bom. Todo mundo trabalhava, todo mundo vivia, fala a verdade, todo mundo...quem queria vivê vivia de plantá arroz, plantá mandioca, cotava seu palmito pra vivê, usa a tinta, matava sua caça pra come, não pra vendê não, pra come, pescava em qualquer parte, era uma vida solto do povo, solto, tinha embarcação aí, nesse Rio das Pedras, 3,4 embarcação todo dia aí, hoje em dia não tem mais nada porque a EE acabou com tudo, com tudo. Acabou mesmo, pode dizer que não tem mais nada por causa disso. Eu conheço isso aqui. Há 30 anos pra cá que começou isso aí direto, desmontou tudo mundo, acabou com tudo mundo, matou tudo o pessoal que tinha aqui. Alguém que morreu, morreu, quem não morreu saiu, porque pra morrer de fome ninguém vai ficar num lugar desse aqui, né. Tamo ficando nós porque nós somo empregado, se

> não fosse nosso emprego já tinha morrido de fome. Não dá pra trabalha, faze nada". Morador

Um dos moradores queixou-se dizendo que a situação está tão complicada que é difícil até para morrer na Juréia:

> Hoje em dia vou falar prá senhora, vai ficar gravado aí, mas vou falar a verdade, mas aqui tá difícil até prá morrer. Prá tirar um defunto daqui é preciso cortá os quarto dele. Porque não tem mais ninguém. Se uma pessoa morre num lugar desses aí, uma pessoa sozinha fica com ele à noite interia porque não tem jeito, num tem prá onde correr, porque não tem recurso. A gente tem medo de correr prá um vizinho, fica com o morto lá. Tamo nessa situação nesse lugar!

O TEMPO DE "DANTES"

Os próprios moradores dividem a história de ocupação da Juréia em quatro fases distintas, marcadas pelos ciclos econômicos e aliadas a conjunturas políticas: o tempo dos antigos; o tempo da caixeta e do palmito; o tempo da NUCLEBRÁS e o tempo da ecologia. Muito comum na fala deles é o que eles chamam de "tempo de dantes", que pode ser entendido como um passado recente (antes da criação da EEJI) ou como um passado mais longínquo. Essa periodização está presente na fala das pessoas mais velhas que acompanharam grande parte dessa história e são freqüentemente utilizadas nos trabalhos sobre a EEJI de Monteiro (2002), Melo (2000), Sanches (1999), Ferreira (1990), Schmidt (1997) e Mahfoud (1996).

Quando os entrevistados relembram o tempo de "dantes", se lembram de como a Juréia era movimentada, de quantas famílias viviam lá, quantos amigos eles tinham em várias comunidades, como era bom se encontrar para dançar um fandango ou para uma folia de reis.

> "Que nem no Rio Comprido, lá onde é a Cachoeira do Guilherme, só que eu me lembro tinha mais de 10 famílias (só na Cachoeira); ai ali pra cima, tinha outro bairro tinha umas 3 ou 4 famílias e assim distância de 15/20 minutos de viagem sempre tinha. Tinha fazenda, essa fazenda que eu falo que explora casquinha, que era uma empresa, era pra cima do Guilherme tinha mais ou menos umas 20 famílias. Tinha Fazenda Morrote que era do Lage, tinha também outro tanto, umas 20 famílias. E o rio inteiro tinha gente. Um bairro que também tinha bastante gente, umas 40 famílias, era o Aguapeuzinho". Ex-morador

É também no tempo "de dantes" que afloram as melhores lembranças em relação às tradições das festas dos dias santos. São chamados de feriados ou RESPEITADO:

6 de janeiro (REIADO)

10 de janeiro (São Gonçalo)

20 de janeiro (São Sebastião)

25 de março (Anunciação de Nossa Senhora)
29 de setembro (São Miguel – padroeiro do Centro Espírita)

Além dessas datas, também há festejos no Carnaval, no dia de São João (24 de junho) e na festa do Bom Jesus de Iguape, em 6 de agosto.

REIADO: acontece de 26 de dezembro a 6 de janeiro. Caso haja imprevistos, a data é alterada, podendo mesmo chegar até o dia de S. Sebastião. Mahfoud (1996) cita o período de 8 de dezembro a 20 de janeiro.

É composto de 6 figuras → 3 homens (o rei/o conde/o vassalo) que se vestem de camisa de manga comprida e 3 mulheres (a rainha e duas princesas). A rainha é sempre uma mulher casada e as princesas são 2 moças: uma mais nova e outra mais velha. É melhor que as figuras sejam de famílias diferentes, pois dá muita despesa com as vestimentas e todos os preparativos para a festa.

O Reiado é acompanhado por músicos que tocam viola, cavaquinho, pandeiro, rabeca e triângulo. As músicas falam das passagens da vida de Jesus, e em casa que o reiado passa é cantado o TRELADO (música composta de 25 versos). Chegava a juntar mais de 50 pessoas, o cortejo ia de uma comunidade para outra. As pessoas abrem suas portas para recebem o Reiado e oferecem um café ou jantar.

Um dos moradores da Cachoeira do Guilherme é "o guardião" do reiado da Juréia. Ele tem o costume de inventar versos homenageando as pessoas da casa por onde passa o cortejo. Antigamente todas as comunidades participavam. Os entrevistados contaram que até os moradores de Barra do Una participavam do reiado e iam até a Cachoeira do Guilherme, hoje em dia é mais restrito, devido as dificuldades de locomoção e os desentendimentos entre os moradores.

CARNAVAL: o fandango é dançado também durante o carnaval. São 4 dias de fandango. A abertura é feita com o São Gonçalo. Às 23 horas da terça-feira de carnaval o fandango pára e as pessoas dançam uma hora de São Gonçalo como encerramento. Quando acaba os tocadores guardam suas violas até o Sábado de Aleluia às 9 horas da manhã. As pessoas dançam todas noites e descansam durante o dia. Os antigos guardavam 45 dias entre o carnaval e a páscoa. Nesse período ninguém comia carne. Só peixe. Na QUARTA-FEIRA DE TRÉGUA, na QUINTA-FEIRA MAIOR e na SEXTA-FEIRA DA PAIXÃO, não se varriam as casas.

No período da quaresma, uma das entrevistadas se lembra que a avó varria a casa e deixava toda a sujeira num canto, não jogava fora, mas ela não sabe porque. As mulheres, principalmente as que se chamavam Maria, não penteavam os cabelos na Sexta-feira da

Paixão. Os homens não cortavam a barba, o cabelo e as unhas durante os 45 dias da quaresma.

25 DE MARÇO: é uma celebração religiosa restrita à comunidade espírita. Ela acontece infalivelmente todos os anos no Centro Espírita São Miguel Arcanjo, na comunidade da Cachoeira do Guilherme. Nesse dia é comemorado a Anunciação de Nossa Senhora. Melo (2000) que assistiu a essa celebração a define como sendo um ritual de dimensões mágicas:

> "A dimensão mágica está presente, pois a forma ritual é a fórmula mágica. [...] O sacrifício físico e as orações rezadas com fé irão garantir ao penitente a invisibilidade de sua alma no dia do Juízo Final. [...] Para que o objetivo seja alcançado, é necessário que a pessoa realize a cerimônia todos os anos, mas estão desculpados os casos de ausência por viagem ou doença. Não se cogita a possibilidade de fazer a reza longe da irmandade. No dia 25 de março os Tavaranos abstêm-se de comer carne, e não é realizado o fandango durante a noite". (Melo, 2000:76)

A cerimônia religiosa é extensa e cansativa. Os penitentes rezam *cem* Pai Nosso, *cem* Ave-Maria, *cem* Glória ao Pai, *cem* vezes ajoelham e *cem* vezes beijam o chão.

Um dos entrevistados contou que os Tavaranos sempre eram reconhecidos nas ruas das cidades devido ao seu "uniforme", seu modo de vestir.

Os homens usavam calça tipo social sem bolso atrás e camisa fechada até em cima, de meia manga ou manga comprida. As mulheres usavam vestido "estampadinho", florido, com meia manga, franzido e cumprimento abaixo dos joelhos. Os cabelos eram presos em coques. Ainda hoje as senhoras se vestem dessa maneira.

Quase todas as festas na Juréia são acompanhadas de FANDANGO. Exceção para o 25 de março e o período da quaresma.

O fandango começa após o anoitecer e termina no amanhecer do outro dia. As pessoas andam horas, quilômetros para participar de um fandango. Um avisa o outro. Na abertura e no encerramento do fandango acontece a DANÇA DE SÃO GONÇALO. São Gonçalo é o padroeiro dos violeiros. Sempre que uma pessoa pedia alguma ajuda, alguma graça a ele, oferecia a primeira música de todas as tocadas no fandango. Assim surgiu a tradição da dança primeira ser de S. Gonçalo.

> "São Gonçalo pra gente é o protetor dos violeiros. Então quando a gente as vezes ia faze uma roça, convidava todo mundo, já tava com despesa feita e tudo e começava a querer chove a gente fazia aquele pedido de que se não chovesse naquele dia pra trabalhar a primeira música seria...e sempre era mesmo, mas reforçava o pedido pra fazer a abertura com a música dele de São Gonçalo'. Ex-morador

Há dois tipos de São Gonçalo:

- de mesa no centro da sala com os casais dançando em volta. Geralmente há uma imagem de São Gonçalo e velas acesas.
- de mesa encostada na parede: forma-se os pares de casais, eles vão até a mesa e voltam de costas, saindo um para cada lado.

> "O São Gonçalo tem lugares que coloca a mesa numa parte de um lado da sala e o pessoal vai cantando, vai até lá o homem e a mulher (o cavalheiro e a dama), aí vai lá, chega lá faz message que beija ai sai cada um de um lado chega aqui volta pra lá até terminar a música também. E tem outros, o mesmo São Gonçalo, que coloca a mesa no meio da casa assim e fica rodeando, dançando em volta com os cara cantando lá do lado e a gente fica em volta". Ex-morador

Após a abertura do São Gonçalo, as pessoas dançavam o BATIDO. A marcação é feita por um ou dois homens. Para dançar o batido precisa ter um bom chão de madeira. Todos dançam o batido, mas só os homens fazem a marcação. Outros tipos de fandango são dançados como o recortado, balanço, passadinho, apara limão, sirindi, engenho, tirana, chamarrita, anu. No dia seguinte entre 6 e 7 horas da manhã dá-se o encerramento do fandango também com o São Gonçalo.

Uma peculiaridade é o fandango dançado na Cachoeira do Guilherme. Contam os moradores antigos que antigamente se dançava o baile e o fandango, mas acabava dando muita briga por causa de ciúmes o que deixava os seguidores da religião Tavarana aborrecidos. Segundo eles contam, seu Sátiro teria resolvido esse impasse permitindo que somente fosse dançado na comunidade o "passadinho". Nesse tipo de fandango não há contato corporal entre homens e mulheres, o que diminui os conflitos e faz com que de qualquer maneira os jovens possam se divertir sem precisar sair da comunidade.

> "Tanto o espírita quanto o católico dançava o baile. Todo mundo dançava junto e tinha uma mistura de espiritismo e católico. Chegou uma época que tava havendo muita confusão na questão do fandango, do baile ...o pessoal que era espírita. Porque ia dança agarrado, tinha muita cena de ciúme, e acabavam fazendo confusão no baile e brigavam. Aí a comunidade Tavarana, que é uma família Tavares, que chamam, que tem uma religião espírita misturada com catolicismo, eles acharam por bem que então dançassem só o passadinho, o fandango que tem o passadinho, que é essa dança que você não dança agarrado. Que tem o passadinho, que tem o sirindi, que tem o São Gonçalo, que tem o engenho, porque aí evitava que você pegasse uma dança e saísse dançando com ela de mão pegada, então ai não tinha conflito. Por isso a comunidade tavarana dança só o passadinho. Eu gosto dos dois (baile e passadinho). Mais a gente respeita essa comunidade que dança o passadinho e até quando o pessoal vem dançá baile a gente fala...essa comunidade só dança o passadinho". Ex-morador

Figura 19 – Mesa no centro da sala para a Dança de São Gonçalo
Dezembro/2002 – Cachoeira do Guilherme

Figura 20 – Seu Pradel e Dona Paula cantando o São Gonçalo
Dezembro/2002 – Cachoeira do Guilherme

Figura 21 – Passadinho dançado pelos Jovens da Juréia, durante o evento "Fandango sobe a serra", em Curitiba/PR
Maio/2003

O acompanhamento do passadinho é feito com modas de viola de autoria dos próprios moradores da Cachoeira. A dança se prolonga do início da noite até o amanhecer do dia seguinte. As pessoas passam a noite toda dançando, conversando com os amigos entre uma dança e a outra bebem café, suco ou água. Ninguém consome bebida alcoólica na comunidade, mesmo aqueles que gostam, respeitam o Guilherme e se abstêm dela.

O passadinho inicia-se com a feitura de um círculo:

> "A música se inicia, os que querem dançar se colocam no centro da sala formando um círculo, intercalando homem e mulher. Na roda, todos se entreolham. É um momento especial, o de escolher, de se colocar ao lado de outra pessoa. Até que o círculo não se complete com um bom número de pares, outras pessoas, que estão à volta observando, são convidadas a entrar. Em seguida os homens se voltam à esquerda e as mulheres à direita, e vão em frente com passos curtos, 'arrasta-pé', bem no ritmo da viola, desviando uma vez à direita, outra vez à esquerda, de tal forma a entrelaçar o fluxo dos homens e das mulheres". (Mahfoud, 1996:34)

Certa vez em que participei de um passadinho no Guilherme, os mais velhos estavam comentado indignados no dia seguinte, que havia pessoas de chapéu ou de boné dançando (geralmente jovens) e que isso estava errado, era um desrespeito muito grande.

É impressionante a disposição das pessoas para dançar o passadinho sem parar a noite toda. Muitas pessoas falaram em suas entrevistas que às vezes fazem um fandango, mas só de 2 ou 3 horas e que isso não tem graça. Nem se animam a ir. Fandango bom tem que ir até o dia seguinte, como falou uma senhora ex-moradora da Cachoeira do Guilherme:

> "Por isso que agora, muitas pessoas se for alí no fandango prá ele dançá até meia-noite, ele sabe disso então ele não vai. Não tem graça, a gente tá acostumado a noite inteira acordado... num vai por causa disso... essa gente mais velho, principalmente não gosta de dormi né... de meia-noite né... se ele vai dormi ele deita e não tem sono, porque não tá acostumado... tem que dançar até a luz do dia... Com isso perdeu... **era gostoso lá, agora é tudo diferente as coisa, mesmo lá é tudo diferente... tá igual o lugar, o lugar prá vivê, mas os costume já tá diferente**... Começaro a fazê esses baile assim fandango, 2, 3 horas, num é igual..." (grifo meu)

Confesso que não tive energia para acompanhá-los. O fandango no Guilherme é dançado na casa maior, que tem mais espaço para acomodar as pessoas. A tradição de se iniciar o fandango e terminar com a dança de São Gonçalo, também é praticada na Cachoeira do Guilherme.

A VIDA NO SÍTIO

O sítio é a unidade familiar e de trabalho dos caiçaras da Juréia. É nesse espaço que se constroem a base de sustentação do núcleo familiar, do núcleo produtivo, da formação

religiosa e cultural dos membros da família, a transmissão das tradições. Os quintais dos sítios são uma mescla de jardim, de pomar, de horta, de criadouro de aves e de capoeira rala. A roça fica mais distante da casa e chega até a ficar a quilômetros da casa dependendo do rodízio de solo ou do local onde o Instituto Florestal concedeu autorização para o plantio.

Analisando a lavoura camponesa, Woortmann e Woortmann (1997) se referem ao sítio como "*um sistema de espaços articulados entre si*". Sendo que esse sistema não é "*algo 'dado', mas um complexo construído ao longo da vivência de uma família*" (p.76).

Lendo o relato dos entrevistados, pode-se dizer que o sítio representa ou representava (para aqueles que não estão mais lá) o "porto seguro" deles. Para eles não tinha muita importância ter a posse documental da terra, mas sim ter o sentimento de perpetuação do modo de vida de seus pais, seus avós, seus bisavós. Se saber dono se seu tempo, de sua roça. De saber que o máximo que podia lhe acontecer quando adentravam o mato para caçar ou para extrair palmito e caxeta era encontrar uma cobra, um porco do mato. A atenção e o medo refletiam os perigos da própria mata e não pelo aparecimento de um fiscal, um policial, um funcionário do IF ou do IBAMA.

O modo de vida dos caiçaras tem a característica das "complemantariedades", ou seja, não há uma atividade que por si só garanta o sustento da família. No entanto, a roça é de importância central para eles. Como a roça exige uma dedicação por etapas, as outras atividades são realizadas entre os períodos de menor dedicação a ela. Dentro da roça o cultivo principal é o da mandioca, seguido pelo arroz.

O calendário caiçara é extremamente harmônico. Todas as atividades se encaixam perfeitamente.[2] O preparo do solo começa em julho/agosto, motivo pelo qual os moradores precisam conseguir autorização do IF até junho. Porém em alguns anos isso não aconteceu, atrasando todo o plantio, quando não o inviabilizou.

> "Lá nois começava a trabalhar em roça cedo, outubro/novembro. Mês de outubro nós já tava com as roça pronta, pra vim pra cá, pra trabalha na manjuba. Naquela época era bom, dava um bom dinheiro, né. Hoje já ta ruim porque, sei lá, ta se acabando de certo. Faz uns trinta anos. Mas agora já diminuiu a manjuba. A gente ganha muito pouco, tem época, olha essa semana, pouquinha coisa que nós fizemô de manjuba, porque a água ta ruim, né. Até outubro a gente plantava a roça de arroz, milho e vinha embora. Quando era em 15 de março nois terminava a pescaria, daí já cuidava de volta, de colher o arroz, milho. Nois começa a colher arroz em abril, maio e até mês de junho nós colhia arroz. Todo esse tempo. Nos plantava bastante, eu colhia 250/300 sacos de arroz. E aí trazia pra vender aqui. Era assim que a gente sobrevivia". Morador

[2] Para saber detalhes sobre o calendário dos moradores da Juréia, ver Sanches (1997)

Segundo Begossi (2001), as roças no Vale do Ribeira são formadas em áreas abertas no interior da mata natural, fator este que ajuda no aumento da diversidade. Isso ocorre porque as espécies são "*plantadas umas próximas às outras (em simpatria) mantendo o fluxo genético entre espécies através da hibridização. O plantio da mandioca por propagação vegetativa, a prática de se transferir materiais de roças velhas para novas e o plantio de variedades diferentes em uma distribuição aleatória favorecem a hibridização intra-específica, aumentando a diversidade e permitindo que a seleção natural atue com novas combinações"* (p.211).

O plantio pode ser solitário (uma só espécie) ou em consórcio como relatado por um ex-morador da Juréia:

> "A gente fazia roça de mandioca, então nas beirada a gente plantava cana, plantava banana, plantava... em espaços largos, não como se fosse só aquela planta. A mandioca plantava no espaço normal e aí em volta plantava a cana, a bananeira, no meio da roça plantava o cará, a batata doce, o milho com grandes espaços também. Não produzia muito, mas sempre dava prá ajudá. E é claro, quando fazia a roça só pra milho aí o espaço era o espaço certo do milho, quando era só da mandioca também, a única coisa que a gente não plantava assim muito, ele consegue saí, mas só que na colheita tem muito prejuízo é o feijão. Se plantá ele junto com outra planta, ele se enrola e na hora da colheita estoura tudo e fica metade lá. Dá muito prejuízo. Mas a mandioca, o milho, a cana, a banana, com um espaço elevado dá prá plantá. A abóbora, a melancia, tudo numa roça só. Agora, a mandioca a gente planta ela prá começa a tirá a mandioca é um ano, então dali de um ano em diante a gente já não capinava muito mais, ia só tirando o mato. Quando a gente terminava de tirar aquela roça, o começo lá já tava grande, aí deixava 2, 3 anos ou 4 anos e ia fazê outra. Então quando terminava um lugar, o outro de cá já tava bom de começa a roçá outra vez, e fazendo assim. O arroz mesma coisa, o milho mesma coisa".

A queima da floresta ou da capoeira em regeneração é essencial para garantir a produtividade do solo nesse tipo de agricultura praticada pelos caiçaras. A queima aumenta os teores de cálcio e magnésio e diminui os de alumínio, elevando a fertilidade do solo. Segundo a Profª Alpina Begossi, através esse método "os nutrientes são repostos, a erosão é minimizada e não há necessidade de controle químico de pragas. Baixa densidade populacional é uma condição necessária para que o sistema funcione, uma vez que é preciso a disponibilidade de áreas para os períodos de pousio" (2001:212).

FORMAS DE SOLIDARIEDADE

Extremamente importante na cultura caiçara são as formas de cooperação como o mutirão e o ajutório. Infelizmente devido às proibições da legislação ambiental e a escassez de

moradores, é raramente praticada. Nos dias 8 e 9 de novembro de 2003 aconteceu um mutirão no Morro do Grajaúna. Foram feitas três roças, contando com a participação de aproximadamente 70 pessoas. Segundo os participantes foi muito gratificante voltar a fazer um mutirão. À noite teve fandango e dançaram até o amanhecer do outro dia. Apesar dos moradores sempre comentar que gostariam de retomar os mutirões com freqüência, isso ainda não ocorreu.

O mutirão e o ajutório são típicos também da cultura caipira como ressaltado por Ribeiro (1998) e Cândido (2001).

Os entrevistados contam que sentiam o maior prazer de participar de mutirões por todos os bairros da Juréia. Era sempre uma oportunidade a mais para rever parentes e amigos, além de poder se divertir com o fandango.

MUTIRÃO: As pessoas são convidadas através de recados ou bilhetes para fazer um determinado serviço e elas têm que levar as ferramentas pois, quem estiver sem ferramenta não participa. As mulheres ajudam no preparo da comida e em serviços leves. O mutirão é sempre convocado para uma sexta-feira. No início da noite os participantes do mutirão comemoram o dia de trabalho num fandango oferecido pelo dono da casa. O fandango acontece de sexta para sábado. Quando amanhece o dia as pessoas vão embora. O sábado é o dia santo para os Tavaranos, não é dia de trabalho, mas pode dançar. Só não pode mesmo é trabalhar.

Figura 22 – Destocagem durante mutirão
1998 – Foto: Dauro Marcos do Prado

AJUTÓRIO: Pode ser para fazer uma roça, reformar uma casa ou outro serviço qualquer. A pessoa que precisa de ajuda chama quatro ou cinco pessoas para o trabalho de um dia. As refeições são por conta do dono da casa. Quando as pessoas que foram ajudar, precisarem

também de ajuda, é a vez da pessoa que foi ajudada retribuir trabalhando no ajutório daqueles que já lhe ajudaram. Se ela não puder ir, não tem problema, eles continuam amigos, não guardam mágoas, segundo depoimento dos entrevistados.

> "Então é que nem eu tava falando um bairro...que nem lá o Aguapeuzinho (um bairro que também tinha bastante gente, umas 40 famílias). Aí a gente lá no Rio Comprido ia faze a roça de arroz aí a gente convidava o pessoal do lado de cá. O pessoal ia pra lá pra ajuda faze o mutirão e se ajuntava. la todo mundo, homens e mulheres. Os homens iam trabalhar de dia e as mulheres ficavam em casa ajudando na comida, na janta e de noite fazia o fandango, era a noite interia, que nem lá no Guilherme agora, só que era muita gente, o dobro do que tem agora". Ex-morador

A participação das mulheres:

> "Se era mutirão a gente ajudava na comida, ajudava a arrumá as coisa, a organizá. E se era ajutório, no caso para plantá a mandioca, a rama, aí os homem cavava lá com a enxada fazendo buraco e as mulheres plantando e aí quando os homens terminava a roça, as mulher terminava de plantá. Tudo assim. Era sempre as mulheres que plantava, os homens cavavam o buraco. Aquelas criança que conseguiam andar com o balainho já da rama picada eles carregavam lá prá gente e a gente ia fincando..." Ex-moradora

> "Um ajudava o outro, fazia um mutirão, vamo se dizê, juntava tudo a turma, a turma tudo reunia, ajudava um, outro dia um ajudava outro, outro dia ajudava outro... então saía tudo fácir... precisasse de uma plantinha, nóis levava aquela turma plantava de lá, levava, plantava de cá, outro dia ia prá outra, plantava de outra, nóis trabalhava dessa forma né... depois então foi indo, ficando pouco, já foi se acabando, foi acabando tudo essas coisa né..." Ex-morador

Antes do pessoal da Nuclebrás e do Meio Ambiente, como eles dizem, o plantio da roça era para atender as necessidades da família, e o excedente era vendido em Iguape ou Peruíbe, com isso as famílias conseguiam o dinheiro necessário para as necessidades que o sítio não lhes fornecia.

> "A medida que a gente faz um saco de arroz é 50x25... com certeza dá um ½ alqueire de chão dá, que é grande mesmo aquele chão né, arroz a gente plantava sempre 50x25, é um saco de arroz, a gente colhia 30, 40 saco né... 60, 45 sacos, era assim...Olha, no meu+ tempo, no meu tempo que eu era novo, que ainda existia meu pai, minha mãe, a gente vendia. Dava, guardava... nóis vendia, meu pai vendia sempre...No tempo do meu pai aí a gente plantava mais... sempre ele vendia 50, 80, 100 saco de arroz, fora o que ficava prá comê Tinha comprador, comprador lá... Iam buscar ... tinha uma estrada aqui do Mariano, Seu Mariano,

Porto do Mariano. Trazia de canoa... essas canoa grande sabe, enchia de saco de arroz, chegava lá carregava no caminhão os cara traziam... e a gente vendia tudo lá, vendia banana, vendia tudo... então aí foi diminuindo né, tinha as fazenda, tinha tudo lá ...acabou tudo. A gente vendia 100 saco de arroz e meu pai juntava tudo esse dinheiro, partia um pouquinho comigo porque eu ajudava ele né o resto ele comprava mantimento e o resto a gente guardava... sempre ele tinha o dinheirinho dele sabe... Eu também, eu fiquei trabalhando assim, sempre tinha meu dinheiro... trabalhava dessa forma aí foi, foi, foi começô a aparecê as coisa, a turma foi parando, depois já não tinha mais esses cara, eles não deixavam essas pessoas que compravam de nóis eles não deixavam entrar... sabe... foi indo assim até que a turma desanimaro aí também... Aí ficou só pra comer... Aí invês de a gente plantá um saco, plantava meio saco, meio arqueire de arroz, uma lata, só prá comê..." Ex-morador

Figura 24

Dois momentos importantes do fabrico da farinha de mandioca:

A prensagem da mandioca no tipiti para extrair o caldo e a torração da mandioca

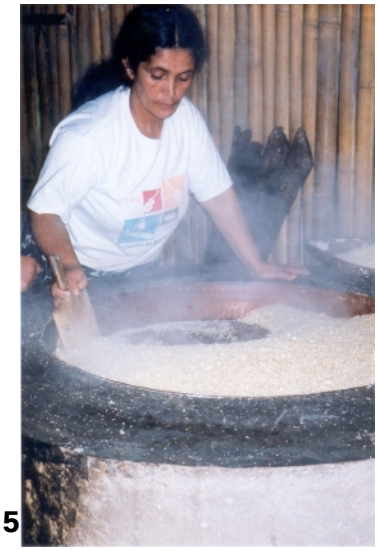


Figura 25

Outra atividade que precisa do envolvimento de muitas pessoas e o fabrico da farinha. Geralmente as famílias nucleares possuem um trafico de farinha (aparelhagem utilizada no processo de fabrico da farinha de mandioca) e trabalham nele em conjunto com a família estendida que é formada por filhos, genros, noras e netos.

PALMITO E CAXETA

Afora o excedente da roça, a extração de palmito e caxeta contribuíam também para a renda da família. Os caiçaras não cansam de dizer que "*todo mundo tirava e não se acabava*".

Havia seis indústrias de palmito na cidade (por volta de 30 anos atrás): Peniche, Zé Matias, Caiçara, Palmisur, Abílio e Totico Rocha. Eles deixavam o palmito retirado na beira do rio e os compradores passavam de barco recolhendo. Havia espessura certa para a fábrica comprar o palmito, por conta disso, ninguém tirava palmito fino. À fábrica só interessava

comprava se a espessura fosse tal que permitisse acondicionar até 4 pedaços numa lata. Espessuras menores a fábrica não comprava. Os palmiteiros também não cortavam o palmito com a fruta.

Os fabricantes de palmito arrendavam "o mato" dos proprietários e os moradores trabalham cortando o palmito para eles.

> 'Aqui de Iguape, o Caiçara eu lembro que era o Paulo Fortes, tinha o Abílio Barbosa, enfim esses fabriqueiro. Eles iam lá, não da gente que a gente não tinha sítio. Quem tinha sítio eles compravam o mato, como a gente dizia, e a gente cortava o palmito pra eles. Aí eles pagavam por dúzia pra gente. Então, aí a quantidade, no caso, você tinha o mato, os caras iam lá avaliava o mato, quantas dúzias dava, aí você vendia. A gente tinha uma pessoa responsável lá para tirar o porte do palmito e a quantidade, né. Aí eles tiravam a guia florestal por isso que eu digo que eu cortei muito palmito. A gente cortava o palmito, a florestal ia lá e a gente andava junto com eles, com o palmito cortado, porque a gente tinha guia pra corta, né. Então cortava o pedido certo. Se vendia cinco mil dúzias, no caso, o cara responsável pelo mato, quando chegava aquele tanto mandava parar. Aí se tinha mais fabriqueiro que comprava outro tanto, a gente ia corta e pagava porá gente que morava lá por dúzia". Ex-morador

> "Naquela época a gente trabalhava tranqüilo, por isso que eu falo pra você que lá era um lugar maravilhoso. O palmito e a caxeta era tudo pra vender. Punha no barco e vinha até o ponto do caminhão. Daí fazia a venda. E isso que nós vivia. Agora não dá nem pra fazer uma roça. Agora, a época que a gente trabalhava em palmito, caxeta, vivia muito mais melhor. Plantava lavoura e vivia do palmito e tem uma coisa...nunca faltou. A gente trabalhava tuda a vida em palmito, trabalhava também em madeira, mas a madeira tinha um determinado tempo, porque a madeira já é mais dificultoso, você tem que gastar bastante pra tirar, porque você tem que faze linha de trole, e aquilo ali gasta muito, agora o palmito é mais fácil, e nunca faltou". Morador

Para a caxeta também havia medida certa: nunca menos de 12 cm de diâmetro. As fábricas também recolhiam na beira do rio. As fábricas de caixeta citadas foram: Maneco Rocha, Ner Carneiro, Xavier, Salvador e Johann Faber.

> "Caxeta também dava lucro, a mesma coisa. Meu marido trabalhava com palmito e caxeta. Assim quando, por exemplo, tinha uma época que tirava caxeta, a serraria pedia uns 200 m de caxeta, aí ele ia prô mato e cortava 200 m de caxeta, quando dava a chuva jogava no riozinho e tirava pelo rio e levava até o rio largo, o Rio das Pedras. Tem um processo, é muito difícil...não é assim. Corta a caxeta no mato lá em cima aí joga tudo no riozinho e vem trazendo assim, porque na água é mais fácil, até chegar no rio largo, ponha no barco e levava...aí quando não tinha pedido de caxeta ele tirava palmito, tirava 3, 4 carga de palmito, vendia. Carga é pacote, do tamanho de pode coloca nas costas prá carregá, aí vendia e comprava arroz, feijão, as coisas mais que precisava". Ex-moradora

A CAÇA

A caça apesar de extremamente importante na cultura caiçara, não era comercializada. Seu uso está ligado à dieta alimentar e a produção de remédios caseiros. Quando perguntado se havia leis entre eles de controle da caça, um dos entrevistados respondeu:

> "A gente não tinha época certa, só que a gente normalmente (às vezes acontecia na época de reprodução de pegar uma fêmea de bicho, mas era por um descuido). A gente sempre procurava não fazer isso. Que nem o tatu que é um bicho fácil de saber quando ele ta criando, que ele anda com os filhotinhos, então a gente não matava, mesmo que visse não matava. A paca também quando caçava dava pra conhecer o bicho quando ela tava cheia, também não matava. O macaco era muito difícil. Às vezes quando a gente ia caçar e já tava indo embora e não conseguia nada, pegava pra não chegar em casa com as mãos vazia, pegava. Quando conseguia, porque é muito rápido e quando eles não pegavam e mostravam pra turma o filhotinho das costas". Ex-morador

Uma reclamação geral dos moradores é quanto ao desaparecimento da caça. Eles acham muito estranho que apesar da proibição de caça, os animais sumiram. Não têm aparecido nem nas roças.

> "Pior de tudo acho que tem...sei lá ... um processo ...sei lá, uma coisa que onde tem o povo tem as coisa, onde não tem some tudo. Olha, cotia tinha de mais. Vc deixava assim um resto de comida na panela, elas vinha comer que nem cachorro. Cotia, tatu tinha de mais. Os tatu a gente corria atrás daqueles tatu, pegava os filhotinho bem pequeninho, levava prá casa, fazia um cercadinho, mamãe brigava – "solta o bichinho no mato" – Não mãe é tão bonitinho" Aí deixava lá , aí um dia eles cresciam mais um pouquinho, cavavam assim e iam embora. E hoje você anda lá não vê nem uma pegada do bicho no mato. Olha eu andei agora, semana passada eu fui prá lá com meu irmão, fomo anda um pouco no mato. Andemos, andemo lá pelo sítio Brasília onde a gente morava é só mato, mato, num tem nem um pé de planta aqueles quintal lá, é tudo mato fechado, aquelas pedra, que a gente brincava lá de boneca, aquelas toca, tudo fechado, tudo mato virgem, você não vê uma pegada, de bicho! Pode anda dormindo no meio do mato lá, não tem onça não tem nada lá. Não sei porque naquele tempo ainda, o pessoal matava prá comê, e era muita gente que morava lá. Só no sítio Brasília morava 8 família. Tudo assim irmão da minha mãe, irmã, meu tio Valter, meu tio Casemiro, tia Nadir, morava tudo junto. Cada um tinha a sua casinha. Morava muita gente. E tudo mundo matava caça, não estragava matava assim prá comê, prá sobrevive. Tinha bicho demais. Cateto, porco comia tuda a roça de mandioca, e hoje pode planta lá que não vem nada. Não sei porque será isso. Ex-moradora

E a reclamação não se restringe a caça, os peixes e outros frutos do mar também estão mais raros na região segundo os moradores:

> Até na praia também tinha muito pegoava, marisco, no Rio Verde tinha muito, hoje você não acha um. Que foi que sumiram. "ah, porque o pessoal comia tudo" e como é que quando o pessoal morava lá tinha, todo mundo comia e não acabava, porque que hoje acabou? Você pode andar na praia, aquela praia enorme, deserta sem ninguém sem nada. Meu pai faz a rocinha lá era prá não deixar nem ter roça,

> porque o bicho do tanto do tempo que não mata esses bichos era pra tá tudo ali na roça prá comer tudo. Vai lá na roça do meu pai, não vem nada, só de vez em quando passa uma anta no meio dela, mas é muito difícil". Ex-moradora

A caça era também muito usada para a fabricação de remédios:

> "Tinha banha de lagarto que servia prá mordida de cobra, de aranha. Usava banha do tamanduá prá reumatismo, usava banha de tatu-guaçu, também era bom prá reumatismo, banha de macuco prá colocar no ouvido, prá dor de ouvido",

E haviam preparados para auxiliar as mulheres na hora do parto. Quando estava próximo da hora de uma mulher da comunidade dar à luz, era preparada banha de raposa preta ou de galinha preta. Derretia essa banha. Quando a mulher começava a sentir as dores, ela era lavada da cintura para baixo com sabão de pedra. A banha era aquecida no braseiro. Untava-se a mulher com essa banha. Isso ajudava no parto. Usavam também chá de alecrim para aumentar a dilatação.

Após o parto a mulher ficava oito dias em repouso. Durante esse período só comia galinha cozida e pirão. O bebê também só saía do quarto após 8 dias. Era quando ele tomava seu primeiro banho, numa água com alecrim.

> "Banha de raposa...já que a gente tá conversando eu posso contá: banha de raposa prá quem ia ter o parto, então usava aquela banha pra...tirava porque ela tem uma banha, parece banha de porco, tirava derretia e depois guardava num vidro... Era a raposa que tem uma bolsa (gambá)" Ex-moradora

O USO MEDICINAL DAS ERVAS

A população da Juréia sempre se valeu do poder curativo de plantas medicinais para a cura de seus males. As ervas, associadas aos "curandeiros" como eram chamados os médiuns que realizavam até mesmo curas milagrosas.

> "Aquilo que eu tava falando, do meu vô passou prá ele (seu Sátiro), né. Eu sou neta de Maneco Plácido. A gente nasceu, criou-se, eu tive meus dois filhos lá e eu não precisei de fazer pré-natal, eu não precisei de ir no hospital pra ganhar meus filhos, lá mesmo a gente graças a Deus...tudo bem até hoje. Então a gente ficava doente, as crianças ficavam, a gente ia com eles consultava, ele ensinava os remédios de erva, a gente chegava em casa, fazia, aquilo levantava a gente, a mesma coisa que você vai ali no posto de saúde, toma uma injeção e tá bom. Aí depois meu avô passou para o velho Sátiro, aconteceu a mesma coisa, ele só curava com remédio de erva, que era difícil você ir lá nele e ele passá um remédio que fosse da farmácia. E os próprios benzimentos dele, portanto que o benzimento não era tudo que ele podia declarar pra nóis o que que ele tava fazendo, ficou com ele, né. Porque tem coisa que ele não podia explicar pra nóis. A receita sim, ele fazia a receitinha dele, a gente levava, porque a cabeça da gente não ia guarda ervas por ervas..."

AS LENDAS

Durante uma mesa redonda com ex-moradores da Juréia, foi perguntado a um dos participantes como era a lenda do Morro do Pogoçá, ao que ele respondeu:

-- "*eu não sei se eu tô certo, porque o que a gente conta que viu, acho que não é lenda, porque a gente viu. Lenda é o que a gente sabe que conta de outro.*"

> "O do pogoçá é uma luz, tipo uma tocha de fogo, que ela sai a noite do Pogoçá, e vai pra Queimada lá. Quando a gente vê ela passar é que nem um relâmpago, dependendo do lugar que a gente tá, dá pra ver aquela tocha e daí quando ela chega na região determinada ela dá um estouro que nem um trovão. Eu já vi várias vezes já. Inclusive quando ela passa, a última vez que eu vi, a gente tava com o rádio ligado e o rádio...cortô na hora. Faz mais ou menos uns 30 anos (meu filho era bem pequenininho). Inclusive os mais velho, eles explicam, diz que é uma "mãe de ouro". Agora afinal do que é isso eu não sei. Eles dizem que é um encantamento que sai d'uma serra e vai pra outra. Ela sai do Pogoçá, vai pras Queimada, ela vem das Queimada vai pros Itatins. Deve ser tipo um encantamento. Onde tem um minério muito forte, então ele com a evaporação diz que ele sai. É uma luz muito forte"

AS FAZENDAS DA JURÉIA

Os moradores mais antigos chegaram a trabalhar nas fazendas que haviam espalhadas pela Juréia. Eram fazendas de banana, de caxeta e de sambaquis. Um ex-morador trabalhou nessas fazendas de sambaquis quando ainda muito jovem. Era a forma de ajudar os pais a complementar a renda:

> "Trabalhei lá no Mariano, pra cima da Cachoeira do Guilherme. Eles extraiam as casquinha, tinha um galpão grande com motores, eles moíam tuda aquelas casquinhas e transportava, dizia que era pra adubo, né, em barco pra Santos.
>
> O sambaqui, que a gente na nossa idioma chama casqueira. O sambaqui a gente diz pra acompanhá, mas na nossa língua é casqueira. É conchinha do mar, concha de ostra, aquela concha de berbigão que a gente chama, e faz aqueles montes lá...Porque que existia a casqueira?
>
> Segundo os mais velhos da gente diziam, né é que aquilo ali é do tempo do dilúvio. A água subiu, fazia aquele roda-moinho e juntou aquilo ali e ficou. E segundo estudos, que também já conversei com gente que estuda e eles diziam que era os índios que carregavam aquilo do mar, se alimentavam com a carne da casquinha e jogavam aquilo ali como fosse hoje um lixão. Até que nessa conta eu conversei com uma moça aí e nos ficamo aí em dúvida se quem estava certo era eu ou era ela, porque ela falou que era o índio, mas pelo volume de morrotes da casquinha que tinha, achava que era muita coisa pra ser índio comer tudo aquilo. A gente encontrava esqueleto junto, a gente tirava e deixava tudo de lado. Da casquinha que era peneirada saia uma substância, uma terra preta e aí a gente jogava, cobria aqueles ossos com aquilo ali. Achava mais esqueleto de gente e de peixe. Os

> morrotes chegavam a +/- 30 metros de altura, porque de diâmetro era muito mais, uns 200m2 . Aquele que eu trabalhava nela, eram 3 morrotes. A gente falava 1º, 2º e 3º. Inclusive um morrote dele, ficou mais ou menos uma terça parte dele que não foi mexido. Existe muito sambaqui ainda na região do Rio Comprido. A propriedade era de um pessoal de Santos. Depois eles foram proibido de extrair, ai...A gente trabalhava de diarista. Lá onde nós extraia dava uma base de 500/600 sacos por dia, dependendo do cara que estava no moedor. Na época não chegava a usar para a construção de casa, porque tinha que queimar e não tinha preparado para queimar. O berbigão é um marisco que dá no mar. É uma conchinha que ela acosta na praia, mas dificilmente acha um inteiro, só acosta a conchinha, é marisco que só tem no alto mar. É difícil comer porque ela só vem mortinha, só a conchinha".

Parece que a diferença entre as dificuldades do passado e as de hoje é ponderada pelos moradores pela tranqüilidade que havia antes, pela alegria, pelo prazer de ser capaz de prover sua família das suas necessidades, de lidar com a mata e com a terra sem o medo de estar sendo vigiado e do inconformismo do porque tudo ficou tão diferente, se há várias gerações seus antepassados viviam da mesma forma que eles vivem hoje e nunca que "*se acabou*" nem com a terra, nem com os bichos, nem com a mata.

5.4 A Desagregação Comunitária e a Dispersão da População

Como abordado no Capítulo 3, viviam na EEJI em 1991, um total de 365 famílias de acordo como o cadastro geral de ocupantes da SMA.

O grande salto no decréscimo populacional, deu-se a partir de meados da década de 1980 (período da ocupação da área pela NUCLEBRÁS e posterior criação da EE). Em 1992 o número de famílias caiu para 310; 55 famílias a menos, segundo tabela apresentada por Sanches (1997). No entanto, a autora questiona a informação "*uma vez que o procedimento foi distinto nos dois levantamentos e não contemplou algumas comunidades*" (p.57).

Supondo ser correta a informação dos moradores, de que em 2002, 200 famílias moram na Juréia, houve um percentual de 52,22% de famílias que migraram nos últimos 10 anos. Número este bastante significativo tendo como indicador de possíveis causas para a migração: a queda da produção agrícola, as restrições ambientais, a falta de escolas, a falta de serviço de saúde e a falta de empregos. Hoje somente algumas famílias tradicionais permanecem na área, principalmente aquelas em que seus membros são funcionários da SMA ou das prefeituras e alguns aposentados.

Tais motivos pela migração são confirmados pelos ex-moradores quando indagados pelos motivos da saída da EE. As respostas não variam muito, girando entorno da falta de

emprego que possa substituir o trabalho que realizavam antes das restrições da legislação ambiental e também por conta do abandono pelo estado e pelas prefeituras no tocante a infra-estrutura básica como escolas, limpeza de trilhas e de caminhos fluviais, disponibilização de condução (barcos), fechamento de estradas etc.

Poucos migraram para comunidades dentro da própria EE, e a grande maioria migrou para os bairros periféricos dos municípios de Iguape e Peruíbe.

PERFIL DOS BAIRROS RECEPTORES DE MIGRANTES DA JURÉIA

O **Rocio** é um bairro da periferia de Iguape, localizado do lado oposto aos bairros centrais, separados pelo Valo Grande. A travessia é feita por uma ponte e por uma passarela para pedestres. Possui uma rede urbana que cresce desordenadamente, sem infra-estrutura de calçamento, sem placas com o nome das ruas, sem numeração nas casas. A tendência é crescer mais e mais. Há vários conjuntos habitacionais populares e outros em construção. É uma área mais perigosa em termos de violência do que o núcleo central de Iguape.O bairro do Rocio sofre constantemente com os alagamentos nas épocas de chuvas. As vias públicas se transformam em lamaçais.

A **Barra do Ribeira** está no entorno da EEJI. O bairro cresceu em função do turismo. A praia da Juréia é uma das portas de entrada para a EEJI. O bairro não possui boa infra-estrutura de calçamento (somente as ruas do pequeno centro comercial são calçadas). O comércio é bem incipiente.O acesso à Barra é pela travessia da balsa. Há na região um grande número de pescadores amadores e artesanais. Alguns ex-moradores da Juréia trabalham na serraria e na confecção de artesanato de caixeta produzidos na AJJ – Associação dos Jovens da Juréia. Também vivem de pequenos trabalhos (bicos) para complementar o orçamento doméstico.

Semelhante perfil tem o bairro do **Guaraú**, porta de entrada da EEJI pelo município de Peruíbe. O bairro também vive do turismo e com infraestrutura urbana precária. Os ex-moradores da Juréia sobrevivem de pequenos bicos ou como empregados dos turistas. O acesso ao bairro é pela estrada do Guaraú. Recentemente, setembro de 2003 um grupo de ex-moradores da EEJI foram convidados a fazer uma apresentação das músicas e danças que compõem o fandango. Segundo suas falas, foi a primeira vez que eles apresentaram suas tradições culturais para o público.

Há ex-moradores espalhados por outros bairros das cidades de Iguape e Peruíbe, como também em outras cidades como Itanhaém e Santos, mas em menor número.

A maioria também fala da enorme saudade de viver no sítio, do contato com a natureza, da tranqüilidade da vida na Juréia e dos amigos e parentes que ficaram. Na fala dos moradores há um sentimento comum de saudade dos que se foram, dos encontros sociais nas festas e

nos cultos religiosos, na movimentação de pessoas transitando pelos rios e no quanto hoje se sentem solitários, sem o acolhimento do grupo social e familiar que se dispersou.

Seus depoimentos carregam um sentimento de tristeza e de impotência frente aos problemas da EE como, por exemplo, a extração ilegal do palmito. Os moradores são severamente proibidos e punidos de praticar a coleta, porém como não há quase moradores e funcionários da SMA para fazer a fiscalização, os "clandestinos" dilapidam o patrimônio natural da Juréia, ou seja, dilapidam o patrimônio dos moradores.

> "Mas só tem uma coisa que eu queria falar, que o governo não ta sabendo que eles tiram morador que não pode sobreviver lá dentro, não pode cortar palmito, não pode tirar palmito, não pode fazer nada, mas os de fora pode entrar e tirar tudo o palmito que tem lá dentro, e os guarda ficam tudo dentro de uma casinha cercada de tela por causa do mosquito, e não vão no mato vê o que aconteceu. Porque lá no meu terreno, onde eu morava, tinha acho que uns 100 m em volta da casa, que ninguém tirava palmito, nem pra comer, tirava fora, né. Agora você vai lá você não acha um palmito, eu fui lá na minha casa e não tem um palmito, quem foi que tirou, cadê os guarda-parques, que é que tão fazendo. Cadê os guardas da Juréia?!?!?!" Depoimento colhido na mesa redonda com ex-moradores da EEJI, Curso de Difusão "Etnoconservação da Biodiversidade", em 01/05/2003

Eles se ressentem da devassa dos palmitais, é como se alguém entrasse em nosso jardim e cortasse todas as flores cultivadas há anos pelos membros de nossa família. Eles se ressentem da solidão, dos dias e dias que passam sem notícias dos parentes ou amigos.

Um morador diz que acha difícil os filhos seguirem seu modo de vida, por dois motivos: ou porque alguns jovens não têm mais interesse nesse trabalho, ou porque eles serão reprimidos pela legislação ambiental:

> "Não fazem mais, a mocidade hoje em dia não faz mais. Até que eles pode ter vontade de fazê, mas só que hoje em dia e lei que está não existe mais lei pra faze isso daí. Pega um moleque meu, qualquer moleque desses ai, roçá um alqueire de mata, nunca mais que ele vai saí da cadeia. É verdade o que eu tô dizendo. Vem uma multa aí que é capaz de levarem ele amarrado".

Em julho de 2002, segundo dados fornecidos por um dos entrevistados, o corte ilegal do palmito obedecia a seguinte tabela de preços: pela dúzia cortada o atravessador pagava R$12,00[3]; esse atravessador I "industrializa" e vende a dúzia a um intermediário por R$20,00; este repassa para o atravessador II que vende para uma indústria legalizada selar o produto por R$30,00 ou R$35,00. O produto é vendido no comércio por R$60,00.

Afora os palmiteiros clandestinos, o corte ilegal do palmito acaba sendo o caminho escolhido por algumas pessoas da região. É um ciclo vicioso: ou a pessoa não vive daquilo e fica super

[3] US$1,00 (dólar) = R$2,93 (reais) em 12/12/2003

mal, em situação cada vez mais de pobreza, de falta de alimento, de falta de tudo, ou eles acabam partindo para a ilegalidade e sofrem do mesmo jeito com isso. A outra opção é largar tudo prá trás e viver miseravelmente nas periferias das cidades vizinhas.

Outro fator muito forte da desagregação social e da dispersão foi a contratação pela SMA de moradores para serem guarda-parques. Em termos geopolíticos essa foi uma estratégia êxitosa no objetivo de dominar o território. Segundo depoimentos dos moradores, essas contratações representaram uma "bomba" nas relações sociais, e intrafamiliares:

> "O próprio empregado, um que tá lá, hoje em dia na Cachoeira do Guilherme, se a senhora chegá lá, ele dá uma de bunito, de bom, não é? Eu não tô falando mal, eu tô falando a verdade, que a gente de falá a verdade não fala, dá uma de bom prá senhora, não esqueça que ele é o maior traidor nosso, a gente saiu mais por causa dele lá, eu falei prô pai dele que é meu compadre, eu mais saí por causa dele de lá... e minha família... e sofri mulhé, eu sofri aqui, bem sofrido rapaz, agora que tô fazendo um barraquinho, um barraco, não posso dizê que é casa né, eles conhece né, ... tudo sofrimento né, que num carecia, nos meus terreno lá num carecia, passava por lá, vê minha casinha lá, beira de cachoeira, a senhora saí alí e já mata um negócio prás criança comê, lá no rio, já mata um bichinho pras família comê, aqui, hoje em dia, as vezes tem vezes que a pessoa tem que comê um arroz com feijão porque não pode comê um peixe ou a carne, não tem com que...
>
> Ah... se tivesse fazendo uma benfeitoria ali pra o uso de casa eles iam dá na porta da gente, quando a gente via eles tava em cima da gente... os guarda dava em cima né, dando parte, a florestal chegava... prendia... vinham em cima multava o sujeito né ameaçavam... a pessoa era obrigada a parar com aquilo né... Eu fui tirá uma canoa um dia... por que não tinha no que viajá né... canoa é caro... aí o Pradel... era o guarda lá né, foi lá, chegou a florestal, prenderam, levaram a canoa prá Peruíbe, presa, depois trouxeram, sempre vivia nisso né, então vai aborrecendo a gente aquilo né... eu falei pros meus filho, melhor a gente sair".

Algumas pessoas da Juréia têm plena consciência do motivo que levou a SMA a oferecer trabalho para os moradores, e eles falam para quem quiser ouvir, sem medo algum, algumas vezes eles até pedem para citar o nome da pessoa que eles estão denunciando.

> "Mas contrataram por que? Porque os pessoal da comunidade começaram a se revoltar e ir contra eles. Tinha uma senhora lá, a Carminha, que era esposa do Roso, que era mudo, aquela mulher ia nas reunião e ela falava, acabava com eles que ela precisava disso, daquilo que eles tinha que dar...o que eles fizeram: contrataram ela. Colocaram ela de guarda-parque, duas semanas ela... não falou mais nada. Ah porque daí tinha que preservá, não tinha que fazê isso tudo mesmo, porque agora ela entendia porque. Depois deu uma parada, uma acalmada, começou a virar contra já, o pessoal de lá virar contra nós que tava lutando a favor dos moradores, eles pegaram (a SMA) e meteram um "pé na bunda" de todos eles. O Ciro, a Carmem e tiraram todo mundo e deixaram mesmo sem nada e foram obrigado a ir embora, aí não tinham roça, não plantaram mais porque tinha o dinheiro do governo, não tinham o que comê mais foram obrigado a ir embora também. Então o que eles fizeram foi prá esse povo não brigar contra eles.

Obviamente que não interessava contratar qualquer morador, o alvo foram as lideranças, os cabeças do movimento dos moradores. Um dos principais líderes conta como outras pessoas foram "seduzidas" pelo emprego no governo:

> "...aí esse cara foi pra Assembléia, falou assim que o meio de transporte dele era a canoa, que os filhos tavam passando fome, que ele precisa sobreviver, falou um monte de coisa. Na semana seguinte ele veio falar comigo e disse: oh, o Ítalo foi lá em casa, o Ítalo era o administrador da EE, e ele me ofereceu um trabalho de guarda-parque e tal... o que é que eu faço? Eu falei, você que sabe, você é que está numa situação difícil, acho que você pega, mas é...pegue para ajudar a comunidade, não pegue só pra você pegue pensando nos outros, porque eu sabia que era pra calar a boca dele, né? E aí na outra semana o Ítalo foi e deu emprego prá ele, deu emprego prô Laércio, deu emprego prá Carmem, virou tudo guarda-parque. Uma semana depois, de novo eu voltei lá pra fazer uma reunião com eles, tudo esse pessoal que era guarda-parque já não falou mais comigo, e aí ficava muito claro pra mim o que tava acontecendo – as pessoas sendo manipuladas".

Apesar dos líderes terem sido contratados como guarda-parques, algumas lideranças não foram sequer convidadas, ao contrário, foram veementemente pressionadas a deixarem a EEJI.

Outro ex-morador contou que foi muito perseguido pelos guarda-parques e pela administração da estação ecológica. Julgo essa passagem importante para a compreensão do que representou a criação da EEJI para a população local. Não foi um depoimento gravado, apesar desse ex-morador já ter feito até um vídeo de seu depoimento, inclusive já exibido em eventos em Iguape e na Ilha Comprida.

> "Os guarda-parques disseram que iam vigiar ele. Ele conta que um dia vinha voltado da roça com a enxada e um pedaço de pau, de repente levou um chute por trás de 3 florestais que estavam escondidos no caminho esperando por ele. Caiu sem saber muito o que estava acontecendo. Foi no dia 7 de setembro de 1989. Ele não conseguia engolir aquilo. Tinha vontade de partir pra cima deles, mas tinha família. Ficava sem dormir pensando o que fazer. Resolveu então levar a mulher e as filhas para a casa do sogro e sair da Juréia à procura de emprego. Em 1990 foi tomar conta de um sítio bem próximo de onde mora hoje. Depois de um mês empregado voltou para o Guilherme para buscar a família. Ele foi se despedir de seu Sátiro que lhe desejou boa sorte, que Deus o acompanhasse e que ele achava que muitas famílias iam acabar fazendo o mesmo que ele, sair da Juréia. As pessoas não acreditavam que ele não iria voltar mais, mas ele não voltou! De caminho para a cidade parou em suas terras, colheu 11 sacos de arroz um pouco de farinha e foi embora. Disse que muitos que não pensaram na família ficaram, quem pensou saiu. Alguns estavam com a vida acomodada, como aqueles que eram funcionários da SMA. Muitos nem mais faziam a roça. Não há mais nada no Guilherme porque eles não plantaram mais, e perdeu-se esse modo de ganhar a vida. Nem salsinha para temperar a comida eles têm. Não passou para a geração dos filhos. Ficou tão ressentido que só retornou a Juréia e a Cachoeira do Guilherme em dezembro de 2002 para conhecer a Escola Caiçara na Juréia onde sua filha é professora".

Durante meu trabalho de campo pesquisei, com base no levantamento realizado pelo SMA no Cadastro Geral de Ocupantes de 1991, onde vivem atualmente os moradores tradicionais cadastrados em 1991. No entanto, muitas pessoas nasceram na Juréia mas saíram de lá antes do cadastramento de 91. Outras eram muito jovens ou moravam com suas famílias e o levantamento não cadastrou os filhos casados que viviam com os pais. Apesar de incompleto, este levantamento nos fornece uma base para mapear onde estão morando atualmente essas pessoas. (Anexo 2)

Das 145 famílias tradicionais localizadas em 1990, não foi possível conseguir a localização atual de 27 delas. Das 118 famílias restantes, 46 permaneceram nos seus bairros de origem ou se mudaram para bairros dentro da própria EEJI. Dentre essas famílias a maior parte delas são originárias dos bairros do Despraiado e Vila Barra do Una. Segundo informação dos entrevistados, esses bairros sofreram menos pressão por parte da fiscalização ambiental. Efetivamente deixaram a estação ecológica um percentual de 61% famílias.

As falas dos entrevistados (moradores e ex-moradores) são bem parecidas. Eles sempre falam que está pior viver na cidade que no sítio.

> "O mais que fez essa ameaça, essa situação do povo foi essa lei, essa ecologia, que acabou com tudo. Eu conheço muito amigo meu no Rocio, que vive lá às vezes passando apertado. O sítio deles tá por aí, mas tiveram que saí por necessidade mesmo, que hoje prá vivê na cidade não é fácil. Eu mesmo tenho minha gente lá. Tão na cidade, se tão armoçando num tão jantando. Não tá fácil, o aperto tá em toda a parte. Mais ainda acho que lá tá mais difícil que aqui. Lá sente o cheiro da comida mas não pode comprar. Aqui não, tem uma banana, tem um peixe, tem uma farinha, ele quebra o galho. Não compra nem água, lenha nada dessas coisas". Morador

Sobre esta fala, um outro morador pondera que apesar de ter o que comer, precisam de algum dinheiro para uma emergência, um remédio...

> "Mas não tem o que ganhá. Se precisá de um remédio, uma coisa assim já não tem da onde tirar. Se a gente precisasse só da comida tudo bem, mas não. Tem que vesti, tem que calçar".

Os ex-moradores enfrentam problemas com os filhos que acabam convivendo em um ambiente de violência e drogas, totalmente "inimaginável" pelo pessoal da Juréia. Eles saíram da estação ecológica em busca de escolas para os filhos, e em alguns bairros (como o bairro do Rocio, em Iguape), essas escolas são os focos da violência e da criminalidade:

> "Olhe, um pouco pode até viver melhor, mas tem muitos que não vive melhor não. Pelo menos eu que moro na Barra com meus filhos, não vivo melhor do que vivia na Juréia. Tem muitos que eu conheço lá do Rio das Pedras, lá do Aguapeuzinho que tão no Rocio, que tem muito rapaz que entrou na droga".

A grande maioria dos que saíram trabalham fazendo pequenos bicos, como caseiros, empregadas domésticas e poucos têm um emprego regular como funcionário público ou no comércio.

> "Faz 13 anos que tô aqui na Barra, mas a gente tem casa lá, a gente cuida lá, a gente tá aqui por causa da escola, não tinha escola...foi saindo todo mundo não tinha mais escola e aí a gente foi obrigado a sair também, porque ia ficá sem as crianças estudar e sem serviço, acabando tudo, acabando a comida porque não podia planta foi acabando, se não planta um ano, no outro ano não tem e aí fica difícil, por isso nós tivemos que sair.
>
> Vim direto prá Barra, morei numa casa cercada de telha e coberta de telha, a parede da casa era telha, aquela telha fininha. Meu filho pegou pneumonia, ficou internado acho que mais de duas semanas, nossa! Mas o que eu tenho pastado depois que vim pra cá, e lá não né. E hoje eu trabalho aqui na marcenaria, melhorou – consegui fazer um barraco prá mim e ainda graças a Deus que os turistas me deu casa prá eu trabalhar, tenho 9 casas que eu cuido e trabalho aqui na marcenaria e a gente tá vivendo melhor, mais desde que vim prá cá eu sofri. Meu marido até hoje ele não tem trabalho. Ele trabalha assim de fazer bico, fez portão, faz telhado, faz porta, coisa assim só. Não conseguiu trabalho de jeito nenhum. Mais quem trabalha lá em casa prô nosso sustento sou eu". Ex-moradora

Um morador também comentou que o governo podia liberar qualquer tipo de trabalho. Eles não têm preferência, o que importa é poder trabalhar no sítio e conseguir viver desse trabalho:

> "Podia ter um trabalho. Podia ser palmito, podia ser caxeta, podia ser planta, podia ser o que for, mas bota um trabalho. Qualquer coisa que desse para o povo ganha tá tudo bom. Meu filho falou que se tivesse um ganho de R$150,00[4] ele voltava, porque não se acostuma lá (ele mora no Guaraú) e ele ganha R$300,00 lá de caseiro. O governo deixa matar a gente de fome porque não podemo trabalhar".

Apesar da vida difícil na cidade, os mais idosos continuam na eminência de deixar a Juréia. Já sentem dificuldade em dar conta do trabalho pesado do sítio, de carregar quilos e quilos de compras nas costas todos os meses. Se a situação fosse outra eles poderiam contar com a família (filhos, netos, sobrinhos) para ajudar, mas essa possibilidade não mais existe com a dispersão das famílias. Mesmo contra vontade, os mais velhos estão achando que não vai lhes restar outra saída.

5.5 Ecos do Futuro

Fazer prognósticos de como será o futuro dos moradores e da Estação Ecológica Juréia-Itatins não é muito fácil. A julgar pelos depoimentos, a descrença em um futuro melhor é completa. A sensação quando se conversa com as pessoas da Juréia, é a de que elas acham

[4] US$1,00 (dólar) = R$2,93 (reais) em 12/12/2003

que sua situação tende a piorar, mas não dispõe de mais energia para ao menos tentar lutar por seus direitos.

Passados 17 anos da criação da estação ecológica, as pessoas ainda perguntam "com desconfiança" quais as reais intenções do governo e dos ambientalistas em criar a unidade de conservação. No depoimento de uma ex-moradora do Rio Verde, podemos notar sua indignação e a incompreensão do porque eles estão sendo tão maltratados:

> "Que vai acontecer? É que vai mudar a lei, eles conseguem mudar a lei e vão fazer melhores prédios, melhores coisas prá eles viverem lá tranqüilo, prá eles tirar férias, eu acho isso. Que mais que eles vão fazer lá. Pode até ficar aquela mata, mas que eles vão tirar as férias deles ali vão. Eles não vão deixar a toa assim, se acha que é a toa que eles tão brigando só prá ficar uma reserva, criar bicho lá? Prá melhorar o quer podia fazê era voltar todo mundo, na louca mesmo, eu penso assim, mas ninguém quer fazê, eu penso assim, mas tem um medo esse povo! Dava na louca cada um fazia uma casa, corta madeira vai preso, vou preso, mas continuo trabalhando. "Vai prá cadeia" – Vou! Pode ponhá todo mundo ma cadeia. Fosse umas 15 famílias, iam por essas família a onde na cadeia? tem cadeia prá todo mundo? Eu queria isso, mas todo mundo tem medo".

Apesar das pessoas estarem cansadas e sem esperança, algumas iniciativas nos últimos três anos, fez surgir uma chama de esperança de que algumas coisas mudem para melhor. São elas a criação da Escola Caiçara da Juréia (ECJ), a formação do Conselho Consultivo da EEJI e a retomada da luta dos moradores para alterar a categoria da UC para Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

A. Escola Caiçara da Juréia

Moradores, ex-moradores e lideranças locais, que avaliaram que somente uma escola dentro da EE, uma escola caiçara, poderia manter acesas as tradições dos moradores e conseguir atrair alguns daqueles que saíram através de um núcleo educacional e cultural que agregue a sua volta famílias interias (pais, filhos, avós...) em torno de um objetivo comum: retomar um pouco da vida que havia na Juréia antes da "chegada da Nuclebrás e da ecologia".

Como já citado anteriormente, um dos motivos da migração para áreas urbanas do entorno da Juréia, foi a falta de escola para as crianças. A reivindicação é antiga: há 15 anos os moradores lutam por uma escola na Juréia que possibilite a permanência deles na EEJI.

Este anseio dos moradores e daqueles que migraram tomou novo fôlego, mais precisamente a partir de 1º de fevereiro de 2001, encabeçado pela Associação dos Jovens da Juréia (AJJ). A comunidade avaliou na ocasião que a escola é uma das últimas tentativas de manter os moradores na Estação Ecológica.

Foram feitas algumas reuniões com os moradores para mapear suas expectativas sobre como deveria ser essa escola caiçara, em que lugar, o que ensinar, estratégias para sua manutenção etc. A maior delas, com a presença de 56 pessoas da comunidade realizada no Grajaúna, serviu para elaborar o projeto preliminar da escola.

A comunidade decidiu que a escola seria construída na Cachoeira do Guilherme por ser um ponto central da estação, e por ser considerada uma comunidade totalmente tradicional e o centro das práticas culturais e religiosas mais respeitadas de todas a Juréia.

Figura 26 – Inauguração da Escola Caiçara da Juréia
30/08/2002

O próximo passo foi convidar instituições que são comprometidas com as lutas dos moradores de Unidades de Conservação para tomarem parte do projeto como parceiras, assessorando o projeto através de consultorias, doações, prestação de serviços, etc.

A escola funciona em regime de semi-internato (15 dias na escola; 4 de descanso em casa). Os pais esperam que as crianças recebam formação e capacitação, e que os próprios pais possam ser seus professores em temas ligados as atividades desenvolvidas dentro da cultura caiçara. O projeto pedagógico está sendo planejado por uma pedagoga da Unicamp e por uma educadora com larga experiência educacional no Vale do Ribeira.

Perguntado aos moradores o que mais gostariam que fosse ensinado na escola, as respostas foram aprender tudo sobre:

- Horta
- Roça
- Fabricação de farinha
- Andar no mato
- Navegar no rio
- Lidar com a madeira
- Conhecer plantas
- Aprender a fazer e a tocar instrumentos
- Plantio de arroz...mas com manejo adequado
- Deixar o aluno empolgado para mais um dia de aula.
- Valorizar as coisas simples da comunidade e incluir isso no processo educativo
- Fazer a interação entre quem está na Juréia e quem é da cidade. Aprender as manifestações culturais locais para não acabar: fandango, folia de reis, modas.

Figura 27 – Filhos de ex-moradores que moram na Barra do Ribeira
30/08/2002

Aprender o funcionamento das coisas da cidade: instrumental tecnológico, metrô, elevador, máquina fotográfica, computador, telefone, escada rolante etc.

"As crianças não estão aprendendo as coisas que tem na Juréia. Vão para a cidade e perdem o contato com o lugar" (depoimento de morador).

Após um longo processo de discussão e apresentação do projeto para a delegacia estadual de ensino e o Instituto Florestal e sua equipe de Parques e Reservas, todos sem exceção reconheceram o mérito projeto, sem que isso significasse apoio efetivo ou licença para tocar o projeto com o respaldo legal do IF.

Importante vitória foi conseguir que a prefeitura de Iguape criasse uma escola municipal de ensino fundamental com contratação de professora (nascida e criada na Juréia), merenda, material escolar, etc.

Figura 28 – Centro Espírita após reforma para ser usado como sala de aula provisoriamente
Agosto/2002

Devido o silêncio dos órgãos administrativos responsáveis, no início de 2002, a comunidade optou por tocar adiante o projeto sem iniciar uma nova construção na Estação Ecológica, porém reformando o Centro Espírita São Miguel Arcanjo e transformando-o numa sala de aula provisória.

Finalmente depois de enorme esforço o sonho começou a se tornar real: o início das aulas aconteceu em dia 12 de agosto de 2002, com quatro alunos de 1ª a 4 ª série.

No início de 2003 o funcionamento da escola esteve ameaçado já que a Secretaria de Educação do município de Iguape estava empenhada em fechar a escola, que agora tinha somente dois alunos matriculado de 1ª a 4 ª série. Depois de várias reuniões o prefeito manteve a escola aberta por pelo menos até o final de 2003. Em paralelo, os apoiadores da escola e a comunidade se mobilizaram para conseguir a implantação de uma sala de aula de

5ª a 8ª série, cuja demanda era de 12 alunos. Foi feito um plano pedagógico adaptado as necessidades da Escola Caiçara que depois de meses de análise na Secretaria Estadual de Educação não obteve aprovação devido ao número reduzido de alunos. A secretaria deu a opção de implantação de uma Tele-Sala de Aula que funciona com um professor-monitor e o conteúdo das disciplinas é passado aos alunos através de vídeos e livros.

Figura 29 – Sala de aula
Agosto/2003

No mesmo período o Instituto de Energia e Eletrotécnica da USP em parceria com o NUPAUB-USP, instalou um sistema de geração de energia elétrica através de placas foto-voltáicas e baterias, que operam em 110V. A partir desse momento foi possível dar início às tele-aulas com seis alunos.

Três desses alunos moravam no bairro do Rocio em Iguape e foram para a ECJ por força dos pais. Período de adaptação foi difícil, mas passados seis meses, eles não somente estão felizes de estarem morando na Cachoeira do Guilherme, como querem que a Escola Caiçara atenda também o ensino médio. Foi uma grata transformação, o que nos dá indícios de que os jovens acabam se identificando com suas origens e tradições, mesmo tendo passado por outras experiências.

Outras crianças e jovens gostariam de se mudar para a Escola, mas os pais ainda não se dispuseram a enviar as crianças sem que eles possam acompanhá-las.

> "Olha se mudasse a lei né, a gente queria que mudasse prá Desenvolvimento Sustentável, aí a gente voltava prá lá. A gente pode plantá, trabalhá como a gente trabalhava, mais sossegado mais tranqüilo. E a gente quer ver como vai ficar essa escola do Guilherme, prá pode tirar eles daqui e mudá lá prá escola. Meu marido não quer mandar o menino sozinho".

Figura 30 – Moda de viola no início de uma reunião da ECJ
Setembro/2003

Manter a escola em funcionamento tem sido muito difícil pela falta de vontade política dos órgãos responsáveis pela educação no município, pela falta de recursos financeiros e de recursos humanos. Na verdade ela sobrevive pela garra de alunos, professores, pessoas da comunidade e do coordenador do projeto que literalmente chegou a carregar partes do material para reforma da escola nas costas.

À parte todo esforço, várias famílias não se sentem seguras em colocar seus filhos na escola por enquanto, querem esperar “ela se firmar”. O que parece que não está claro para esses pais é que a escola só vai crescer quando eles acreditarem no projeto e enviarem seus filhos.

Ao redor da escola há também discordâncias quanto a condução do projeto. Muitas pessoas não aceitam a liderança do coordenador do projeto, no entanto, eles têm dificuldades de falar o que pensam e o que querem. Mas até isso tem se alterado desde o início da escola. Na última reunião em que participei da ECJ, pessoas que nunca expõem sua opinião falaram, marcaram suas posições. Tal fato é muito positivo e pode-se dizer que é fruto do aumento do convívio social, da possibilidade de troca de idéias, de informações. Antes da instalação da escola, a comunidade do Guilherme (se resume a três famílias) vivia muito isolada.

Espera-se que a Escola Caiçara da Juréia permaneça em atividade, espera-se que ela amplie suas atividades culturais, que possa reunir novamente as pessoas da Juréia para praticar suas tradições.

Figura 31 - Participação da comunidade, alunos, pais, professores e entidades apoiadoras da Escola Caiçara da Juréia

Dezembro de 2002

B. Conselho consultivo da EEJI

A EEJI ainda não tem um Plano de Gestão Ambiental da unidade, e tão pouco um plano de manejo. Em junho de 2002 aconteceu a primeira de uma série de reuniões regionais para

montar um Conselho Consultivo para a Estação Ecológica Juréia-Itatins. Muito pouco para quem já atingiu a adolescência - 17 anos já se passaram desde sua criação. Há mais a dizer: a implantação do Conselho Consultivo está saindo do papel porque consta da lei do SNUC e porque só as UC's que tiverem seus conselhos estarão credenciadas a receber financiamentos externos.

Após várias reuniões para se escolher os representantes de cada setor da sociedade civil interessada em participar, finalmente no segundo semestre de 2003 o estatuto e o regimento interno conseguiram ser votados e aprovados.

Apesar de o conselho ser somente consultivo, ele representa um avanço. Pessoas de diferentes posições políticas com referência a presença de moradores estão conseguindo sentar na mesma mesa e conversar.

C. Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)

A partir da constituição do Conselho Consultivo, as lideranças da Juréia, apoiadas por ONG's e pesquisadores da USP e UNICAMP têm se articulado para propor a mudança de categoria de Estação Ecológica para Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Penso ser este o único caminho para realmente reverter o processo de evasão da população da Juréia e também de proporcionar o retorno dos ex-moradores. Somente a mudança de categoria vai possibilitar estabilidade e emprego para essas pessoas.

Em 2002, um grupo de alunos do curso de graduação de Engenharia Florestal da ESALQ-USP, coordenados pelo Profº Dr. Virgílio Viana, mapearam a comunidade da Cachoeira do Guilherme com o objetivo de levantar as potencialidades para a produção agroflorestal. Foi um estudo preliminar para identificar atividades e áreas passíveis de serem manejadas sem prejuízo para a conservação ambiental.

A mudança de categoria é uma luta grande que vai requerer recursos financeiros, equipes de pesquisadores para a realização de estudos profundos, além do envolvimento de autoridades como prefeitos, vereadores, deputados, governador, advogados, etc.

Não será um processo nem fácil nem tão pouco rápido, mas certamente é algo concreto, que restabelecerá o direito dos caiçaras da Juréia ao uso dos recursos dentro do seu saber tradicional, aliado a novas tecnologias e orientação técnica permanente para melhor manejar o ambiente.

Como muito bem colocado por Begossi (2001), é preciso muita organização para formar uma RDS ou uma RESEX. Em seu trabalho sobre caboclos da Amazônia e caiçaras da Mata Atlântica, a autora chama a atenção para o fato dos caboclos terem uma tradição de organização em virtude dos sistemas de exploração da seringa. Por outro lado as organizações caiçaras quando existem são muito recentes. Outro fator apontado por Begossi para a fraca organização caiçara é a forte influência do turismo e das doutrinas pentecostais.

> "A criação de mecanismos similares a reservas extrativistas na floresta atlântica dependerá de passos preliminares voltados ao fortalecimento institucional dos caiçaras quanto ao manejo dos recursos naturais. Resex são, na realidade, um mecanismo voltado à legalização de um sistema local de manejo já existente na área". (Begossi, 2001:231)

Será necessário que as atuais lideranças consigam conquistar a confiança de todos aqueles que foram afetados pela criação da estação ecológica. E mais importante – que a população legitime essas lideranças. Acredito que enquanto a tônica for de divergências ao invés de convergência de idéias e ações pensando num bem maior e não somente nos desafetos pessoais, isso sim será um impedimento para a mudança de categoria.

Se os próprios interessados não conseguirem mostrar que serão capazes de formar uma nova organização social sustentável nos aspectos ambiental e cultural, será muito difícil convencer aquelas autoridades que podem, efetivamente, influenciar para a mudança de categoria da EEJI.

Esta é uma reivindicação muito justa, há uma dívida com os moradores das Unidades de Conservação, mas isso não basta, será preciso um grande esforço dessas pessoas afetadas pela criação das UC's de proteção integral.

Minha dúvida é se após anos e anos de muitas lutas e poucas conquistas, de perda da auto estima positiva, perda da dignidade, violências e pressões contínuas sofridas da parte dos administradores, guarda-parques, polícia florestal...quais serão os danos "não visíveis" que poderão dificultar a disposição para mais uma luta?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem conhecida no meio acadêmico a expressão “Vale do Ribeira – cemitério de teses”. Isso demonstra, que apesar da comunidade acadêmica dedicar parte de seus estudos e sua atenção ao Vale, tal fato ainda não se traduziu em resultados concretos que mudem a realidade cotidiana de seus moradores, ou seja, tais estudos não se converteram na maioria das vezes em políticas públicas. A vocação agrícola do Vale não está sendo tratada com a devida seriedade, tampouco a compatibilização entre pequenos produtores, turismo, populações tradicionais e áreas naturais protegidas.

O Vale do Ribeira deveria ser uma região privilegiada por localizar-se geográfica e economicamente entre duas das mais importantes capitais (São Paulo e Curitiba), no entanto, não conseguiu ainda se livrar da pecha de região mais carente do Estado de São Paulo. Há mais fragilidade no Vale do Ribeira do que aquela presente em seus ecossistemas, há também uma fragilidade social, política e econômica.

Nesse contexto de fragilidades do Vale do Ribeira é que se situa a Estação Ecológica Juréia-Itatins - EEJI. Considero a EEJI um exemplo de Unidade de Conservação, um exemplo que deve ser analisado, discutido, refletido, porém não seguido.

A criação de novas Unidades de Conservação deve ter como premissa básica um amplo e transparente processo de discussão entre as partes interessadas ou afetadas pela sua criação. Não podemos continuar a criar UC’s altamente restritivas em áreas habitadas, sem que haja um “estudo de impacto sócio-cultural”. Precisamos mudar nosso “pré” conceito, fruto de nosso imaginário urbano de que “por definição, todo Homem é destruidor, incapaz de viver em harmonia com o meio natural” e partirmos para estudos profundos sobre o tema.

Não temos o direito de privar um SER HUMANO de condições mínimas para manutenção de sua vida, e nem de impor-lhes restrições e sanções sem que algo lhe seja colocado no lugar. Para além da preservação da biodiversidade, precisamos pensar em alternativas para a preservação da sócio-diversidade. Não há valores diferenciados entre elas, uma depende da outra para sua perpetuação. É hora de falarmos cada vez mais em sócio-bio-diversidade. Em reuniões científicas, nas universidades, nos órgãos ambientais, nos órgãos culturais, nas unidades de conservação e nas comunidades tradicionais.

Uma mudança de paradigma é essencial para revertermos o triste quadro da preservação ambiental no Brasil na forma de UC’s de proteção integral.

Além das inconsistências jurídicas já apontadas no SNUC, no Capítulo 4, a legislação ambiental brasileira falha ao prescrever punições apenas para o poluidor, ou para o devastador. Falta em nossa legislação leis que punam, por exemplo, os impactos sofridos pelas pessoas afetadas pela criação das UC's. Por que não exigir dos órgãos interessados em criar novas UC's um Estudo de Impacto Cultural – EIC? E porque não exigir estudos meticulosos e detalhados a exemplo dos empreendidos pelo IBAMA quando da necessidade de realocação de fauna para quando se pensar em realocar pessoas? Por que não criarmos a lei dos crimes sócio-culturais a exemplo da lei dos crimes ambientais?

As grandes empresas em desacordo com a legislação ambiental são chamadas a dar conta de seus atos e conseguem negociar a continuidade de suas atividades através de instrumentos legais para sua adequação como o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta. Na prática esse instrumento representa uma "segunda chance" para se ajustar às normas e exigências legais. Por que os moradores das UC's não dispõem de instrumentos legais semelhantes? Se suas atividades são consideradas danosas ao ambiente, porque a eles não é dado o direito de se defender, de negociar de ajustar sua conduta?

É preciso que equipes integradas por profissionais de diversas áreas do conhecimento, técnicos e membros das comunidades tradicionais empreendam estudos para analisar se o modo de vida deles afeta a sanidade do ambiente. Se um estudo desse porte for levado avante, talvez consigamos sair do impasse: há compatibilidade entre os modos tradicionais de uso e a conservação dos recursos naturais?

A dissertação de mestrado de Monteiro (2002) aponta como efeitos indiretos da criação da EEJI, três fatores principais: (1) mudanças na reprodução social do grupo (2) mudança na organização social e política do grupo (3) mudança no campo simbólico.

Respondendo a questão chave deste trabalho, a transformação da Juréia em Estação Ecológica acarretou sim profundas transformações na ocupação do território pertencente às comunidades que juntas somaram 79.230 ha da área protegida. Houve também profundas alterações na organização social, política, econômica, cultural e familiar dos moradores e de suas famílias. As relações de confiança, de cooperação, de reciprocidade foram maculadas. Se tivéssemos que valorar essa gama de perdas, a que cifras chegaríamos?

Nota-se nos últimos anos uma abertura maior para discutir a questão da presença de populações com modos de vida diferenciados das populações urbanas em áreas protegidas. Espero que o caso da Estação Ecológica Juréia-Itatins possa contribuir para essa discussão, e que não percamos a oportunidade de aprender e buscar novas formas de compatibilizar o

direito legítimo de conservar o ambiente saudável para as futuras gerações, com o direito legítimo de manter a riqueza sócio-cultural dos povos tradicionais. Afinal como diz a canção,

"...a lição já sabemos de cor, só nos resta aprender".

BIBLIOGRAFIA CITADA E DE REFERÊNCIA

AB'SABER, Aziz N. Potencialidades Paisagísticas Brasileiras. In *Geomorfologia 55.* São Paulo: Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, 1997, 27p.

ADAMS, Cristina. *Caiçaras na Mata Atlântica: Pesquisa Científica versus Planejamento e Gestão Ambiental*. São Paulo: Annablume/FAPESP. 2000, 336p.

AJARA, César. A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental. In: MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann (Orgs.) *Geografia e Questão Ambiental no Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE – Deptº de Geografia, 1993, p. 9-11.

AJARA, César. A dimensão tecnológica na organização do território. In: MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann (Orgs.) *Geografia e Questão Ambiental no Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE – Deptº de Geografia, 1993, p. 133-136

ALMEIDA, Antonio Paulino de. O Ribeira de Iguape. In: *Revista do Arquivo Municipal*, ano X. v. CII. São Paulo, abril-maio, 1945, p. 27-105.

AMARAL, Eduardo Antonio R. *Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no P.E. da Serra do Tabuleiro*. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998

ÂNGELO, Sueli e SAMPAIO, Plínio de A. Políticas públicas, agricultura e desmatamento no vale do rio Ribeira de Iguape. In: *Políticas públicas, agricultura e desmatamento no Brasil – Estudo de Caso nº 5*. Instituto de Pesquisas Ambientais, 1995, 79p.

ÂNGELO, Sueli.. Picinguaba: Três décadas numa vila de pescadores do litoral norte de Estado de São Paulo. In: *Boletim Paulista Geografia.* São Paulo: AGB, nº 69, 1990, p. 61-73.

ANDRIETA, Antonio Joaquim. O Vale do Ribeira: realidades locais de seu desenvolvimento. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, v.32, n.1, jan. 2002.

ARRUDA, Rinaldo S.V. "Populações Tradicionais" e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.*, São Paulo: Ed.Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p.273-290.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/SP. *Lei nº 5.649, de 28/04/87 (cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins),* 1987.

BARBIERI, Marília Gonçalves. Programas de Uso Público em Unidades de Conservação: uma visão sobre o Parque Estadual de Campos do Jordão. In: JACOBI, Pedro R. (Org.) *Ciência Ambiental: os desafios da interdisciplinaridade.* São Paulo: PROCAM/FAPESP/Annablume, 1999, p.249-270.

BECKER, Bertha K. e COSTA GOMES, Paulo C. da. Meio Ambiente: Matriz do Pensamento Geográfico In: VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (Orgs.) *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade*. Belém: APED e UFPa, 1993, 298p.

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 2ª Edição, São Paulo: Editora Hucitec, 1994, 178p.

BECKER, Howard S. De que lado estamos? In: *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, p.122-136.

BEGOSSI, Alpina. Resiliência e populações neotradicionais: os caiçaras (Mata Atlântica) e os caboclos (Amazônia, Brasil) In: *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum* (orgs. Antonio Carlos DIEGUES e André MOREIRA). São Paulo: NUPAUB/USP, 2001, p. 205-236.

BORN, G.C.C.; DINIZ, P.S.N.B.; ROSSI, L. *Levantamento etnofarmacológico e etnobotânico nas comunidades da Cachoeira do Guilherme e parte do Rio Comprido (sítio Rio Branco – sítio Morrete de Fora) da EEJI*, Iguape/SP. São Paulo: Mackenzie, DEPAV/SP, Instituto de Botânica/SMA, 1989.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 219p.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos.* 9º ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001, 484p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: *Repensando a Pesquisa Participante* (org. Carlos R. BRANDÃO). São Paulo: Ed. Brasiliense. 1985, p.223-252.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: *Repensando a Pesquisa Participante* (org. Carlos R. BRANDÃO). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p.7-14.

BRASIL. Secretaria Especial do Meio Ambiente (MINTER). Estação Ecológica da Juréia. In: *Notícias da Juréia* Natureza, vol. I, 1983 (mimeo)

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Brasília, DF: Senado, 2000.

BRASIL. *Decreto nº 004340 de 22 de agosto de 2002*. Regulamentação da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília, DF: Senado, 2000

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado, 1988

BRITO, Maria Cecília W. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, 230 p.

CAJKA, Frank. Antropologia ecológica: uma maneira de ver o mundo. In *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum* (org. Antonio Carlos DIEGUES/André MOREIRA). São Paulo: NUPAUB/USP, 2001, p.267-278.

CALI, Plácido. *O processo de povoamento do Litoral Sul de São Paulo: Juréia-Itatins*. Dissertação (Mestrado) Departamento de Antropologia/FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999, 269p.

CALVENTE, Maria del Carmen M.H. Ilhabela: território e turismo. In: *Ilhas e e Sociedades Insulares*. DIEGUES, Antônio Carlos S.(Org). São Paulo: NUPAUB-USP, 1997, p. 93-109.

CALVENTE, Maria del Carmen M.H. *No território do Azul-Marinho: a busca do espaço caiçara*. Dissertação (Mestrado) Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1993, 148p.

CAMPOS, Márcio D´Olne. Saber Mágico, saber empírico e outros saberes na Iha de Búzios. *In: Caminhos Cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001, 376p.

CAPOBIANCO, João Paulo R. *A região onde se situa a Juréia: o Vale do Ribeira*, 1987 (Paper)

CARDOSO, Eduardo S. *Pescadores Artesanais: Natureza, Território e Movimento Social*, Tese (Doutorado) Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, 150p.

CARDOSO, Sérgio. O olhar do viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1995,p. 347-360.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986. 179p.

CLAVAL, Paul. Campo e perspectivas da Geografia Cultural. In: *Geografia Cultural: um século (3)* (orgs. Roberto Lobato CORRÊA, Zeny ROSENDAHL). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, p. 133-196.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a Natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos* (org. Antonio Carlos DIEGUES) São Paulo: Ed.Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p.225-256.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: *Paisagem, Tempo e Cultura*. (orgs. Roberto Lobato CORRÊA, Zeny ROSENDAHL). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, p. 92-123.

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (CNRBMA). Mata Atlântica: ciência, conservação e políticas. Workshop Científico Sobre a Mata Atlântica. *Documentos Ambientais da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Caderno 15*. São Paulo, SMA. 1999, 36p.

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL. *Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação dos Biomas Floresta Atlântica e Campos Sulinos*. Documentos Preparatórios. Disponível em: <http://www.consrvation.org.br/ma/news.html> Acesso em: 18/08/99.

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL. *Global Biodiversity Hotspots.* Disponível em: <http://www.conservation.org/web/fieldact/hotspots/hotspots.htm> Acesso em: 08/09/99.

CORDELL, John. Marginalidade Social e apropriação territorial marítima na Bahia. In *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum* (org. Antonio Carlos Diegues/André Moreira). São Paulo: NUPAUB/USP, 2001, p.139-160.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto, (Série Repensando a Geografia), 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. In: *Espaço e cultura* – Ano 1, n° 1. Rio de Janeiro: NEPEC, outubro de 1995, p. 1-21.

CUNHA, Lúcia Helena de O. *Reserva extrativista em áreas úmidas: uma alternativa de produção e conservação da natureza*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1993 (paper)

CUNHA, Lucia Helena de O. *Conhecimento e práticas tradicionais*. Texto apresentado no ciclo de Seminários Interdisciplinares: Paisagem e Cultura Caiçara (NUPAUB/USP), 2001

CUNHA, Lucia Helena de O.; ROUGEULLE, Marie Dominique. Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos:o caso de Guaraqueçaba (Paraná). In: *Estudo de Caso nº2.* São Paulo: PPCAUB/IOUSP/F.FORD/IUCN, 1989, 78p. + anexos.

DESCOLA, Phillipe. Ecologia e Cosmologia. In: CASTRO, Edna e PINTON, Florence (orgs.). *Faces do Trópico Úmido.* Belém: CEJUSP, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: NUPAUB-USP. 1994, 163p.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec. 1998, 272p.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *Caiçaras: território e cultura revisitados*. Texto apresentado no ciclo de Seminários Interdisciplinares: Paisagem e Cultura Caiçara (NUPAUB/USP), 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos S.; ARRUDA, Rinaldo S.V. (orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001, 176p.

DIEGUES, Antonio Carlos S.; VIANA, Virgílio M. (orgs.). 2000. *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*. São Paulo, NUPAUB-USP. 273p.

DIEGUES, Antônio Carlos S.; NOGARA, Paulo José. *O nosso lugar virou parque*. São Paulo, Brasil, NUPAUB-USP, 1994.

DINERSTEIN, Eric e WIKRAMANAYAKE, Eric D. Beyond "Hotspots": how to prioritize investments to conserve biodiversity in the Indo-Pacific Region. In: *Conservation Biology,* 7(1), 1993, p.53-65.

DUARTE, L. F. D. *As redes do suor A reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba.* Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, 1978.

EQUIPE LITORAL SUL/DRPE/IF. Plano geral de desenvolvimento da EEJI. Texto não publicado. 1990

FAJARDO, Elias.. Cultura Caiçara. *In*: Ecologia e Desenvolvimento. E&D, 1994.

FEENY, David at alii. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum* (org. Antonio Carlos Diegues/André Moreira). São Paulo: NUPAUB/USP, 2002, p.17-42.

FERREIRA, Carolina P. *Atividade Agrícola na EEJI: sucessão e regeneração na vegetação de restinga.* TGI, Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999, 166p.

FONSECA, Fernanda P.; VIANNA, Lucila P.; BRITTO, Maria Cecília W. População e Manejo em Parques Estaduais Paulistas. In: *Anais do 8º Encontro Nacional de Geógrafos.* Salvador, 1990.

FOOTE-WHITE, Willian. Treinando a observação participante In: *Desvendando máscaras sociais* (org. Alba Zaluar Guimarães). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 2ª ed., 1980, p. 77-86.

FRANÇA, Ney Pinto. *Manejo florestal na Mata Atlântica por comunidades Caiçaras.* São Carlos: USP, CRHEA, 1997.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. *Oficina sobre Gestão Participativa em Unidades de Conservação*. Anais – 2ª edição, 1999.

FURLAN, Sueli A. *Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião – SP).* Tese (Doutorado) Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GATTAZ, André Castanheira. *Braços da Resistência. Uma história oral da imigração espanhola*. São Paulo: Xamã Editora, 1996, 275p.

GOMEZ-POMPA, A. & KAUS A. Domesticando o Mito dos Ecossistemas Virgens. In: *Bioscience* 42(2), 1992, p. 92-108.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (dês) caminhos do meio ambiente. São Paulo: Ed. Contexto, 2ª ed. (Coleção Temas Atuais), 1990.

GONDIN, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

GRUPO DA TERRA. *Relatório sobre a Estação Ecológica Juréia-Itatins*. (SUDELPA). São Paulo, s/d.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Edições Vértice (tradução brasileira), São Paulo (Biblioteca de Sociologia e Política n° 1), 1990.

HEES, Dora R. As reservas extrativistas: por uma nova relação homem-natureza. In: *Geografia e Questão Ambiental no Brasil (orgs: Olindina Vianna Mesquita e Solange Tietzmann Silva)*. Rio de Janeiro: IBGE – Deptº de Geografia, 1993, p. 151-166.

HIRANO, Sedi (org.) *Pesquisa Social: projeto e planejamento.* São Paulo. T. A. Queiroz, 1979, 232p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). 1999. *Unidades de Conservação.* Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/atuacao/uc/atuacao2.htm> Acesso em: 30/08/99.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Enchentes voltam a castigar Vale do Ribeira. In: *Parabólicas*, edição 38. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/website/parabolicas/edicao38> Acesso em: 18/09/2003

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira – Anexo 2: olhares cruzados, visões e versões sobre a vida, o trabalho e o meio ambiente no Vale do Ribeira*. Relatório, 1998.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira – Anexo 1: Documento síntese*. Relatório, 1998.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira – Anexo 4: referências bibliográficas do Vale do Ribeira.* Relatório, 1998.

KRUG, E. A Ribeira de Iguape. *In: Boletim de Agricultura*, série 39, São Paulo, 1939.

LACOSTE, Yves. A Pesquisa e o Trabalho de Campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. In: *Seleção de Textos nº 11 – Teoria e Método.* São Paulo: AGB, 1985, p.1-23.

LACOSTE-DUJARDIN, Camille. A relação de pesquisa. In: *Herodete nº 8 – 4º trimestre*. Paris-França, Editora Maspero. (tradução preliminar Profª Maria Regina C.T.Sader), 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Ed. Papirus, 1989.

MACEDO NETO, Antonio T. Cultura Caiçara no Litoral Sul de São Paulo In: *III Encontro de Ciências Sociais e o Mar, Coletânea de Trabalhos apresentados*. PPCAUB/IOUSP/F.FORD/IUCN, São Paulo, 1989, p.273-280.

MAHFOUD, M. *Folia de Reis: Festa raiz ou experiência religiosa em comunidades da EEJI na perspectiva da psicologia social fenomenológica*. Tese (Doutorado) Instituto de Psicologia-USP, São Paulo, 1996, 242p.

MAHFOUD, M.; SCHMIDT, M.L.S. *A presença ativa do passado: histórias e contos em uma comunidade tradicional da Juréia-Itatins*. Nota do Instituto de Psicologia/USP, s/d.

MAHFOUD, M.; SCHMIDT, M.L.S. *Experiência, tradição oral e religiosidade em comunidades da EEJI*. Nota do Instituto de Psicologia/USP, s/d.

MAIA, Doralice Sátyro. A geografia e o estudo dos costumes e das tradições. In: *Terra Livre* n° 16. São Paulo, 2001 p. 71-98.

MALDONADO, Wanda T. P. V. *Da Mata para o Mar: A Construção da Canoa Caiçara em Ilhabela*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, 152p.

MALDONADO, Wanda. Comunidades Caiçaras e o Parque Estadual de Ilha Bela. In: *Ilhas e e Sociedades Insulares*. DIEGUES, Antônio Carlos S.(Org). São Paulo: NUPAUB-USP, 1997, p 123-136.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos dos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. In: *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANSANO, Candice Filipak. *Do tempo dos antigos ao tempo de hoje: o caiçara de Cambury entre a terra e o mar.* Dissertação (Mestrado). UNICAMP/FE, Campinas, 1998.

MANTOVANI, Waldir. *Estrutura e Dinâmica da Floresta Atlântica na Juréia, Iguape – Sp*. 1993,126p. Tese (Livre Docência em Ecologia Terrestre) - Instituto de Biociência, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MARINHO, Maurício de A. *Educação ambiental e turismo sustentável na Mata Atlântica: Estudo de caso: Caminho do Imperador – Estação Ecológica Juréia-Itatins*. Seminário de Investigação - UCI/Costa Rica, 2001.

MARQUES, José G. *Pescando Pescadores*. 2ª edição. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

MARTINS, Jose de Souza. *A chegada do estranho.* São Paulo: Hucitec, 1993, p. 11-13.

MCKEAN, Margaret A. e OSTROM, Elinor. Regimes de Propriedade Comum em Florestas: somente uma relíquia do passado? In: *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum* (org. Antonio Carlos DIEGUES e André MOREIRA). São Paulo: NUPAUB/USP, 2001, p.79-95.

MELO, Teresa Mary P. C. *A Floresta, a mesa e as leis: espaços, comunicação e mudança cultural em comunidade tradicional da Estação Ecológica Juréia-Itatins.* 2000, 165p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Departamento de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MENDONÇA, A.L.F.M; SIQUEIRA, A. *Cadastro geral de ocupantes da EEJI: trabalho de identificação das comunidades tradicionais e outras em atendimento ao disposto no Decreto 32412/90*. Equipe Litoral Sul/DRPE/IF/CPRN/SMA, 1991.

MENDONÇA, A.L.F.M; SIQUEIRA, A; BRONDÍZIO, E.; BARROS, M.R. *Despraiado: diagnóstico da ocupação humana e formulação de sua compatibilização com a preservação ambiental*. Texto Interno Equipe Litoral Sul/DEPAN/CPRN/SMA, 1989.

MERLO, Márcia. As vozes do Bonete, uma face de Ilhabela. In: *Ilhas e e Sociedades Insulares*. DIEGUES, Antônio Carlos S.(Org). São Paulo: NUPAUB-USP, 1997, p. 111-122.

MERLO, Márcia. *Memória de Ilhabela: faces ocultas, vozes no ar*. São Paulo: EDUC-FAPESP, 2000, 188p.

MONTEIRO, Allan R. A. *Depois do Meio Ambiente: mudança social em uma Unidade de Conservação Ambiental*. 2002, 250p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia/IFCH, Unicamp, Campinas, 2002.

MORAES, Antonio Carlos R. *Meio Ambiente e Ciências Humanas.* 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, 100p.

MORÁN. Emilio F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990, 367p.

MOREIRA, André de C.C *Estação Ecológica de Juréia-Itatins: um conflito ambiental*. PROCAM-USP São Paulo, 1995, 55p. (mimeo)

MOREIRA, André de C.C. *Reserva Extrativista do Bairro Mandira – a viabilidade de uma incerteza*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, 284p.

MORSELLO, Carla. Unidades de Conservação Públicas e Privadas: seleção e manejo no Brasil e pantanal mato-grossense. In: *Ciência Ambiental: os desafios da interdisciplinaridade* (org. Pedro Roberto Jacobi), São Paulo: PROCAM/FAPESP/Annablume, 1999, p.333-358.

MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro. *In: Revista de Antropologia. 1*, nº2, 1953.

NEPAM/Unicamp. *Floresta e mar: usos e conflitos no Vale do Ribeira e litoral sul (SP)*. (BEGOSSI, Alpina e FERREIRA, Lúcia coord.) Primeiro Relatório de Atividades – Processo Fapesp nº 97/14514-1, Campinas, dezembro de 1999.

NOGUEIRA-NETO, Paulo. *Estações ecológicas: uma saga de ecologia e de política ambiental*. São Paulo, Banespa, 1991, 103p.

NORMAN, Myers. Threatened Biotas: "Hot Spots" in Tropical Forests. *The Environmentalist, 8(3):187-208*, 1998.

COSTA, José Pedro de O. *Breve relato da implantação da EE da Juréia*. Texto não publicado do Serviço Público Federal, 1983.

OLIVEIRA, Eliane R. Populações Humanas na Estação Ecológica de Juréia-Itatins. Versão Preliminar*. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 10.* São Paulo: NUPAUB-USP, 1993, 70p.

OLIVEIRA, Rogério R. de at all. Roça Caiçara: um sistema "primitivo" auto-sustentável. In: *Ciência Hoje, 18 (104):* 44-51, 1994..

PETRONE, Pasquale. A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana. In: *Boletim da FFLC nº 283*, USP, São Paulo, 1966.

PONS, Philippe. Japão: um apego selectivo à natureza. In: *Os Sentimentos da Natureza*. (Dominique BOURG org.) Lisboa: Instituto Piaget, p. 33-49.

POR, Francis D. Rios de águas pretas e claras na Estação Ecológica da Juréia In: *Notícias da Juréia* Natureza, vol. I, 1983 (mimeo), p. 7-8.

PORTAL SAÚDE.COM. *Índice de Desenvolvimento Humano: Sorocaba e o Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://saude.jcruzeiro.com.br> Acesso em: 13/08/2002

POSEY, Darrell A. Interpretando e utilizando a "realidade" dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André (Orgs.) *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*, São Paulo, NUPAUB/USP, 2001, p.279-294

PRIMACK, Richard B. e RODRIGUES, Efraim. *Biologia da Conservação*. Londrina: E. Rodrigues, 2001, 328p.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos Orais: do indizível ao dizível. In: *Experimentos com histórias de vida* (Von Simson, Olga de M. org.), São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-43.

QUEIROZ, Ruben Caixeta. *Atores e Reatores da Juréia: idéias e práticas do ecologismo*. Dissertação (Mestrado) Departamento de Antropologia. UNICAMP, Campinas, 1992, 229p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, 269p.

RESENDE, Roberto U. *As regras do jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, 160p.

RIBEIRO, Berta. *Os índios das águas pretas*. São Paulo: Edusp/Cia das Letras, 1995, 270p.

RIBEIRO, Berta. Prefácio. *Suma Etnológica Brasileira* (editor: Darcy RIBEIRO) Volume I Etnobiologia. Rio de Janeiro: FINEP/Ed. Vozes, 1987, 302p.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 476p.

SANCHES, Rosely A. *Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins: uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem – meio ambiente.* Dissertação (Mestrado), Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, 209p.

SANSON, Fábio E. de Giusti. *As unidades de conservação ambiental como vetores do ordenamento territorial.* 2001. 164p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002, 392p.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997, 124p.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1982, 63p.

SÃO PAULO (Estado). *Educação Ambiental em Unidades de Conservação e de Proteção*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente-SMA, Série Guias. São Paulo, 1991, 103p.

SÃO PAULO (Estado). *Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente-SMA, São Paulo, 1998, 20p.

SÃO PAULO (Estado). SMA. *Planos de Manejo das UC's: Estação Ecológica dos Chauás – Plano de Gestão Ambiental – fase 1* (Docs. Ambientais: Série Projeto PMA), 1998.

SÃO PAULO (Estado). *Fórum de Desenvolvimento do Vale Do Ribeira. Caminhos do Futuro: uma proposta sustentável*. Registro/SP, 2000.

SÃO PAULO (Estado). SMA. *Cadastro Geral de Ocupantes.* Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente-SMA, 1991, 17p.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, 645p.

SCHMIDT, M.L.S.; MAHFOUD, M. *Comunidades Tradicionais da EEJI: vozes e imagens*. Deptº de Psicologia da Aprendizagem, do desenvolvimento e da personalidade. Instituto de Psicologia/USP, s/d.

SCHMIDT, Maria Luiza S.; MAHFOUD, Miguel. Dimensões da elaboração da experiência pessoal e coletiva em comunidades tradicionais da EEJI. In: *Interações*. V.1, nº 3, jan-jun/ 97. São Paulo: Universidade São Marcos, 1997.

SCHMIDT, Maria Luiza S. O passado, o mundo do outro e o outro mundo: tradição oral e memória coletiva. In: *Revista Imaginário* – Memória, número 2. São Paulo: NIME-USP, (jan/1995), p.89-89-100.

SCHWARTZMAN, Stephan. Florestas Cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In: *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos* (org. Antonio Carlos DIEGUES). São Paulo: Ed.Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p.257-272.

SEEMANN, Jörn. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a geografia cultural no Brasil. In: Geografia: Leituras Culturais (orgs. Maria Geralda de Almeida e Alecsandro JP Ratts. Goiânia: Alternativa, 2003, p.261-284.

SIQUEIRA, Andrea, VIANNA, Lucila P. Ocupantes em Unidades de Conservação: o caso do Despraiado – EEJI. In: *Anais do 1º Seminário de Desenvolvimento Sustentado*. São Paulo, 1991.

TARIFA, José R. *Os climas nos maciços litorâneos da Juréia-Itatins: um ensaio de ritmanálise.* 2002, 462p. Tese (Livre Docência em Climatologia) - Departamento de Geografia/FFLCH , Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TARIFA, José R. at all. Zoneamento do Meio físico da Estação Ecológica da Juréia: um projeto integrado de pesquisa e ensino de geografia. In *Revista Orientação nº 5*:81-86. Instituto de Geografia-USP. São Paulo**,** 1984.

TELEGINSKI, Antonio. *Situação Fundiária da Estação Ecológica Juréia-Itatins e o Grilo Roncatti* . SUDELPA, 1986, 14p. mimeo.

THIOLLENT, Michel J.M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquête Operária. (Introdução: A procura de alternativas metodologias).* Editora Polis, 1985.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural.* São Paulo: Cia das Letras, 1988, 454p.

THOMPSON, Paul. *Voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983, 250p.

UICN/CPNAP/CMMC. *Directrices para las categorias de manejo de areas protegidas*. Gland, 1994, 261p.

VIANNA, Lucila P. *Considerações Críticas sobre a Construção da Idéia de População Tradicional no contexto das Unidades de Conservação*. Dissertação (Mestrado) Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

WEIL, Simone. *O enraizamento*. São Paulo: EDUSC, 2001, 297p.

WILLEMS, Emilio. (colaboração Gioconda Mussolini). Ilha de Búzios: uma comunidade caiçara no sul do Brasil. São Paulo, Hucitec; NUPAUB/CEC, 2003, 185p.

WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, 192p.

ZALUAR, Alba. Teoria e Prática do Trabalho de Campo: alguns problemas. In: *A aventura antropológica – teoria e pesquisa* (org. Ruth C. L. Cardoso). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 107-123.

ANEXOS

ANEXO 1 - Quadro cronológico da criação da EEJI

Tipo de área protegida	Data de criação	Legislação	Extensão/abrangência/observações
Reserva Estadual do Itatins	8/abr/1958	Decreto Estadual nº 31.650	12.058 ha – terra devolutas na vertente atlântica da Serra dos Itatins
Proteção das florestas da encosta atlântica	20/jun/1961	Decreto Federal nº 50.813	Sete estados brasileiros e parte da Juréia
Reserva Indígena do Itariri	28/jan/1963	Decreto Estadual nº 41.538	836,70ha – município de Pedro de Toledo e cume da Serra dos Itatins
Tombamento como bem cultural de interesse paisagístico e científico	12/dez/1977	Ata nº 359 do CONDEPHAAT[1]	Maciço da Juréia (das cabeceiras do Rio Verde até a sua foz)
Estação Ecológica da Juréia (adquire o direito de instar)	25/jul/1979	SEMA[2] – Contrato de Comodato	Não chegou a se concretizar naquele momento
Área de utilidade pública para fins de construção de usinas nucleares	4/jun/1980	Decreto Federal nº 84.771	23.600 ha – Morro do Grajaúna e Maciço da Juréia
Prevê que usinas nucleares devam ser instaladas em áreas delimitadas como Estações Ecológicas	29/jul/1980	Decreto Federal nº 84.973	A SEMA volta a ter direito sobre a área, podendo realizar estudos sobre os possíveis impactos ambientais; configura-se a Estação Ecológica (Federal) da Juréia
Área de Proteção Ambiental (APA)	23/out/1984	Decreto Federal nº 90.347	Iguape, Cananéia e Peruíbe
Amplia a APA criada um ano antes	6/nov/1985	Decreto Federal nº 91.892	Inclui a área da Estação Ecológica da Juréia na APA
	4/jun/1985		A NUCLEBRAS[3] perde o direito à área passados 5 anos do prazo estipulado para a instalação das usinas.
Tombamento de toda a região da Serra do Mar	6/jun/1985	Resolução nº 40	Inclui a área da Juréia
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	5/11/1985	Decreto Federal nº 91.899	Ilha do Ameixal
Área sob Proteção Especial (ASPE)	11/jul/1986	Portaria SEMA nº 136	Maciço da Juréia, o Rio Verde e a praia do Rio Verde
Estação Ecológica Estadual Juréia-Itatins	20/jan/1986	Decreto Estadual nº 24.646	82.000 ha – toda a vertente atlântica da Serra dos Itatins
Idem	28/abr/1987	Lei Estadual nº 5.649	O Poder Legislativo estipula o tamanho da área em 79.270 ha
Idem	6/fev/1987	Decretos Estaduais nº 26.714, 26.715, 26.716, 26.717	Declaram de utilidade publica para fins de desapropriação uma área de 79.934ha

[1] CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
[2] SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente, ligada ao governo federal.
[3] NUCLEBRAS – Empresas Nucleares Brasileiras S.A.

Anexo 2 - MOBILIDADE ESPACIAL: 1990-2003

MORADOR TRADICIONAL	LUGAR DE MORADIA EM 1990	LUGAR DE MORADIA EM 2003
ACÁCIO FLORIDO - LÉLIA	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	FALECIDO – ESPOSA MORA EM PERUÍBE
ADMIR PRADO DA SILVA	PRAIA DO RIO VERDE/GRAJAÚNA	PRAIA DA JURÉIA
ADRIANO SANTANA RIBEIRO	RIO UNA	
AMADO RAIMUNDO	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	UMBU – IGUAPE
AMAURI FLORIDO	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS
AMAURI GUIMARÃES SILVA	PRAIA DO RIO VERDE/GRAJAÚNA	PERUÍBE
ANICLETO SILVA	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	GUARAÚ – PERUÍBE
ANTONIA RIBEIRO DA SILVA	DESPRAIADO	DESPRAIADO
ANTONIO BRAGA	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	ROCIO – IGUAPE (GUARDA-PARQUE)
ANTONIO EDUARDO CARNEIRO	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	RIO DAS PEDRAS
ANTONIO ENEIAS	VILA BARRA DO UNA	FALECIDO
ANTONIO JULIO FRANCO	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	RIO DAS PEDRAS (FALECIDO)
ANTONIO LEANDRO DA CUNHA	CACHOEIRA DO GUILHERME	BARRA DO RIBEIRA - IGUAPE
ANTONIO LIMA	PRAIA DO UNA	ITANHAÉM
ANTONIO RIBEIRO	DESPRAIADO	
ANTONIO RIBEIRO BRAGA	ITINGUINHA	ROCIO
ANTONIO RODRIGUES	PRAIA DO UNA	PERUÍBE
ANTONIO SABINO PINTO	VILA BARRA DO UNA	
APARECIDO XAVIER MARTINS	CACHOEIRA DO GUILHERME	GUARAÚ – PERUÍBE
APOLINÁRIO RIBEIRO	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	AGUAPEÚ (CHEGOU A SAIR E A MORAR NO GUARAÚ)
ARCELINO LOPES	CACHOEIRA DO GUILHERME	GUARAÚ – PERUÍBE
ARENILDO PEREIRA	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	IGUAPE (GUARDA-PARQUE)
AROLDO LIMA ALVES	PRAIA DO UNA	B. CARAGUAVA – PERUÍBE
ARTULINO PLÁCIDO PEREIRA	PRAIA DO RIO VERDE/GRAJAÚNA	FALECIDO

MORADOR TRADICIONAL	LUGAR DE MORADIA EM 1990	LUGAR DE MORADIA EM 2003
AVELINO DE LIMA	DESPRAIADO	
AVELINO RODRIGUES	PARNAPUÃ/BRAVA	PERUÍBE
BENEDITO DE LARA RIBEIRO	PRAIA DO UNA	PRAIA DO UNA
BENEDITO FIRMINO	DESPRAIADO	FALECIDO
BENEDITO LIMA	VILA BARRA DO UNA	
BENEDITO LUCINDO	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	GUARAÚ - PERUÍBE
BENEDITO NUNES DOS SANTOS	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE
BENEDITO PINTO	VILA BARRA DO UNA	
BENEDITO RIBEIRO	RIO UNA	FALECIDO
BENEDITO TEREZA RIBEIRO	VILA BARRA DO UNA	
BENJAMIM FRANÇA	DESPRAIADO	
BIONOR RIBEIRO DE MORAES E ROMANA	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE
BRASÍLIO ROSA DOS SANTOS	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE
CARLOS GOMES PONTES	DESPRAIADO	DESPRAIADO
CARLOS RAIMUNDO	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS
CASSIANO JOSÉ GONÇALVES	DESPRAIADO	
CIRO XAVIER MARTINS	CACHOEIRA DO GUILHERME	GUARAÚ – PERUÍBE
CONCEIÇÃO GOMES DE PONTES	DESPRAIADO	DESPRAIADO
D. ANDRELINA	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	SÍTIO DESCALVADO – RIO UNA
DARCI DE LARA	PRAIA DO UNA	GUARAÚ - 'PERUÍBE
DAVID DE ANDRADE	DESPRAIADO	PERUÍBE
DIOCELIO PEREIRA	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	IGUAPE
DIONÍSIO ALVES NETO	PRAIA DO UNA	FALECIDO
DIONÍSIO COSTA DE SOUZA	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	RIO DAS PEDRAS
DURVALINO	PRAIA DO UNA	FALECIDO
EDMIR PRADO DA SILVA	PRAIA DA JURÉIA	PRAIA DA JURÉIA

MORADOR TRADICIONAL	LUGAR DE MORADIA EM 1990	LUGAR DE MORADIA EM 2003
ELI CESAR CECHINI	VILA BARRA DO UNA	
ERALDO MAIA RODRIGUES	VILA BARRA DO UNA	VILA BARRA DO UNA
ÉRICO	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	SÍTIO REVESSA - SANTOS
ESTEVÃO RIBEIRO GONÇALVES	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS
FLAVIO RIBEIRO	VILA BARRA DO UNA	VILA BARRA DO UNA
FRANCISCO SALES DO PRADO	PRAIA DO RIO VERDE/GRAJAÚNA	RIO VERDE
GERSON DA SILVA MONTEIRO	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS
GERVÁSIO BARNABÉ BARBOSA	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	AGUAPEÚ (FALECIDO)
GETRO RODRIGUES DE ANDRADE	DESPRAIADO	DESPRAIADO
GONÇALO PLÁCIDO PEREIRA	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	LAR DOS VELHINHOS DE IGUAPE
HAGAPTO JOSÉ DE ANDRADE	DESPRAIADO	FALECIDO
HELENA DA COSTA LARA	PRAIA DO UNA	PERUÍBE
HORACIO ANTONIO RODRIGUES	DESPRAIADO	DESPRAIADO
IDALINA RIBEIRO	TOCAIA/CARAMBORÊ	
ILZO DOS SANTOS	PRAIA DO UNA	PERUÍBE
IOLANDA RODRIGUES MAIA	VILA BARRA DO UNA	
JAIRO LOPES	CACHOEIRA DO GUILHERME	GUARAÚ – PERUÍBE
JAIRO RODRIGUES	DESPRAIADO	ITANHAÉM
JOÃO DE LIMA	PRAIA DO UNA	PRAIA DO UNA
JOÃO ENEIAS JUSTINIANO FILHO	VILA BARRA DO UNA	
JOÃO PONTES	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	GUARAÚ – PERUÍBE
JOAQUIM OLIVEIRA TAVARES	CACHOEIRA DO GUILHERME	CACHOEIRA DO GUILHERME
JOEL SOUZA RODRIGUES	PRAIA DA JURÉIA	GUARAÚ – PERUÍBE
JONAS GOMES	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE
JONATAN RODRIGUES	DESPRAIADO	DESPRAIDO
JOSÉ ALAOR DO NASCIMENTO	VILA BARRA DO UNA	VILA BARRA DO UNA (?)

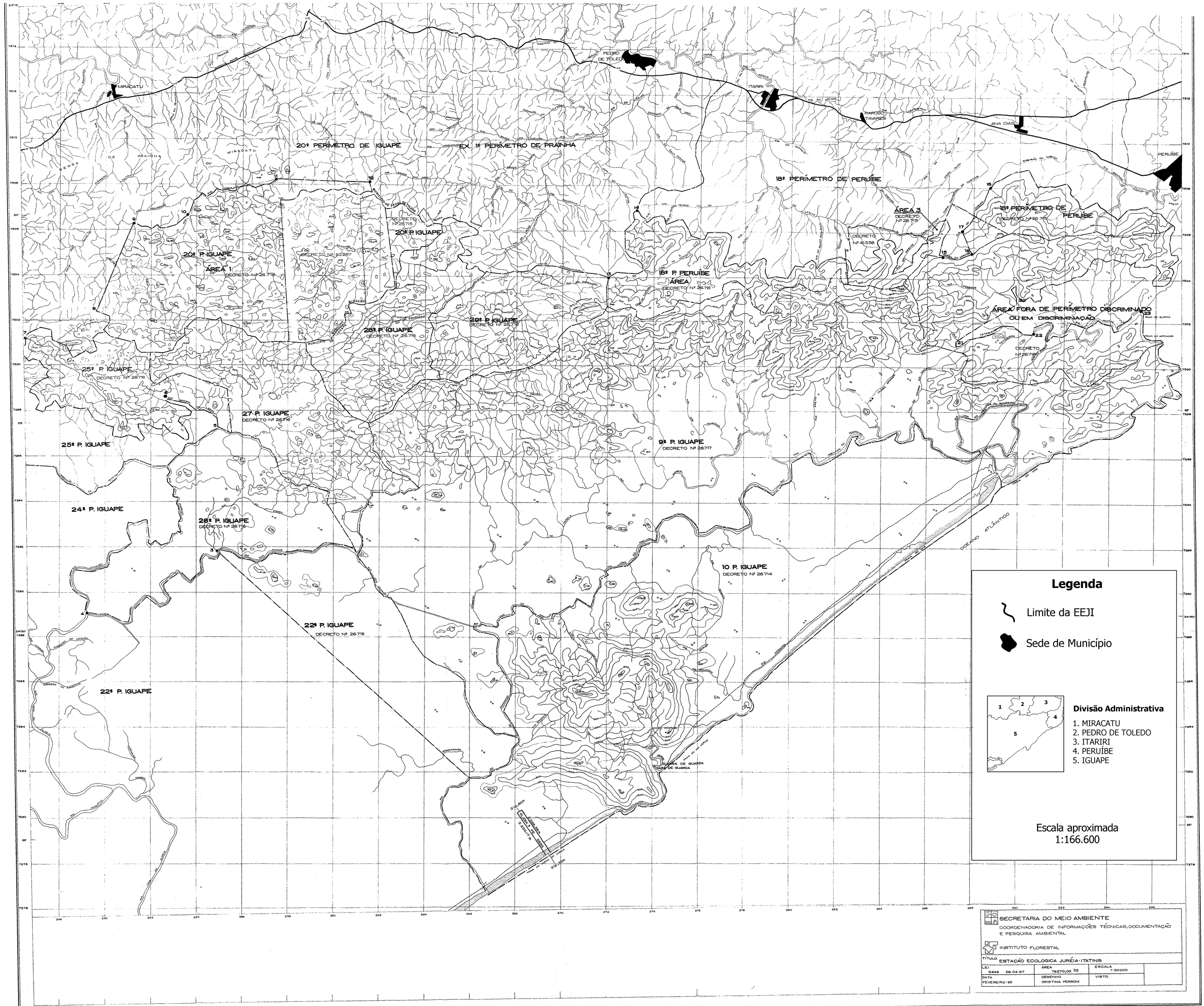
MORADOR TRADICIONAL	LUGAR DE MORADIA EM 1990	LUGAR DE MORADIA EM 2003
JOSÉ DIAS CAFUT	DESPRAIADO	DESPRAIADO
JOSÉ NETO FILHO	VILA BARRA DO UNA	VILA BARRA DO UNA
JOSÉ PEIXE AMARANTE	DESPRAIADO	DESPRAIADO
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	AGUAPEÚ (FALECIDO)
JOSÉ RIBEIRO	VILA BARRA DO UNA	
JOSÉ RIBEIRO RODRIGUES	PRAIA DA JURÉIA	PRAIA DA JURÉIA (FALECIDO)
JOSÉ RODRIGUES MAIA	PARNAPUÃ/BRAVA	
JOSIAS RODRIGUES	DESPRAIADO	DESPRAIADO
JOVENTINO DOS SANTOS	PRAIA DO UNA	FALECIDO
JUSCELINO PUPO DA SILVA	PRAIA DO UNA	GUARAÚ – PERUÍBE (GUARDA-PARQUE)
LAÉRCIO DE LIMA	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	SETE BARRAS
LAURO ROSA ALVES	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE
LEOPOLDO DA SILVA NEVES	PRAIA DO UNA	PRAIA DO UNA (GUARDA-PARQUE)
LUZIO RODRIGUES (d. ANTONIA)	DESPRAIADO	DESPRAIADO - FALECIDO
MALVINO ZEFERINO GOMES[2]	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	IGUAPE
MANOEL GOMES PINTO	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	UMBU - IGUAPE
MARIA ALVES DIAS	DESPRAIADO	
MARIA BATISTA RODRIGUES	DESPRAIADO	
MARIA MONTEIRO DO PRADO	VILA BARRA DO UNA	VILA BARRA DO UNA – FALECIDA
MARIA SCHIMIDT DE ALMEIDA	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	SÍTIO REVESSA (FALECIDA)
MARIA TEREZA RODRIGUES	PARNAPUÃ/BRAVA	
MARIO FERREIRA	PARNAPUÃ/BRAVA	
MARIO PEREIRA	RIO DAS PEDRAS	RIO DAS PEDRAS
MERCEDES RODRIGUES	VILA BARRA DO UNA	
MIGUEL RAIMUNDO	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	SÍTIO DESCALVADO (FALECIDO)
MIGUEL XAVIER MARTINS	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	GUARAÚ – PERUÍBE

MORADOR TRADICIONAL	LUGAR DE MORADIA EM 1990	LUGAR DE MORADIA EM 2003
MOISES ROSA DOS SANTOS	GUARAUZINHO	
NATANAEL RODRIGUES DIAS	DESPRAIADO	DESPRAIADO
NILO	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE
NIVALDO ROBERTO DA COSTA	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE
ONÉSIO DO PRADO	PRAIA DO RIO VERDE/GRAJAÚNA	GRAJAÚNA
ORILDES PEREIRA	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE
ORLANDO TAVARES MARTINS E LAUDELINA	CACHOEIRA DO GUILHERME	CACHOEIRA DO GUILHERME
OSCAR MUNIZ	DESPRAIADO	DESPRAIADO
OSMANIR DO PRADO	VILA BARRA DO UNA	VILA BARRA DO UNA
OSMAR GOMES PONTES	DESPRAIADO	PEREQUÊ/PERUÍBE (GUARDA-PARQUE)
OSMIR MARTINS	PRAIA DA JURÉIA	PRAIA DA JURÉIA
OSWALDO DE LIMA FLORIDO	RIO COMPRIDO OU RIO UNA	PRAIA DA JURÉIA
OSWALDO FIRMINO DE ANDRADE	DESPRAIADO	
OZIEL PIRES DE CAMARGO	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE
PAULO MAIA	VILA BARRA DO UNA	VILA BARRA DO UNA
PAULO XAVIER MARTINS	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE (FALECIDO)
PEDRINA ANDRADE RODRIGUES	DESPRAIADO	
PEDRO DO PRADO	VILA BARRA DO UNA	BARRA DO RIBEIRA
PLÍNIO LIMA ALVES	PRAIA DO UNA	PRAIA DO UNA (GUARDA-PARQUE)
PRADEL MARTINS E PAULA	CACHOEIRA DO GUILHERME	CACHOEIRA DO GUILHERME
RAMIRO SILVA	DESPRAIADO	
RAUL DE LIMA FLORIDO	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS
RENATO MONTEIRO DA SILVA	PRAIA DA JURÉIA	PRAIA DA JURÉIA
RENEVAL ALVES CARNEIRO	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	BARRA DO RIBEIRA – IGUAPE
ROBERTO PINTO	VILA BARRA DO UNA	FALECIDO
ROSALINO OLIVEIRA NARCISO	CACHOEIRA DO GUILHERME	GUARAÚ – PERUÍBE

MORADOR TRADICIONAL	LUGAR DE MORADIA EM 1990	LUGAR DE MORADIA EM 2003
RUBENS MAIA	VILA BARRA DO UNA	
SALIM FRANCA	DESPRAIADO	
SALVADOR DE LARA	PRAIA DO UNA	PERUÍBE
SANTINO DOMINGOS	PRAIA DO UNA	PRAIA DO UNA
SARA DE AQUINO DOS SANTOS	GUARAUZINHO	GUARAÚ
SÁTIRO DA SILVA TAVARES – ALICE	CACHOEIRA DO GUILHERME	FALECEU EM 1996 NA CACHOEIRA DO GUILHERME
SEBASTIÃO DE LARA RIBEIRO	PRAIA DO UNA	PERUÍBE
SILVIA ALVES TRIGO	DESPRAIADO	ITANHAÉM (favela)
SILVIO LEANDRO FRANCO	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	IGUAPE (FALECIDO)
SILVIO LUDGIERO RIBEIRO	VILA BARRA DO UNA	
SIZENANDO NEVES	PRAIA DO UNA	PRAIA DO UNA
VALDIR DO PRADO	PRAIA DO RIO VERDE/GRAJAÚNA	RIO VERDE
VALTER	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE
VALTER DO PRADO	PRAIA DO RIO VERDE/GRAJAÚNA	BARRA DO UNA
VENCESLAU DOS SANTOS	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS
VITORIANO RODRIGUES PEGO	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	SERRA DOS ITATINS
WANDERLEY	AGUAPEÚ/RIO DAS PEDRAS	ROCIO – IGUAPE

Fonte: Cadastro Geral de Ocupantes, SMA, 1991
Informações obtidas durante trabalho de campo.

Figura 7 - Mapa da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI)



Legenda

- Limite da EEJI
- Sede de Município

Divisão Administrativa

1. MIRACATU
2. PEDRO DE TOLEDO
3. ITARIRI
4. PERUÍBE
5. IGUAPE

Escala aproximada
1:166.600

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL
INSTITUTO FLORESTAL

TÍTULO: ESTAÇÃO ECOLOGICA JURÉIA-ITATINS			
LEI 5649 28.04.87	ÁREA 79270,00 ha	ESCALA 1:50000	
DATA FEVEREIRO-95	DESENHO CRISTINA PERRONI	VISTO	